

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

NATÁLIA CAROLINA NARCISO REDÍGOLO

**PARA ALÉM DOS MUROS E DAS GRADES:
ATITUDES E VALORES EM RELAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES CARCERÁRIAS DO
MUNICÍPIO DE VALPARAISO/SP**

MARÍLIA
2013

NATÁLIA CAROLINA NARCISO REDÍGOLO

**PARA ALÉM DOS MUROS E DAS GRADES:
ATTITUDES E VALORES EM RELAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES CARCERÁRIAS DO
MUNICÍPIO DE VALPARAISO/SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Pensamento social e políticas públicas.

Orientadora: Professora Doutora Sueli Andruccioli Felix

MARILIA
2013

NATÁLIA CAROLINA NARCISO REDÍGOLO

PARA ALÉM DOS MUROS E DAS GRADES:
ATITUDES E VALORES EM RELAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES CARCERÁRIAS DO
MUNICÍPIO DE VALPARAISO/SP

Dissertação para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, na área de concentração: Pensamento social e políticas públicas.

BANCA EXAMINADORA

SUELI ANDRUCIOLI FELIX
ORIENTADORA

CAMILA CALDEIRA NUNES DIAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

NOEMIA RAMOS VIEIRA
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP

MARÍLIA
2013

Dedico a Antônio Carlos Redígolo, Vanda Lucia da Silva Redígolo e Mateus Vinícius

Narciso Redígolo, meus maiores incentivadores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP - pela bolsa concedida e pela reserva técnica, que possibilitaram esta pesquisa.

Em segundo lugar, agradeço imensamente Sueli Andruccioli Felix, que para além do papel de orientadora, que executou com maestria, muitas vezes assumiu o papel de mãe e de melhor amiga, entre broncas e mimos, me ajudando a entender o mundo acadêmico e superar cada dificuldade dele.

Agradeço Camila Dias e Noêmia Vieira, que tão gentilmente aceitaram participar da banca examinadora, trazendo valiosas contribuições para este texto.

Esta pesquisa também teria sido impossível sem a ajuda da minha família: Antônio Carlos Redígolo, Vanda Lúcia da Silva Redígolo, Mateus Vinicius Narciso Redígolo e Débora Narciso, que além da ajuda financeira, antes da concessão da bolsa, e psicológica, nos momentos de angústia, contribuíram diretamente com a própria pesquisa: Antônio (meu pai) não mediu esforços para fazer os contatos no município e coletar informações na prefeitura, na Câmara de Vereadores e no Departamento de Água e Esgoto; Vanda (minha mãe) ligou para os entrevistados e me acompanhou nas entrevistas; Mateus (meu irmão) fez toda a tabulação dos questionários e Débora (minha prima) me ajudou com a digitação.

Também quero agradecer aos moradores de Valparaíso que tanto me ajudaram, direta e indiretamente, concedendo entrevistas, respondendo questionários e me oferecendo documentos e informações, especialmente Silene Elias, Rafael Borges, Luis Henrique Elias do Amaral, Layna Mariana, Sidney Martins e a amiga de infância Alessandra Girotti que me ajudaram na aplicação dos 226 questionários.

Agradeço às outras pessoas que me ajudaram em Marília: Abraão Damião, Tatiane Lopes e Ellen D'Andrea, os primeiros amigos; Anderson Fujikawa e Carlos Eduardo Machado, que suportaram dividir o teto comigo nos momentos de maior estresse; e André Eiras, Anelise Mello, Joyce Redígolo Freitas, Juliana Sabage, Maiara Coroquer, Mariele Marcato, Rosangela Teixeira, Victor Coutrim e Vinicius Casagrande.

E por fim, agradeço aos amigos da vida inteira, que indiretamente também contribuíram com a pesquisa, com discussões acadêmicas e com o apoio nos momentos de dúvidas, desanimo e angustia: Alessandro Haffeman, Ângela Mierro, Angélica Ripari, Cristine Zochio, Driéli Vieira, Lígia Incrocci, Marcela Nascimento, Mirela Lopes, Mônica Ervolino, Rafael Godoi, Samantha Lopes, Tamara Neme e Veronica Mori.

RESUMO

Na década de 1990, o governo do Estado de São Paulo empreendeu uma política de descentralização no sistema prisional, desafogando os presídios da capital ao construir dezenas de unidades em pequenos municípios do interior. Para entender as consequências deste processo, analisou-se o impacto da instalação de penitenciárias em Valparaíso-SP, município de 22 mil habitantes, localizado a cerca de 600 km da capital, que recebeu duas destas unidades prisionais. Procura-se compreender algumas possíveis contradições sobre o significado das prisões na vida dos habitantes dos municípios contemplados com esta política, a partir do caso de Valparaíso. A presença da penitenciária traz consequências positivas e negativas, tais como o incremento da economia local (comércio e serviços), a geração de empregos e o aumento da percepção da criminalidade e da violência. Há também o conflito com os visitantes dos presos, que podem migrar para a cidade, ou, simplesmente, ocupando-as nos fins de semana, transtornando a vida dos moradores. Ademais, a presença da penitenciária faz com que as habitantes reflitam sobre seus significados, muitas vezes incomodando-se com os benefícios que os detentos possuem e parte da população não. Entrevistas, questionários, análise de documentos, de notícias e de literatura sobre o assunto são utilizadas na investigação destas percepções. A partir desta análise, percebe-se que a construção de uma prisão em um pequeno município não pode ser realizada sem avaliar os enormes impactos na vida dos moradores.

Palavras chave: Interiorização do sistema penitenciário. Percepções. Violência. Cidades. Estigma.

ABSTRACT

In the 1990s, the government of State of São Paulo embarked on a policy of decentralization inside the prison system, relieving the prisons in the capital to build dozens of its units in small cities. To understand the consequences of this process, we analyzed the impact of installing prisons in Valparaíso, a city of 22.000 inhabitants, located 600km from the capital, which received two units. This study seeks to understand some possible contradictions about the meaning of life in prison for the inhabitants of the municipalities covered by this policy, from the case of Valparaíso. The presence of the penitentiary brings positive and negative consequences, such as the growth in the local economy (trade and services), job creation and a raise of perception of crime and violence. There is also the conflict with visitors of prisoners, which can migrate to the city, or simply occupying them on the weekends, disrupting the lives of residents. Moreover, the presence of the prison makes people reflect on their meanings, often troubling themselves with the benefits that detainees possess and parts of the population don't. Interviews, questionnaires, document analysis, news and literature on the subject were used in the investigation of these representations. From this analysis, it is clear that building a prison in a small municipality cannot be performed without evaluating the huge impacts on the lives of residents.

Keywords: Internalization of the penitentiary system. Perceptions. Violence. Cities. Stigma.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráficos

Gráfico 1 : Renda dos moradores dos bairros Lambari, Miguel Villar, Bela Vista e Pedro Samuel.....	53
Gráfico 2: Gosta de morar em Valparaíso por idade.....	74
Gráfico 3: Gosta de morar em Valparaíso por idade.....	74
Gráfico 4: Gosta de morar em Valparaíso por idade.....	74
Gráfico 5: Já foi vítima de algum crime na cidade?-tempo de residência.....	75
Gráfico 6: Já foi vítima de algum crime na cidade?-tempo de residência.....	75
Gráfico 7: Já foi vítima de algum crime na cidade?-tempo de residência.....	75
Gráfico 8: Já foi vítima de algum crime na cidade?-tempo de residência.....	75
Gráfico 9: A presença da penitenciária na cidade fez aumentar a criminalidade?.....	78
Gráfico 10: O que achou da instalação das penitenciárias no município?.....	108

Figuras

Figura 1: Mapa dos estabelecimentos prisionais do Estado de São Paulo.....	43
Figura 2: Mapa de Valparaíso.....	50
Figura 3: Bairro Lambari.....	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Penitenciárias inauguradas de 1990-2012.....	40
Tabela 2: Perfil dos entrevistados.....	71
Tabela 3: Considera MELHOR na cidade (por tempo de residência).....	74
Tabela 4: Considera PIOR na cidade (por tempo de residência).....	75
Tabela 5: Principal mudança na cidade nos últimos 15 anos (por tempo de residência).....	75
Tabela 6: O que você faz para se proteger da criminalidade?.....	78
Tabela 7: O que você faz para se proteger da criminalidade? (respostas agrupadas).....	78
Tabela 8: Em que os familiares dos presos são diferentes da população nativa?.....	91
Tabela 9: Atitudes esperadas da polícia diante de uma rebelião em um presídio, Brasil, 1999-2010.....	104
Tabela 10: Como você acha que é o tratamento dos familiares dos presos na penitenciária?.....	107
Tabela 11: Como você acha que deveria ser o tratamento dos familiares dos presos na penitenciária?.....	107
Tabela 12: Como você acha que é o tratamento dos presos na penitenciária?.....	108
Tabela 13: Como você acha que deveria ser o tratamento dos presos na penitenciária?.....	108
Tabela 14: Opinião sobre a presença de penitenciárias no município.....	110
Tabela 15: Opinião sobre a presença de penitenciárias no município (respostas agrupadas).....	111
Tabela 16: Consequências positivas da penitenciária.....	112
Tabela 17: Índices criminais de Valparaíso.....	113
Tabela 18: Índices criminais de Mirandópolis.....	113
Tabela 19: Índices criminais de Guararapes.....	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDP: Centro de Detenção Provisória

CR: Centro de Ressocialização

CPP: Centro de Progressão Penitenciária

FEBEM: Fundação Estadual do Bem Estar do Menor

LEP: Lei de Execução Penal

ONG: Organização Não Governamental

PCC: Primeiro Comando da Capital

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

ROTA: Rondas Ostensivas Tobias Aguiar

SAP: Secretaria de Administração Penitenciária

SEADE: Sistema Estadual de Análise de Dados

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SSP: Secretaria de Segurança Pública

Sumário

1. INTRODUÇÃO	12
2. Crime e prisão nas sociedades contemporâneas.....	15
2.1. Percepções da paisagem.....	29
2.2. As representações sobre o sistema penitenciário	31
2.3. Interiorização do sistema penitenciário paulista	37
3. Valparaíso e as unidades prisionais.....	47
3.1. A linha do trem	49
3.2. Acima da linha do trem.....	51
3.3. Abaixo da linha do trem.....	54
3.4. A chegada das unidades prisionais	56
4. A fala dos habitantes de Valparaíso	69
4.1. Percepções sobre a cidade.....	72
4.2. Os agentes penitenciários.....	79
4.3. Mundo de dentro e mundo de fora.....	84
4.4. O medo do “outro”: A mulher de preso	88
4.5. Direitos humanos para humanos de direito.....	99
4.6. As penitenciárias em Valparaíso.....	108
4.7. A criminalidade em Valparaíso	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
ANEXOS	122

1. INTRODUÇÃO

“A cidade representa a maior aspiração da humanidade em relação a uma ordem perfeita e harmônica, tanto em sua estrutura arquitetônica como nos laços sociais”¹.

Com essa frase, Yi- Fu Tuan inicia um capítulo intitulado Medo na Cidade, do livro Paisagens do Medo. Inspirado nas reflexões sobre a fenomenologia, o geógrafo trabalha com a ideia de que cidade mexe com as emoções de seus habitantes. Por isso, falar em cidade é muito mais do que descrever seus aspectos físicos, é mostrar que ela é fruto das aspirações humanas e reflete as percepções de seus habitantes.

Tudo o que se constrói em uma cidade reflete os desejos de um grupo de pessoas e afeta a vida dos moradores. Desta forma, pensar em cidade, em planejamento urbano, é pensar no impacto dos empreendimentos na vida dos moradores, sendo que cada empreendimento afeta a vida da população de maneira diferente. O mesmo empreendimento desperta sensações diversas e ambíguas, como a instalação de um shopping, por exemplo, que ao mesmo tempo em que é muito comemorado por uns, fatalmente trará transtornos a outros.

Neste sentido, a construção de penitenciárias, especialmente em pequenos municípios, desperta percepções e sensações contraditórias nos seus habitantes: por um lado a sociedade combate e avalia negativamente; por outro, usufrui e exalta a criação de empregos e o incremento econômico, especialmente do comércio.

Para investigar tais percepções, elegemos o município paulista de Valparaíso, localizado a Oeste do estado de São Paulo, a cerca de 600 km de distância da Capital². Em 1998, com a desativação de grandes presídios, o governo do estado empreendeu um processo de “interiorização” do sistema penitenciário, contemplando Valparaíso com um presídio (Penitenciária de Valparaíso – “Segurança Máxima”) com capacidade de 600 condenados, para uma população de pouco mais de 18 mil habitantes. Em 2001, chegou ao município o Centro de Progressão Penitenciária, CPP, com capacidade para 672 presos (regime semiaberto).

A escolha deste município como nosso objeto de estudo deve-se, primeiramente, ao fato de ser a cidade em que nasci e vivi até os dezessete anos de idade. Os contatos com os moradores foram mediados por meus pais, que vivem até hoje em Valparaíso. Além do mais,

¹ TUAN, Yi-fu. Paisagens do Medo, Trad: Livia de Oliveira. Editora UNESP, 2005: 231.

² Figura1

minha memória ajudou a selecionar detalhes importantes a serem pesquisados. Lembro, por exemplo, apesar da pouca idade na época, do discurso da candidata a reeleição na prefeitura, ressaltando as vantagens da vinda da penitenciária para o município.

O outro fator que determinou a escolha do município foi o fato da penitenciária ter causado um impacto significativo em vários aspectos da vida da população. Atualmente, somando-se os dois presídios, a população carcerária totaliza mais de 2300 pessoas (CPP, 1039 e Penitenciária, 1332) ³ o que representa cerca de 10% da população total do município e gera confortos e desconfortos.

Valparaíso era uma cidade pacata, com baixo índice de criminalidade e baixíssima percepção de criminalidade. Hoje há um discurso de medo entre os moradores. Além do medo das rebeliões, a insegurança dos moradores se dirige, também, às visitas dos presos, que carregam estigmas. O senso comum, em muitos casos subsidiado pela mídia, estigmatiza o presidiário e “contamina” (GOFFMAN, 1975:57) toda a sua rede de relações (familiares e amigos, por ex.), especialmente se oriunda de outro município, o que não se percebe em relação aos familiares de presos valparaisenses. Assim, seguindo essa lógica, a existência da penitenciária automaticamente “aumentaria o número de bandidos” no município. Conflitos com os novos moradores podem aumentar ainda mais o medo do crime.

A maioria dos trabalhos sobre prisões aborda as condições dos presos ou de suas famílias. É claro que a figura do preso e de seus familiares está presente o tempo inteiro neste trabalho, mas o objetivo central dessa pesquisa é conhecer os sentimentos e captar as percepções dos que estão “do lado de fora” do sistema, mesmo na condição de agente penitenciário. Apesar da diversidade socioeconômica e demográfica, o que se pode perceber é que o ponto de convergência entre os moradores da cidade é habitarem o mesmo espaço que recebeu uma prisão com todas as suas implicações.

Diversos instrumentos foram utilizados para tentar compreender os impactos da penitenciária na vida destas pessoas: referencial teórico sobre o assunto, notícias de jornais, análise de documentos, entrevistas e questionários com os moradores. Estes recursos estão espalhados ao longo de todo o texto, apesar do referencial teórico ter uma presença maior na primeira sessão, as notícias e os documentos na segunda e as entrevistas e questionários na terceira.

³ Segundo a Secretaria de Administração Penitenciária, dados atualizados em 22/07/2011, informação retirada em 04/01/2013, 10h56.

http://www.sap.sp.gov.br/common/unidprisionais/cro/pen_valparaiso.html
http://www.sap.sp.gov.br/common/unidprisionais/cro/cpp_valparaiso.html

As entrevistas e questionários foram a parte mais reveladora da pesquisa, o momento em que a população expôs verbalmente suas percepções sobre a penitenciária e se confrontou com inquietações que muitas vezes, não percebiam possuir.

Houve muita disponibilidade por parte da população, tanto para opinar como para ajudar na coleta de dados e documentos. Por questões éticas, os entrevistados não são identificados com seus nomes, apenas com uma numeração. Em alguns casos não há identificação nenhuma dos entrevistados, pois as respostas aparecem dissolvidas nas reflexões. Apenas três entrevistados têm seus nomes revelados: a prefeita e dois vereadores da época da instalação das penitenciárias, pois concederam as entrevistas na condição de figuras públicas e com conhecimento de que suas afirmações seriam publicadas.

Como a pesquisa aborda as percepções dos moradores, no texto aparecem algumas expressões valorativas e regionalistas dos entrevistados como “baixada”, “mundo da prisão”, “mulher de preso” e “prisionização” (ou prisionalização). Como são expressões muito específicas e a sua substituição por termos mais acadêmicos traria prejuízo aos seus significados, procuramos mantê-las com observações.

As entrevistas renderam cerca de dez horas de gravação e os questionários centenas de variáveis. Infelizmente, pesquisa é recorte e nem tudo foi utilizado para este texto.

A primeira sessão do texto é uma revisão bibliográfica sobre crime, punição, prisão e o estigma do criminoso. Encontra-se também na primeira sessão a leitura sobre o processo de encarceramento em São Paulo e as possíveis consequências deste processo. Na segunda sessão, o leitor conhecerá Valparaíso e como se deu o processo de instalação da penitenciária no município. Na terceira, aparecem os principais personagens da relação entre os munícipes e a prisão – os agentes penitenciários e a “mulher do preso” - sob a ótica dos entrevistados, e as principais questões que permeiam o imaginário popular sobre o assunto.

2. Crime e prisão nas sociedades contemporâneas

A prisão é um aparelho que pode modificar a dinâmica da sociedade onde se instala? Para pensar a relação entre a “instituição prisão” e a sociedade em que ela está inserida é necessário pensar no significado da violência e de que forma ela está presente na sociedade.

Todorov (1999) define que as sociedades ocidentais atuais são sociedades de “massacrifício”, sendo o seu traço de violência, uma espécie de herança dos processos de colonização na América. Os colonizados compunham as sociedades de sacrifício e os colonizadores, as de massacre. Nossa sociedade carrega os traços mais violentos de ambos.

Na sociedade de sacrifício (no caso descrito por Todorov os povos colonizados mesoamericanos) cometiam-se assassinatos religiosos, em forma de ritual, evidenciando as forças sociais acima das individuais. Já na sociedade do massacre (colonizadores) exterminavam-se povos de terras longínquas, sem remorso, sem motivo aparente, apenas como demonstração de força. A violência está presente no Estado moderno nas duas formas:

Esses Estados, certamente modernos, não podendo ser assimilados nem às sociedades de sacrifício nem às sociedades de massacre, reúnem, no entanto, certos traços das duas que mereceriam a criação de uma palavra mista: são sociedades de *massacrifício*. Como nas primeiras, professa-se uma religião de Estado; como nas últimas, o comportamento está fundamentado no princípio karamazoviano do “tudo é permitido”. Como no sacrifício, mata-se inicialmente em casa; como no caso dos massacres, oculta-se e nega a existência dessas matanças. Como lá, as vítimas são escolhidas individualmente; como aqui, são exterminadas sem nenhuma ideia de ritual. O terceiro termo existe, mas é pior do que os dois precedentes; que fazer? (TODOROV, 1999: 306)

Michel Foucault relaciona poder com coerção: a análise do poder é análise dos mecanismos de repressão (FOUCAULT, 2005: 22). Na teoria clássica da soberania, o direito de vida e de morte era um dos atributos fundamentais do rei. Ou seja, poder, é poder sobre vida e morte, ou direito de exercer violência a ponto de extinguir a vida. Porém, nas sociedades atuais houve uma inversão fundamental deste direito: se antes o rei tinha poder de deixar viver ou fazer morrer- escolher entre assassinar ou não o indivíduo -, a sociedade atual é de medicalização - de maneiras de manter a vida ao máximo - e o poder agora é entre fazer viver e deixar morrer. O autor chama esta nova forma de poder de *biopolítica da espécie humana*.

Esta biopolítica seria uma nova mecânica do poder, que incide sobre os corpos com instrumentos totalmente novos, extraindo “tempo e trabalho” mais do que “bens e riqueza”, é um poder exercido pela vigilância contínua (FOUCAULT, 2005: 42). Nesta nova forma de exercer poder há uma redefinição da morte, onde vida e morte se transformam em conceitos políticos; os organismos passam a pertencer ao poder público e o homem se torna um “homem-espécie” (FOUCAULT, 2005: 289).

No corpo deste “homem-espécie” as relações de poder “o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (FOUCAULT, 2004: 26) para a sua utilização econômica. Para que ocorra esta submissão dos corpos pela disciplina, desenvolveu-se um verdadeiro “saber do corpo”:

Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem, no entanto, ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física. Quer dizer que pode haver um “saber” do corpo que não é exatamente a ciência de seu funcionamento, é um controle de suas forças que é mais que a capacidade de vencê-las: esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar a tecnologia política do corpo (FOUCAULT, 2004: 26).

As prisões atuais são um exemplo destes novos mecanismos, mas não o único. Para Foucault (2004) a biopolítica está presente em toda a sociedade, se dirige à ideia de população no sentido médico, sentido de manipular a duração desta população.

(...) uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso em compensar seus efeitos (FOUCAULT, 2005: 297).

Se a biopolítica é um poder de manter a vida, como ficaria o direito soberano sobre a morte? Como exercer a decisão de matar e deixar morrer? Como este poder pode matar, quando se trata essencialmente de aumentar a vida (FOUCAULT, 2005: 304)? Vários autores respondem estas perguntas mostrando os mecanismos⁴ que foram criados para que algumas vidas valham menos que as outras.

A vida de um criminoso é um exemplo de uma vida que vale menos. Para entender quem é o criminoso, é preciso pensar um pouco a história da criminalidade. O conceito de crime não é facilmente definido na literatura sociológica, uma vez que varia de acordo com o

⁴ O racismo é um destes mecanismos descritos por Foucault (2005: 306), Arendt (1989) e Agamben (2007)

tempo e com cada sociedade. As mudanças na sociedade acarretam mudanças nos tipos de crimes. Foucault (2004: 66) assim a ilustra:

(...) a passagem de uma criminalidade de sangue para uma criminalidade de fraude faz parte de todo um mecanismo complexo, onde figuram o desenvolvimento da produção, o aumento das riquezas, uma valorização jurídica e moral maior das relações de propriedade, métodos de vigilância mais rigorosos, um policiamento mais estreito da população, técnicas mais bem ajustadas de descoberta, de captura, de informação: o deslocamento das práticas ilegais e correlato de uma extensão e de um afinamento das práticas punitivas (FOUCAULT, 2004: 66).

Assim, as mudanças no modo de produção se refletiriam nas formas de criminalidade, bem como a economia das ilegalidades se reestruturariam com o desenvolvimento da sociedade capitalista (FOUCAULT, 2004: 74). Nesse contexto, algumas ilegalidades seriam consideradas úteis para o sistema capitalista:

Os tráficos de armas, os de álcool nos países de lei seca, ou mais recentemente os de droga, mostrariam da mesma maneira esse funcionamento da "delinquência útil"; a existência de uma proibição legal cria em torno dela um campo de práticas ilegais, sobre o qual se chega a exercer controle e a tirar um lucro ilícito por meio de elementos ilegais, mas tornados manejáveis por sua organização em delinquência. Este é um instrumento para gerir e explorar as ilegalidades. (FOUCAULT, 2004: 232)

No entanto, crimes e punições estão presentes em todas as sociedades de todas as épocas, derivam de um conjunto de regras que nunca serão totalmente observadas por todos (se fossem, não precisaria existir a regra) e criam uma categoria de indivíduos: os criminosos.

O criminoso, assim como o crime, também muda no decorrer da história, da sociedade e desperta sentimentos contraditórios. Ao mesmo tempo em que o criminoso é temido e odiado, poderá ser admirado, heroicizado por seus feitos audaciosos e por quebrar regras. Entretanto, esse sentimento de admiração é pontual, presente em crimes na história (os bem feitos “Robinhodianos”) ⁵.

O fato é que para o bem ou para o mal, o criminoso é sempre tratado como um indivíduo diferente das pessoas comuns, que geralmente esperam a sua punição, especialmente o aprisionamento, que transformará o preso em figura representativa do criminoso em nossas sociedades.

Além do aprisionamento que o afasta do convívio social, o julgamento popular o vê como beneficiário de direitos que não deveriam usufruir na condição de criminosos (direitos que serão analisados posteriormente), competindo ou sobrepondo-se aos direitos dos

⁵ Em algumas circunstâncias os criminosos podem ser vistos com simpatia, como é o caso de traficantes que dominam algumas favelas, por exemplo, e servem de exemplo de sucesso para alguns jovens, além de ser visto como tutor e protetor da comunidade contra as opressões do Estado.

“cidadãos de bem”. E esta disputa não é atual. Foucault (2004) mostra que em meados do século XIX já havia a disputa de direitos entre cidadãos comuns e cidadãos que agrediram a sociedade. Em 1840-1845, época de crise econômica já aparece a oposição entre operário e delinquente:

Há greves contra as oficinas de prisão (...). Há também uma campanha de imprensa nos jornais operários sobre o tema de que o governo favorece o trabalho penal para fazer baixar os salários "livres"; sobre o tema de que os inconvenientes dessas oficinas de prisão são ainda mais graves para as mulheres, a quem eles retiram o trabalho, levando-as à prostituição, portanto à prisão, onde essas mesmas mulheres, que não podiam mais trabalhar quando eram livres, vem então fazer concorrência as que ainda têm serviço; sobre o tema de que se reservam aos detentos os trabalhos mais seguros - "os ladrões vivendo em prisões bem aquecidas e bem abrigados executam os trabalhos de chapelaria e de marcenaria", enquanto o chapeleiro reduzido ao desemprego tem que ir "ao abatedouro humano fabricar alvaiade a 2 francos por dia"; sobre o tema de que a filantropia dá muita importância às condições de trabalho dos detentos, mas negligencia as do trabalhador livre: "Temos certeza de que, se os prisioneiros trabalhassem com mercúrio, por exemplo, a ciência seria bem mais rápida do que é para encontrar meios de preservar os trabalhadores do perigo de suas emanções: 'Esses pobres condenados! ', diria aquele que quase não fala dos operários douradores. Que se há de fazer, é preciso ter matado ou roubado para atrair a compaixão ou o interesse dos outros". (...) Houve ainda, principalmente depois da votação da lei de 1844, petições e cartas – uma petição é recusada pela Câmara de Paris, que "achou desumano que se propusesse empregar assassinos, ladrões, em trabalhos que pertencem agora a alguns milhares de operários"; "a Câmara preferiu Barrabás a nós". (FOUCAULT, 2004: 203)

Como consequência desta disputa, a população espera que a prisão não sirva apenas para conter o criminoso, evitando o crime ou corrigindo-o. A prisão deve servir como castigo, deve ser ruim, ou pelo menos, a vida de um preso tem que ser pior que a de um operário, pois vale menos. Na sociedade biopolítica, o racismo ajuda a classificar esta vida que vale menos:

(...) como poderia articular tanto a vontade de destruir o adversário quanto o risco que assumia de matar aqueles mesmos cuja vida ele devia, por definição, proteger, organizar, multiplicar? Poderíamos dizer a mesma coisa a propósito da criminalidade. Se a criminalidade foi pensada em termos de racismo foi igualmente a partir do momento em que era preciso tornar possível, num mecanismo de biopoder, a condenação à morte de um criminoso ou seu isolamento. (FOUCAULT, 2005: 308)

Seguindo esta perspectiva, a vida dos criminosos tem menor serventia. Agamben (2007) mostra mais um exemplo claro disso durante o regime nazista:

Em 15 de maio de 1941, o doutor Roscher, que havia tempo conduzia pesquisas sobre o salvamento a grandes alturas, escreveu a Himmler para perguntar-lhe se, dada a importância que os seus experimentos assumiam para a vida dos aviadores alemães e o risco mortal que comportavam para as VP (*Versuchepersonen*, cobaias humanas), e considerando, por outro lado,

que os experimentos não poderiam ser conduzidos proveitosamente em animais, seria possível dispor de “dois ou três delinquentes de profissão” para o seu prosseguimento. (AGAMBEN, 2007: 161)

A figura do delinquente não está relacionada apenas à raça, mas a todos que não tem sucesso na competição pelos bens e serviços sociais⁶.

Transferindo ao Estado os seus direitos políticos, o indivíduo delega-lhe também suas responsabilidades sociais: pede ao Estado que o alivie do ônus de cuidar dos pobres, exatamente como pede proteção contra os criminosos. Não há mais diferença entre mendigo e criminoso — ambos estão fora da sociedade. Os que fracassam perdem a virtude que a civilização clássica lhes legou; os que são infelizes já não podem apelar à caridade cristã. Hobbes isenta os que são excluídos da sociedade — os fracassados, os infelizes, os criminosos — de qualquer obrigação em relação ao Estado e à sociedade, se o Estado não cuida deles. Podem dar rédea solta ao seu desejo de poder, e são até aconselhados a tirar vantagem de sua capacidade elementar de matar, restaurando assim aquela igualdade natural que a sociedade esconde apenas por uma questão de conveniência. Hobbes prevê e justifica que os prescritos sociais se organizem em bandos de assassinos, como consequência lógica da filosofia moral burguesa (ARENDR, 1989: 171).

O delinquente e o direito de prendê-lo vêm para conformar a exclusão social em países que pregam a liberdade: todos são livres, exceto este excluído social. A prisão nos EUA, por exemplo, é:

(...) uma técnica de controle social fundamentalmente incompatível com o nosso (dos EUA) sistema de liberdade ordenada garantida pela Constituição, na medida em que aqueles que sofreram a condenação penal — como os beneficiários de auxílios sociais, e, de um modo mais geral, os trabalhadores precários e os pobres — não são mais, sob o regime nascente do “liberal-paternalismo” estadunidenses, cidadãos como os outros, fica evidente que a possibilidade de esses dispositivos de vigilância e confinamento “preventivos” serem estendidos a outras categorias de condenados não permanecerá por muito tempo inexplorada. (WACQUANT, 2003: 394)

Como prender milhões de pobres no país da liberdade? Fazendo com que eles deixem de ser “cidadãos”. A prisão é um “aspirador social para limpar as escórias/detrimentos produzidos pelas transformações econômicas” e é usada para “remover os rejeitos da sociedade de mercado do espaço público” (WACQUANT, 2003: 455).

Na nossa sociedade o local mais adequado para este não cidadão é a prisão. No livro “Vigiar e Punir”, Foucault faz uma revisão da história das punições para entender como se dá o controle social atualmente. A prisão pode ser vista como um reflexo, ou um exemplo do tipo

⁶ Apesar de muitas vezes esses elementos coincidirem: determinados “grupos raciais” geralmente não alcançam o sucesso na competição.

de sociedade em que vivemos: uma sociedade vigilante, disciplinadora dos corpos e altamente medicalizada.

A forma de punir os crimes reflete as concepções de cada sociedade. O suplício e o controle do tempo do preso revelam o estilo penal da época em que eram aplicados, por exemplo. O castigo não é aleatório, existe uma economia do castigo que faz com que a pena tenha correspondência com o crime ou ajude a evitá-lo. O castigo tem que reparar o mal feito e/ou evitar um mal futuro.

A mudança na sociedade se refletiu em uma mudança dos tipos de punições: em menos de um século desapareceram os suplícios, que eram os castigos exemplares e sangrentos que perduraram durante séculos e, em seu lugar, apareceu a definição do caráter essencialmente corretivo da pena. Os castigos passaram a ser modulados de acordo com o crime; as punições se tornaram menos diretamente físicas, surgiu certa discrição na arte de fazer sofrer, um arranjo de sofrimentos mais sutis, mais velados e despojados de ostentação. O ato punitivo deixa de ser um espetáculo para se tornar um novo ato de procedimento ou de administração. A execução agora atinge a vida e não o corpo.

Em algumas dezenas de anos, desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo. Desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal (FOUCAULT, 2004: 12).

Outra novidade é a inversão entre o exposto e o velado: os suplícios eram um espetáculo para servir de exemplo, porém, o julgamento ocorria em absoluto segredo, até do acusado que desconhecia a acusação. Com a alteração na economia das penas,

A punição vai se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata; sua eficácia é atribuída a sua fatalidade não a sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens. (FOUCAULT, 2004: 13)

Julgamento e punição separam-se. Prisão é uma punição discreta, isola o indivíduo entre altos muros, com pouquíssimo controle social do que acontece dentro deles. Talvez seja por isso que, ainda hoje, a prisão é coberta por uma aura de mistério e, talvez por isso, desperte sentimentos ambíguos na sociedade “liberta”.

A prisão é a punição adequada na sociedade biopolítica. Seu ponto de aplicação é “o corpo, é o tempo, são os gestos e as atividades de todos os dias; a alma, também, mas na medida em que é sede de hábitos” (FOUCAULT, 2004: 106). Ela serve para segregar e incapacitar amplos segmentos sociais que não puderam ser incluídos nas benesses trazidas

pelo capitalismo (DIAS, 2011: 103). Ela é uma técnica pensada para modificar os indivíduos, um dispositivo disciplinar cuidadosamente articulado.

Ela (prisão) se constituiu fora do aparelho judiciário, quando se elaboraram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo, e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza. A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição-prisão, antes que a lei a definisse como a pena por excelência. (FOUCAULT, 2004: 195)

A sociedade biopolítica precisa de um lócus para desenvolver seus mecanismos disciplinares e a prisão é o ambiente adequado para isto. É como se a prisão fosse um laboratório para o desenvolvimento das técnicas que a nova sociedade precisa. Foucault (2005: 39) garante que a burguesia não está preocupada com os delinquentes, sua punição ou sua reinserção na sociedade, mas se interessa muito pela prisão pelos “mecanismos pelos quais o delinquente é controlado, seguido, punido, reformado” que funcionam “no interior do sistema econômico- político geral”.

Graças a esta afinidade da prisão com os interesses das classes dominantes na nova sociedade, a detenção tornou-se em pouco tempo a pena para a maioria dos crimes na sociedade disciplinar⁷, servindo ao mesmo tempo para desenvolver as técnicas e para afastar os indesejáveis.

De maneira que se eu traí meu país, sou preso; se matei meu pai, sou preso; todos os delitos imagináveis são punidos da maneira mais uniforme. Tenho a impressão de ver um médico que, para todas as doenças, tem o mesmo remédio (FOUCAULT, 2004: 97).

A prisão tornou-se algo “desejável” em nossa sociedade apesar de todos os seus problemas: “a detestável solução, de que não se pode abrir mão” (FOUCAULT, 2004: 196).

Há um século e meio que a prisão vem sempre sendo dada como seu próprio remédio; a reativação das técnicas penitenciárias como a única maneira de reparar seu fracasso permanente; a realização do projeto corretivo como o único método para superar a impossibilidade de torná-lo realidade (FOUCAULT, 2004: 223).

A figura do delinquente é o criminoso por definição, ele pode nem ter cometido o crime ainda, mas pertence a uma categoria da qual se deduz que ele vai cometer. A prisão é a

⁷ Há penas alternativas para alguns tipos de crime, como doação de cestas básicas, prestação de serviços comunitários, liberdade vigiada, entre outras.

instituição adequada para este indivíduo, pois ela “deve totalizar a existência do delinquente” (FOUCAULT, 2004: 211):

O castigo legal se refere a um ato; a técnica punitiva a uma vida; cabe-lhe, por conseguinte reconstituir o ínfimo e o pior na forma do saber; cabe-lhe modificar seus efeitos ou preencher suas lacunas, através de uma prática coercitiva. Conhecimento da biografia, e técnica da existência retreinada. (FOUCAULT, 2004: 211)

Se o delinquente é uma figura necessária na sociedade biopolítica e a prisão é a instituição que tão bem a exemplifica, pode-se especular que a prisão contribui para a produção da delinquência. O sistema prisional não reduz os crimes, mas, ao contrário, produz delinquência, que é uma criminalidade útil, pois se trata de um “meio aparentemente marginalizado, mas centralmente controlado” e “patologizado”.

O sucesso da prisão: nas lutas em torno da lei e das ilegalidades, especificar uma "delinquência". Vimos como o sistema carcerário substituiu o infrator pelo "delinquente". E afixou também sobre a prática jurídica todo um horizonte de conhecimento possível. Ora, esse processo de constituição da delinquência- objeto se une a operação política que dissocia as ilegalidades e delas isola a delinquência. A prisão é o elo desses dois mecanismos; permite-lhes se reforçarem perpetuamente um ao outro, objetivar a delinquência por trás da infração, consolidar a delinquência no movimento das ilegalidades. O sucesso é tal que, depois de um século e meio de "fracasso", a prisão continua a existir, produzindo os mesmos efeitos e que se têm os maiores escrúpulos em derrubá-la. (FOUCAULT, 2004: 231)

A perpetuação desta delinquência ocorre porque, ao invés de corrigir, a prisão acaba se tornando solo fértil para o cometimento de novos crimes. Ao sair da prisão e não encontrar meios para sobreviver, via de regra o criminoso justifica o seu retorno ao crime pela falta de alternativa de sobrevivência:

(...) operário condenado por roubo, posto sob vigilância em Rouen, preso novamente por roubo, e que os advogados desistiram de defender; ele mesmo toma então a palavra diante do tribunal, faz o histórico de sua vida, explica como, saído da prisão e com determinação de residência, não consegue recuperar seu ofício de dourador, sendo recusado em toda parte por sua qualidade de presidiário; a polícia recusa-lhe o direito de procurar trabalho em outro lugar; ele se viu preso a Rouen e fadado a morrer aí de fome e miséria como efeito dessa vigilância opressiva. (FOUCAULT, 2004: 223)

Se a prisão não serve para corrigir ou reinserir socialmente o criminoso, e nem ao menos evitar o crime, como se explicaria a tendência ao aprisionamento em massa observada na maioria dos países? Ao analisar o caso estadunidense, Loïc Wacquant dá algumas pistas, relacionando a obsessão prisional estadunidense com a diminuição da assistência social, e garantindo que as duas medidas são dois lados da mesma moeda: uma maneira de segregar e

culpabilizar os pobres por sua pobreza. Wacquant mostra como a prisão virou um negócio nos países liberais, com ações na bolsa de valores, investimentos astronômicos e “clientes preferenciais”.

De acordo com os preceitos neoliberais, o Estado deve interferir minimamente na economia. O assistencialismo, neste caso, é um absurdo lógico, pois o Estado “dá” aos indivíduos os recursos que eles deveriam buscar por seus próprios méritos. Diante disto, nos EUA, este “menos Estado” social e econômico acaba sendo remediado por um “mais Estado” penal. Assim, segundo Wacquant, quanto mais miséria houver no país, mais este tipo de penalidade neoliberal será aplicado (WACQUANT, 2001: 7).

Este modelo estadunidense de controle dos miseráveis através da força e da prisão é exemplo para o mundo. A manutenção da ordem de classe e da ordem pública se confundem em vários locais onde a miséria incomoda. Há uma transferência de responsabilidades: a ordem pública não é mais problema do Estado e sim culpa de alguns indivíduos incivilizados com os quais o Estado deve ter tolerância zero. Dias (2011) observa como a histórica massificação do encarceramento é reflexo da transferência de responsabilidades do Estado para o indivíduo, principalmente ao mal sucedido na competição capitalista.

De um lado, o Estado adota uma estratégia de responsabilização, pela qual delega sua responsabilidade na prevenção do crime a diversas instituições e organismos da sociedade civil – ONGs, organizações comunitárias, empresas de segurança privada –, abrindo espaço para a disseminação da privatização da segurança e abrindo mão de sua prerrogativa de detentor do monopólio legítimo da força física. Por outro lado, redefine os objetivos e metas das instituições do sistema de justiça criminal, especialmente as prisões, cujo objetivo passa a ser não tanto a reabilitação dos criminosos – já que as prisões já demonstraram seu fracasso acachapante nesse sentido –, mas apenas a manutenção de sua segregação social (DIAS, 2011: 66).

Wacquant considera que as prisões brasileiras, por exemplo, são verdadeiros “campos de concentração para os pobres”. O racismo é usado na criminalização das pessoas, de forma que tanto aqui, quanto nos EUA a prisão é destinada essencialmente aos negros, já que eles também costumam estar entre os mais pobres: “penalizar a miséria significa aqui “tornar invisível” o problema negro e assentar a dominação racial dando-lhe um aval de Estado” (WACQUANT, 2001: 10). O que não lhe faltam são estatísticas que corroboram estas considerações:

Nas prisões dos condados, seis penitenciários em cada 10 são negros ou latinos; menos da metade tinha emprego em tempo integral no momento de ser posta atrás das grades e dois terços provinham de famílias dispostas de uma renda inferior à metade do “limite da pobreza” (WACQUANT, 2001: 83).

Através das estatísticas, também, ele percebe como se dá a constituição do delinquente na sociedade biopolítica. Nos EUA, além da massificação da prisão, as fichas criminais dos delinquentes são amplamente divulgadas, independentemente da sua veracidade, sendo o verdadeiro mecanismo de classificação e controle dos indivíduos penalizados:

Resultado da nova sinergia entre as funções de “captura” e de “observação” do aparelho penal, existem hoje perto de 55 milhões de “fichas criminais” (contra 35 milhões há uma década), referentes a cerca de 30 milhões de indivíduos, ou seja, quase um terço da população masculina do país! Tem acesso a esses bancos de dados não apenas as administrações públicas, como o FBI ou INS (encarregado da fiscalização dos estrangeiros) e os serviços sociais, mas também, em certos casos, as pessoas e os organismos privados. Esses “rap sheets” são corriqueiramente utilizados, por exemplo, pelos empregadores para descartar os aspirantes a emprego com antecedentes. E não importa que os dados que aí figuram sejam frequentemente incorretos, prescritos ou anódinos, até mesmo ilegais. Sua circulação coloca não apenas os criminosos e os simples suspeitos de delito na alça de mira do aparelho policial e penal, mas também suas famílias, seus amigos, seus vizinhos e seus bairros (WACQUANT, 2001: 84).

Mais uma vez, observa-se que nem de longe o objetivo da prisão é reabilitar ou reinserir o criminoso na sociedade, muito menos prevenir o crime, “mas isolar os grupos considerados perigosos e neutralizar seus membros mais disruptivos mediante uma série padronizada de comportamentos e uma gestão aleatória de riscos” (WACQUANT, 2001: 86). A prisão nos EUA recebe muito mais investimentos que a educação: o salário de um agente penitenciário é “um quarto a mais do que um professor-assistente na Universidade da Califórnia, muito embora exija apenas seis semanas de formação além do diploma de conclusão do curso secundário”, de forma que muitos professores estão abandonando sua função para dedicar-se ao sistema prisional (WACQUANT, 2003: 270). Além do mais, a maioria das penitenciárias é privatizada e tem ações na Bolsa de Valores, representando um negócio muito lucrativo para o país.

(...) a implantação das penitenciárias se afirmou como um poderoso instrumento de desenvolvimento econômico e de fomento do território. As populações das zonas rurais decadentes, em particular, não poupam esforços para atraí-las: “Já vai longe a época em que a perspectiva de acolher uma prisão lhes inspirava esse grito de protesto: not in my backyard. As prisões não utilizam produtos químicos, não fazem barulho, não expelem poluentes na atmosfera e não despedem seus funcionários durante as recessões. Muito pelo contrário, trazem consigo empregos estáveis, comércios permanentes e entradas regulares de impostos. A indústria da carceragem é um empreendimento próspero e de futuro radioso, e com ela todos aqueles que partilham do grande encarceramento dos pobres nos Estados Unidos. (WACQUANT, 2001: 93)

O fato é que, para Wacquant (2003: 275), a explosão prisional estadunidense vem servindo de exemplo para o mundo e o seu sistema penitenciário já é o terceiro maior empregador do país: o Estado trocou programas de habitação social pela construção de penitenciárias como solução mais lucrativa para o problema dos sem-teto. Essa política de aprisionamento como fator compensatório aos programas de assistência social tem a simpatia do eleitorado estadunidense, de forma que a indústria da prisão ajuda a eleger os políticos.

Com este sistema, a prisão promove efeitos muito nefastos na vida dos mais pobres: “trajetórias escolares e profissionais interrompidas, famílias desestabilizadas e relações maritais abortadas, crianças retiradas do cenário familiar, rendimentos amputados e desviados para o sustento de quem está na prisão” (WACQUANT, 2003: 284) e estigmatização de bairros populares.

Sabe-se que ao lançá-los nas prisões -prematuramente, repetidas vezes e cada vez por mais tempo-, o Estado acaba por fechar aos jovens egressos das classes pobres, apanhados nas redes de seu dispositivo repressivo, as duas principais portas de saída da delinquência, que são a obtenção de um emprego estável e o casamento. São assim ampliadas as chances de que a criminalidade se perpetue por meio tanto do ciclo de vida quanto entre as gerações. (WACQUANT, 2003: 284)

Está entre as funções da prisão, a manutenção de um mercado de trabalho desqualificado, a perpetuação da ordem racial e a substituição das obrigações com assistência social. Ela adapta a divisão sexuada do trabalho ao desemprego, pois “acolhe” os homens desempregados enquanto o Estado exerce tutela sobre suas esposas. Esta prática está de acordo com a tradição estadunidense de “fichamento, de recuperação moral e de repressão do Estado” (WACQUANT, 2001:100).

A prisão armazena os indivíduos tidos como inúteis, indesejáveis ou perigosos, numa tentativa de ocultar a miséria. Ao empobrecer seus reclusos destina-lhes o estigma de delinquente, “lançando-os na espiral irresistível da pauperização penal, face oculta da “política social” do Estado para com os mais pobres, que vem em seguida naturalizar o discurso inesgotável sobre a “reincidência” e sobre a necessidade de endurecer os regimes de detenção” (WACQUANT, 2001: 144).

A função principal da prisão é a segregação, impondo a fronteira entre os cidadãos de bem e as categorias desviantes, dividindo os merecedores e os não merecedores.

A penalização serve aqui como uma técnica para a invisibilização dos “problemas” sociais que o Estado, enquanto alavanca burocrática da vontade coletiva, não pode ou não se preocupa mais em tratar de forma profunda, e a prisão serve de lata de lixo judiciária em que são lançados os detritos humanos da sociedade de mercado. (WACQUANT, 2003: 21)

O apoio social a este tipo de prática deve-se a um discurso alarmista, catastrofista da criminalidade. Há uma confusão entre insegurança real e sentimento de insegurança, e nesta confusão balizada pela mídia, também, se confunde criminalidade com pobreza.

Não foi tanto a criminalidade que mudou no momento atual, mas sim o olhar que a sociedade dirige para certas perturbações da via pública, isto é, em última instância, para as populações despossuídas e desonradas (pelo seu estatuto ou por sua origem) que são os seus supostos executores, para o local que elas ocupam na Cidade e para os usos aos quais essas populações podem ser submetidas nos campos político e jornalístico. (WACQUANT, 2003: 29)

Além de tudo, criminalizar a pobreza ajuda a reafirmar a ideologia estadunidense de que a pobreza é culpa dos pobres e não há nenhuma incoerência em puni-los por algo que eles mesmos são responsáveis. Como resultado dessa lógica, o país que mais proclama a liberdade individual é de longe o país que mais prende: “se fosse uma cidade, o sistema carcerário estadunidense seria a quarta maior cidade do país” (WACQUANT, 2003: 207).

Grande vencedor da guerra fria, única superpotência que sobreviveu a corrida armamentista, policial autoproclamado do planeta, os Estados Unidos ascenderam, em apenas duas décadas, ao posto de líder mundial em matéria de aprisionamento (WACQUANT, 2003: 214).

Talvez seja justamente por esta experiência prisional que os EUA se considerem os “policiais” do planeta. Afinal, eles viraram excelência na função de observadores das categorias desviantes e perigosas. Nos EUA, ser jovem e pobre é um grande risco de entrar nos índices de delinquência:

Foi assim que, em 1993, a polícia de Denver fichou cerca de 6.500 jovens “suspeitos” de pertencer a gangues, muito embora, segundo suas próprias estimativas, não houvesse mais de 500 membros de gangues em toda a cidade. É verdade que para figurar neste fichário, bastava ser detido no mesmo momento em que um membro (suposto) de gangue, vestir-se com as cores (supostas) de uma gangue, supostamente conhecer um (pretenso) membro de gangue ou pura e simplesmente ser visto em sua companhia. Em virtude disso, mais de nove jovens em dez incluídos nessa lista eram afro-americanos (57%) e latinos (33%), embora a população de Denver seja 80% branca. Compreende-se, pois, a estupefação e a raiva combinadas da comunidade negra ao descobrir que pelo menos 3.691 de seus jovens- ou seja- dois terços dos afro-americanos de 12 a 24 anos residentes na cidade- eram considerados suspeitos ou se não culpados pelas autoridades (WACQUANT, 2003: 236).

David Garland (2008: 390) chama de “criminologia do outro” essa política de transformar o criminoso em um “outro” opaco e incompreensível para acalmar a consciência

de quem se sente “desconfortável em neutralizar milhões de pessoas e até mesmo em matar algumas, tudo em nome da segurança pública”. A prisão é o destino disciplinador dos pobres.

Ela tem uma relação íntima com a sociedade em que está inserida. Apesar disso, quase todos os estudos sociológicos abordam quem está do lado de dentro da prisão em detrimento da sociedade “livre” que se relaciona com ela. Já vimos que, além da tentativa de uma distinção clara entre detentos e não detentos, há uma construção da figura do “delinquente” como uma figura estigmatizada e segregada.

As reflexões de Norbert Elias e John Scotson sobre dois grupos sociais distintos e até rivais obrigados a conviver num mesmo espaço, no livro “Os estabelecidos e outsiders”, nos dão pistas sobre como se estabelecem as relações entre os moradores de um determinado município e os estigmatizados do mundo da prisão. Para os autores, a distinção entre estabelecidos e outsiders não é necessariamente uma valoração em que os estabelecidos são maléficos segregadores isolando pobres estigmatizados; mas ao contrário, são dois grupos que sofrem as tensões de uma convivência não desejada.

Elias e Scotson (2000) observaram um bairro operário inglês que denominaram (nome fictício) Winston Parva. O bairro que inicialmente era habitado por um grupo de famílias antigas com fortes relações sociais entre si, recebeu repentinamente um novo loteamento em seu território que atraiu moradores de diversos lugares. Por ser um bairro operário, tanto o grupo antigo quanto os novos moradores exerciam praticamente o mesmo tipo de atividade nas indústrias. A diferença essencial entre os grupos é que o antigo possuía um conjunto de regras as quais os novos moradores não tiveram acesso e acabaram segregados por não observá-las.

Por este estudo, percebe-se que as relações de poder podem ser de diversas ordens e não apenas de classe ou raça. Na população observada por Elias e Scotson (2000), os grupos dominantes e dominados não se diferenciam pelo tipo de ocupação, religião, educação, nacionalidade, classe social ou raça, mas apenas pelo tempo em que residiam na comunidade. Isto mostra que a relação entre estabelecidos e outsiders ocorre graças ao poder de coesão do grupo dominante, que consegue ditar as regras e excluir o outro e não necessariamente a fatores biológicos ou econômicos. Hanna Arendt (1989) já havia percebido isso ao observar que o antissemitismo ocorre principalmente pela falta de coesão política entre os judeus, pela sua falta de pertencimento às nações que ocupam e não por seguirem determinada religião ou terem determinada carga genética como uma primeira análise parece supor.

No caso estudado por Elias e Scotson (2000), os moradores antigos tinham uma coesão justamente por sua antiguidade, famílias que há muito se conheciam, se entrelaçavam, regras há muito tempo rigidamente obedecidas, partilhamento de valores. Ao excluir novos moradores, este grupo impede a coesão entre os excluídos, mantendo-os para sempre na condição de outsiders.

Os autores observam que grupos estabelecidos tendem a se considerar moralmente superiores (ELIAS e SCOTSON, 2000: 19). O potencial de coesão faz com que grupo estabelecido reserve para si melhores cargos e posições sociais:

(...) a exclusão e a estigmatização dos outsiders pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar (ELIAS e SCOTSON, 2000: 22).

Os excluídos, ao invés de estabelecer uma coesão interna, acabam desenvolvendo suspeitas entre si e assimilam a concepção dos estabelecidos para com os seus semelhantes de que são inferiores ou perigosos. A coesão de um grupo para exclusão de outro constitui o que os autores chamam de figuração estabelecidos-outsideers (ELIAS e SCOTSON, 2000: 22).

Nas sociedades que recebem prisões em seus territórios, as reações são parecidas. A construção de uma prisão acaba mudando a dinâmica demográfica local, não só pelo preso, mas, pela inserção dos novos sujeitos a ele relacionados (família, amigos).

Geralmente, a construção de uma penitenciária em uma localidade é um empreendimento do governo sem consulta popular e, mesmo havendo consulta e aprovação da população, é possível que a chegada de novos moradores cause desconfortos na população estabelecida.

Tal como na comunidade estudada por Elias e Scotson (2000), os habitantes de municípios que recebem prisões constituem grupos previamente estabelecidos e com suas próprias regras sociais. Moradores mais velhos que formam uma coesão por sua antiguidade podem se confrontar com moradores e visitantes recentes, vindos de lugares diferentes, com hábitos diferentes e sem grandes afinidades entre si. Mesmo que não haja grandes diferenças sociais com os grupos estabelecidos, estes novos moradores são vistos como nocivos, como outsiders.

Elias e Scotson (2000: 132) observam que “por toda parte, o carisma grupal atribuído ao próprio grupo e a desordem grupal atribuída às pessoas de fora são fenômenos complementares”. Além do mais, os encarcerados e suas relações já carregam consigo uma série de estigmas por tudo o que representa a punição. Os autores consideram que quase toda

sociedade possui este tipo de figuração justamente por uma “necessidade de se destacar dos outros homens, e com isso de descobrir neles algo que se possa olhar de cima para baixo” (ELIAS e SCOTSON, 2000: 208).

E não é diferente com a população dos pequenos municípios que recebem novos moradores por conta da instalação de uma unidade prisional. De alguma forma os moradores antigos do município querem se destacar dos novos, e vice-versa.

2.1. Percepções da paisagem

No intuito de entender como se estabelecem as relações entre os moradores das pequenas cidades que recebem prisões e os novos sujeitos que para lá migram ou as visitam, buscamos suporte teórico nas teorias da percepção, principalmente do geógrafo Yi-fu Tuan. Tuan, por meio da fenomenologia, estudou como as pessoas percebem e se relacionam com o meio ambiente, principalmente nos livros *Paisagens do Medo* (2005) e *Topofilia* (1980): “todos os homens compartilham atitudes e perspectivas comuns, contudo a visão que cada pessoa tem do mundo é única e de nenhuma maneira fútil” (TUAN, 1980: 285).

A topofilia seria a relação afetiva positiva que o indivíduo tem com seu ambiente e, seu oposto, é a topofobia. A paisagem tem efeito sobre as percepções dos indivíduos (TUAN, 1980:285):

A topofilia assume muitas formas e varia muito em amplitude emocional e intensidade. É um começo descrever o que elas são: prazer visual efêmero; o deleite sensual de um contato físico; o apego por um lugar por ser familiar, porque é o lar e representa o passado, porque evoca orgulho de posse ou de criação; alegria nas coisas devido à saúde e vitalidade animal (TUAN, 1980: 286).

Estas percepções podem mudar a qualidade do ambiente e afetar as percepções de todo o grupo. Se a paisagem é percebida pelo indivíduo como uma paisagem de medo, ele vai criar mecanismos para se defender e tentar alterar esta paisagem, da mesma forma como vai mudar seu relacionamento com outros membros do grupo.

Todos desejam uma sociedade harmoniosa e estável (TUAN, 2005:231), e como esta estabilidade é impossível, experimentam alguma forma de ansiedade e medo. Neste sentido, a cidade sempre despertou algum tipo de medo.

Há um discurso de que a cidade nunca foi tão perigosa como atualmente. Tuan mostra que, desde a Idade Média, casas caíam frequentemente, as pessoas tinham medo do fogo que matava diariamente; na renascença italiana a violência e o crime transcendiam as classes (TUAN, 2005:252):

Durante sua história a cidade tem sido oprimida pela violência e pela ameaça constante do caos. Dentre os muitos intrincados temas desta história, merecem especial atenção os seguintes: conflitos violentos entre os cidadãos poderosos e a criação de uma fortificada paisagem do medo; perigo e ansiedade em relação aos estrangeiros no meio urbano; medo de anarquia e revolução, isto é, a queda de uma ordem estabelecida por massas inassimiláveis e incontroláveis; aversão e medo dos pobres, como uma fonte especial de corrupção moral e de doença; e medo dos imigrantes pobres (TUAN, 2005:252).

Muitos autores mostram que o medo da cidade frequentemente é relacionado ao “outro”, principalmente quando este outro é migrante e/ou pobre. Tuan diz que “as autoridades da cidade, em tempos passados, ainda mais do que hoje, ficavam nervosas quando viam bandos de pobres afluírem em seus distritos” (2005:263). O medo da cidade é o medo das pessoas, e o crescimento das cidades desperta estes sentimentos:

O rei alegava que o recente crescimento da cidade tornava difícil o destino do lixo bem como garantir o suprimento de alimentos. Ele também asseverava que isso era a causa de furtos, roubos e assassinatos (TUAN, 2005:264).

Assim, o estudo das percepções mostra a tendência a perceber o outro como sinal de perigo. A violência e o medo combinam-se a processos de mudança social nas cidades (CALDEIRA, 2000: 9). Este medo gera narrativas sobre o crime, que Caldeira chama de “fala do crime”, e que “ressignificam e organizam o mundo de uma maneira complexa e particular” (CALDEIRA, 2000:43), criam estereótipos e preconceitos, separam e reforçam desigualdades:

A fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos. Ela, de modo simplista, divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais (CALDEIRA, 2000:10).

A fala do crime torna certos grupos perigosos. Entretanto, para Bauman (2010: 55), uma oposição imaginária a si mesmo é necessária para estabelecer a autoidentidade e a coesão do grupo.

Desse modo, a boa vontade para cooperar dentro de seus limites exige, como sustentação, a recusa à cooperação com um adversário. É como se precisássemos do medo do mundo selvagem para nos sentir seguros (BAUMAN, 2010:55).

Por isso, as pessoas têm necessidade de criar categorias de criminosos e estigmatizá-los.

2.2. As representações sobre o sistema penitenciário

Os presos não representam a totalidade dos criminosos, mas, provavelmente, a parte dos criminosos que a sociedade quer excluir. Tuan (2005:306) mostra que o nascimento da prisão, nos moldes como funciona, ocorreu para dar um destino aos pobres.

Tudo o que a sociedade considera impróprio acaba associado ao crime e, por extensão, aos presos (CALDEIRA, 2000:80). A prisão é vista essencialmente como um castigo, pois, mesmo nos moldes atuais, não permitem a ressocialização do egresso. Sergio Adorno (1991) em artigo sobre o sistema penitenciário no Brasil afirma que “a contaminação criminógena reforça a ruptura dos laços convencionais com o mundo da ordem, instituindo as possibilidades efetivas de construção de trajetórias e carreiras delinquentiais” (ADORNO, 1991: 71). A “fala do crime” descrita por Caldeira também compartilha desta opinião, pois:

As pessoas também acham que é difícil ressocializar os presos tanto porque não é fácil erradicar o mal depois que ele já infectou uma pessoa, como porque nos presídios eles ficam sem fazer nada. Assim, muitos pensam que o único caminho para ressocializar prisioneiros é forçá-los a adquirir alguma especialização profissional durante o tempo da prisão (CALDEIRA, 2000:96).

As representações sobre as prisões costumam ser pré-concebidas, afinal, o mundo da prisão é sempre coberto com uma aura de mistério: “pouco ou quase nada se fala dos presídios no seu dia a dia, sobre seu cotidiano de isolamento” (GOES e MAKINO, 2002:166). As próprias muralhas da prisão tem a dupla função de conter os presos tanto quanto de “esconder” o que acontece do lado de dentro:

Assim começamos a perceber que as altas muralhas têm múltiplos significados. Tão importante quanto a segurança, supostamente garantida pela contenção, é a ausência de transparência. O olhar, ainda que parcial, do interior para o exterior, é garantido pela tela da televisão. Mas o contrário não é verdadeiro. Do exterior para o interior, o olhar só penetra em situações excepcionais, parcialmente durante as preparadas visitas, e em momentos de ruptura radical da ordem, durante motins e tentativas de fuga noticiadas pela imprensa. Nessas raras ocasiões, as atenções da sociedade voltam-se para a questão penitenciária que, travestida de ameaça eminente, passa a preocupar a todos. De modo ambíguo, a mídia reflete e influencia a discussão que se desencadeia. Mas isso sempre dura pouco, então o véu que costuma encobrir a questão penitenciária é recolocado... (GOES e MAKINO, 2002:173).

A prisão é um símbolo de medo, e a população pode percebê-la de maneira deturpada. Como os presos são o que a sociedade quer excluir, afastar, e o significado do intramuros não chega à percepção da população de forma precisa, cria-se um estigma de tudo o que envolve o mundo da prisão: seus “beneficiários”, seus trabalhadores, suas instalações, seus rituais.

As prisões eram evitadas, elas produziam inquietação e até medo. Na Inglaterra, pelo menos desde o século XV, o termo “febre das cadeias” estava em moda e pronunciado com temor: era empregado geralmente ao referir-se às doenças que quase invariavelmente aniquilavam os presos. (...) Naturalmente as pessoas tinham motivo para temer a prisão: coisas horríveis aconteciam atrás de suas paredes. Em meados do século XVIII, no entanto, ingleses e franceses repentinamente viram os lugares de confinamento como fontes de um mal que não podia ser contido; se espalharia e ameaçaria a cidade mesmo que os delinquentes permanecessem atrás das grades. O medo era de uma podridão indefinida tanto física quanto moral. Acreditava-se que a violência e degradação das prisões e asilos produziam um ar nocivo que podia ser sentido a centenas de metros de distância. A ideia de fermentação, então nova para a ciência, aumentou a suspeita. Toda classe de vapores nocivos e líquidos corrosivos podiam estar fermentando no confinamento das celas da prisão, de onde certamente escapariam para atacar as áreas residenciais vizinhas (TUAN, 2005:310, 311).

Goffman (1975) define o estigma como uma marca (visível ou não) que torna a pessoa diferente do que a sociedade espera dela. O estigma abre pouca possibilidade à mudança e vem carregado de uma série de valores de maneira que quem o carrega provavelmente sempre o carregará e a sociedade esperará deste indivíduo uma conduta compatível a todos os portadores deste estigma.

Há no Brasil vários estudos sobre estigma, mas todos eles recorrem de alguma forma à Goffman. O conceito já era difundido na Grécia antiga, e tratava-se de marcas (corporais) feitas para a identificação e segregação de ladrões ou escravos. O estudo de Goffman revoluciona por apontar que na sociedade moderna os estigmas não são necessariamente marcas corporais visíveis, podendo ser marcas construídas socialmente. Omote (2004) mostra como se deu esta substituição:

Se as marcas corporais eram produzidas com a finalidade de sinalizar às pessoas que o seu portador era um ladrão, traidor ou escravo, alguém de status moral inferior, com quem deveria ser evitado qualquer contato mais próximo, evidentemente a sua imediata e inconfundível visibilidade era imprescindível. A marca social que representa hoje o estigma não é visível, mas a manipulação que se faz do estigma e o tratamento especializado dispensado ao estigmatizado podem aumentar a visibilidade da condição especial desse indivíduo (OMOTE, 2004: 295).

Flávia Schilling e Sandra Miyashiro definem o estigma como uma marca, mancha, aquilo que é indigno, ou vergonhoso (SCHILLING e MIYASHIRO, 2008). Omote (2004: 294) diz que o termo se refere à condição social de desgraça e descrédito, “uma marca social, uma mancha ou mácula social”, “que torna alguém diferente de pessoas comuns, com um profundo sentido depreciativo, caracterizando-o como um ser inferior”. Desta fala podemos perceber a função segregadora do estigma: ele serve para classificar quem não é “comum”.

Os autores também ressaltam que o estigma difere do preconceito por sua aceitação social. O preconceito é algo politicamente incorreto, enquanto o estigma é naturalizado, quase como uma doença congênita:

Se o preconceito é algo que emerge nas falas dos entrevistados como algo que incomoda e provoca indignação, o estigma evidencia algo que extrapola uma atitude de prejulgamento, como “sinal infamante, indigno e desonroso, mancha infamante na reputação de alguém” pressupõe a contaminação, o contágio, a transmissão, tornando urgente e necessário o isolamento do agente contaminador. Essa ideia de contágio parte em alguma medida da crença de que algo foi herdado ou adquirido no convívio social (SCHILLING e MIYASHIRO, 2008: 248).

O estigma é útil socialmente, serve para reafirmar os padrões de normalidade e garantir um controle social. Para que o homem viva em coletividade, ele precisa criar uma série de regras, explícitas ou tácitas, e quem foge a estas regras tem que ser demarcado, separado e controlado, para que a regra se mantenha.

Os detentos carregam estigmas, pois eles são exatamente o que a sociedade não espera de seus membros. Além do mais, os encarcerados costumam ser os excluídos socialmente, que já carregam os estigmas da miséria e da segregação⁸. Felix (1996: 249) analisou as fichas de presidiários na penitenciária de Marília, no ano de 1995, e observou que cerca de 70 % dos reclusos não haviam completado o ensino fundamental, e segundo a autora: “o que mais se destaca nessa análise é a instrução relacionada à cor do criminoso e a participação na tipologia criminal. Apenas os brancos têm mais que o primeiro grau. Os negros têm apenas educação elementar, da mesma forma que os pardos, excetuando-se uma parcela ínfima (2,56%) que chegou a iniciar o 2º grau”. Assim, geralmente o preso reúne em si uma série de estigmas (preso, pobre, negro, analfabeto):

A pobreza e o estereótipo da marginalidade estão associados muitas vezes ao crime. A pobreza é vista como a causa da criminalidade e os pobres como os seus autores. O medo do crime acaba se tornando medo dos pobres, que também são estigmatizados. O sistema penal alcança mais depressa os pobres e os negros (KOSMINSKY; PINTO; MIYASHIRO, 2005, p. 56).

Os criminosos que escapam das punições geralmente não carregam estigmas, já a condição de presidiário é que revela seus atos infracionais, condição esta que acarreta a estigmatização do indivíduo. Portanto o indivíduo estigmatizado não é necessariamente o criminoso, ou pelo menos, não é todo tipo de criminoso, mas sim os que carregam a marca da prisão.

⁸Não significa que os presídios sejam formados só deste tipo de preso, muito menos que a pobreza implique numa criminalização, mas as estatísticas mostram que a punição recai mais severamente sobre os excluídos socialmente, como mais uma forma de segregá-los.

Uma vez preso, o indivíduo passa a ser estigmatizado ao ponto até de ser afastado da sociedade em geral, o que poderá levá-lo a outros tipos de sociabilidades na relação com os estigmatizados como ele. O fato de ser marcado pelo “mundo do crime”, dificultará a sua inserção plena no “mundo do trabalho”. A concepção determinista, de que o indivíduo nasceu no crime e nele vai morrer, pode “contaminar” todos a sua volta, principalmente filhos, pais e cônjuges.

Para Goffman (1975: 57), “uma pessoa com ordem de prisão pode contaminar legalmente qualquer um que seja visto em sua companhia, expondo-o à prisão como suspeito”. O estigma do preso pode se estender para toda a rede de relações que o cerca, sendo que as suas visitas recebem o rótulo pejorativo de “mulher de preso”⁹.

O estigma — que pressupomos cercar os presidiários — se estende para além do indivíduo encarcerado, passando para as pessoas que se relacionam diretamente com eles, seus familiares ou amigos, o que permite à sociedade considerá-los uma só pessoa. A sociedade os vê de maneira fundida: a mulher de presidiário ou o filho de presidiário. Com base nesses pressupostos, podemos concluir que o olhar estigmatizante que é direcionado à família do presidiário é uma extensão do estigma que o cerca (SCHILLING e MIYASHIRO, 2008: 248).

Porém este fenômeno ocorre de maneira diferente dependendo da localidade em que se habita. Há bairros em grandes cidades em que muitas pessoas são punidas e muitas outras têm relações com estes punidos. É o caso das favelas, que carregam o estigma da criminalidade que se estende por todos os seus moradores, seja pela fraca presença das forças policiais, que pode atrair maior criminalidade, seja pelas piores condições de vida, que podem levar o sujeito a buscar meios alternativos de sobrevivência, seja pela construção segragacionista de criminalização da pobreza amplamente difundida pelos meios de comunicação. Neste caso, o estigma é atenuado dentro da localidade, já que todos são estigmatizados pelos “de fora”. Isto reforça a tese de que o estigma é uma construção social relativa: o estigmatizado em alguns lugares pode não ser em outros:

O que designará a condição de estigmatizado ou não do filho de presidiário, por exemplo, não é a priori o encarceramento de um dos progenitores, mas o contexto sociocultural e de relações em que essa informação é fornecida ou visível. É preciso analisar em quais circunstâncias esse aspecto da trajetória pessoal constitui um fator estigmatizante ou de distinção. (SCHILLING e MIYASHIRO, 2008: 250).

De qualquer forma, a população de grandes cidades tem mais habilidades para lidar com as diferenças, pois como elas são muitas, os espaços e os limites estão bem demarcados

⁹Este termo é recorrente no discurso da população que tem contato com penitenciárias, mas não caracteriza necessariamente a esposa do preso e sim qualquer pessoa que o visite.

(classes diferentes geralmente não moram no mesmo bairro e nem frequentam os mesmos locais, por exemplo). A cidade grande consegue “varrer” para um canto e fechar os olhos diante dos estigmatizados.

As cidades pequenas têm mais dificuldades em lidar com indivíduos estigmatizados. A presença deles salta aos olhos por, geralmente, existir uma coesão social e até certa homogeneidade de hábitos e costumes. É claro que mesmo em municípios minúsculos as diferenças sociais são bem demarcadas, mas nestes lugares geralmente todos os grupos frequentam os mesmos lugares, muitas vezes só há uma escola, um hospital, um centro de eventos, uma igreja e uma praça, de forma que todos se conhecem e acabam se esbarrando.

Diante disto já se pode imaginar o impacto da política de interiorização do sistema penitenciário empreendida pelo governo estadual nas últimas duas décadas. Dezenas de unidades prisionais surgiram em todo interior paulista, levando milhares de presos e suas relações sociais para municípios minúsculos. Dois casos emblemáticos deste impacto são os municípios de Balbinos, na região de Bauru e Lavínia, na região de Araçatuba.

A população¹⁰ do município de Balbinos¹¹, em 2000, antes da instalação da primeira unidade prisional, era de 1312 habitantes. Hoje, com dois presídios, Balbinos tem uma população de 4068 pessoas, sendo a população carcerária¹² de 2811 reclusos. Ou seja, mais da metade da população da cidade constitui-se de presos. Lavínia tinha 5.134 moradores em 2000, atualmente tem 9.218 e sua população carcerária nos três presídios é de 3909 detentos. Nestes dois municípios citados, considerados pacatos, com uma população coesa e onde quase todos os moradores se conheciam, o número de habitantes chega a triplicar subitamente com a presença de milhares de novos moradores portadores do estigma do “mundo da cadeia”. Mesmo afastados do convívio social, os detentos promovem mudanças na vida dos moradores locais com a presença de pessoas de suas relações e o aumento de prestadores de serviços.

A “mulher de preso” carrega marcas específicas, diferentes dos outros visitantes e migrantes: andam em bandos, com crianças, falam alto, usam taxis e vans (geralmente a

10Dados do Seade <http://www.seade.gov.br/produtos/chartserver/imp/fc/lva/47,265/55/1980,1981,1982,1983,1984,1985,1986,1987,1988,1989,1990,1991,1992,1993,1994,1995,1996,1997,1998,1999,2000,2001,2002,2003,2004,2005,2006,2007,2008,2009,2010,2011/00/2/2/>, acesso em 06 de dezembro de 2011

11 Um exemplo deste impacto pode ser encontrado na reportagem de Clara Becker para a Edição 53 da Revista Piauí, “[Em falta: mulheres e homens soltos](http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-53/despedita/em-falta-mulheres-e-homens-soltos)”, disponível em <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-53/despedita/em-falta-mulheres-e-homens-soltos>

12 Dados da Secretaria de Administração Penitenciária <http://www.sap.sp.gov.br/>, acesso em 06 de dezembro de 2011

população de cidades muito pequenas não usam) e carregam sacolas transparentes¹³. Estas marcas ajudam a população a reconhecer as pessoas estigmatizadas:

O circuito se completa, na extensão em que se criam estereótipos, verdadeiras caricaturas que põem em evidência os traços presumidamente comuns a todas as pessoas colocadas em uma mesma categoria, destacando-os como marcas distintivas dessas pessoas (OMOTE, 2004: 295).

A presença de familiares de presos em pequenas cidades “transtorna a vida social urbana, fazendo com que sejam mais facilmente percebidas as diferenças entre quem é nativo e quem não é” de maneira que “o “outro” perturba a realidade social de determinada localidade” (SORIANO, 2007: 20).

As pessoas comuns não correm especial risco de serem confundidas com algum tipo de desviante. Assim, o tratamento especial, em termos de descrédito social e consequente incapacitação social, dado pela comunidade pode ser direcionado a seus alvos sem muita dificuldade. Do mesmo modo, as eventuais segregação e exclusão podem ser praticadas com a aparência de algo correto e justo. O resultado é a pessoa marcada socialmente como inferior (OMOTE, 2004: 293).

Há uma forte concepção, na fala dos moradores, de que alguns visitantes dos presos levam celulares e drogas para a prisão escondidos entre os alimentos e até dentro do próprio corpo. Por conta disto, os moradores não se opõem a uma revista feminina exagerada e humilhante, pois a “mulher de preso” não é uma mulher qualquer: a mulher que mantém relações sexuais com um “bandido” pode ser violada, uma vez que se sujeita a usar o corpo para esconder objetos. Estas concepções que circulam entre os moradores, muitas vezes não correspondem à realidade, já que, grande parte destas pessoas não cometem crimes e nem são esposas dos presos, são mães, irmãs, filhas, tias e etc.

Outro fator que reforça esta imagem negativa do preso e de sua família é a disputa que a população trava com eles por direitos sociais. Muitas pessoas consideram que na penitenciária há mais acessos aos serviços públicos do que fora dela, já que o preso dispõe de assistência médica, jurídica, alimentação e “moradia” sem fornecer nenhuma contrapartida para a sociedade. O discurso recorrente é que além da punição não ser adequada com todos estes “privilégios”, a população tem que trabalhar para sustentá-los.

Circulam na internet vários textos protestando contra os direitos dos presidiários, além de muitos programas de televisão, principalmente os sensacionalistas que fazem a cobertura dos casos de violência urbana e levantam a bandeira de que o preso tem mais direitos que a população “trabalhadora” que deveria se revoltar diante desta situação. Frente a

¹³ O uso de sacolas transparentes é uma norma do sistema prisional para facilitar a revista.

estes questionamentos, a população costuma clamar por um recrudescimento penal. Estes elementos acabam colocando preso e a população em lados opostos de um ringue, reforçando a ideia de segregar os portadores do estigma do preso. Omote (2004) mostra como a garantia de direitos reforça os estigmas:

Paradoxalmente, quanto mais uma sociedade necessita tornar-se inclusiva, mais estigmas parecem estar presentes nas suas relações sociais. Uma sociedade necessita ser inclusiva porque ela é amplamente diversificada, heterogênea na sua constituição, desigual nos direitos e iníqua na distribuição das riquezas. A administração dessa diversidade, em direção a uma sociedade mais inclusiva, implica igualdade de direitos na diversidade - inclusive diversidade na capacidade de contribuir para o bem comum - e implica ampla possibilidade de mobilidade social. São justamente ingredientes que parecem criar terreno fértil para a construção de novos desvios e estigmas (OMOTE, 2004: 303).

O país passa por uma democratização que garante direitos a alguns grupos e, diante disso, acentuam-se as suas valorações negativas. A estigmatização acaba impedindo que o grupo estigmatizado se reintegre aos padrões “normais”. O preso estigmatizado não consegue retomar suas atividades e acaba voltando ao crime¹⁴.

Os presidiários são estigmatizados pela sociedade, desacreditados, são tratados de maneira sub-humana nos presídios superlotados e o cumprimento da pena não os torna socialmente aceitos. A marca de ex-presidiário coloca barreiras no convívio social, impossibilitando acesso, entre outras coisas, ao mercado de trabalho (KOSMINSKY; PINTO; MIYASHIRO, 2005: 51).

Não é somente a inócua reinserção, mas os estigmas e a própria experiência adquirida na cadeia que pode estimular novos crimes. Os habitantes dos municípios que recebem os presídios também sofrem com o medo causado por esta figura estigmatizada. A inserção abrupta de novos atores sociais com a instalação de penitenciárias em pequenas cidades não só produz o medo dos presos (de rebeliões, por exemplo), mas produz medo das pessoas que se transferem para o local em função da unidade prisional. O preso, tal como a “mulher de preso” são pessoas temidas pelo estigma que carregam.

2.3. Interiorização do sistema penitenciário paulista

A prisão assume significados diversos para os diferentes atores sociais: a sociedade em geral, o Estado, o recluso e as pessoas que veem seu cotidiano diretamente afetado pela

¹⁴Não estamos aqui justificando todo tipo de reincidência, mas apenas apontando que a falta de reinserção social aparece como um fator contribuinte desta reincidência.

presença da instituição. Ela é o símbolo da segregação, da separação entre bons e maus, punidos e não punidos, a revanche social contra o mal praticado: o criminoso é um ofensor à sociedade e a prisão é a expiação da sociedade contra a sua ofensa (crime). Embora seja o símbolo de ordem ao tirar os “desordeiros” do convívio social e mantê-los confinados sob regras, também é símbolo de desordem.

Conforme relatos de presos, funcionários, da literatura sobre o assunto¹⁵ e dos veículos midiáticos, são verdadeiras bombas relógio, onde nada funciona como deveria (as celas são superlotadas, há corrupção em todas as instâncias, alguns presos têm privilégios e outros são completamente esquecidos pelo aparato estatal) e há sempre a iminência de rebeliões, homicídios, extermínios. Ela mostra a presença do poder estatal - decide quem deve estar dentro ou fora dos muros e como deve ser a sua tutela, mas também mostra a fraqueza estatal, ao escancarar como o crime organizado (no caso paulista, o PCC) consegue exercer poder em um espaço que deveria ser totalmente controlado pelo Estado (DIAS, 2011). Teoricamente, ela também é um símbolo de educação, reinserção e ressocialização, como outras instituições típicas para este fim (escolas, conventos, manicômios)¹⁶, mas não tem alcançado muito sucesso nestes objetivos. Enfim, este tipo de instituição pode ser ao mesmo tempo símbolo da violência (nem toda violência da sociedade está contida em seus muros, mas seus muros contêm apenas seres que de alguma forma violentaram a sociedade¹⁷), da justiça (ao tentar punir, vingar ou evitar um novo mal) e do perigo (já que seus muros contêm pessoas que “ameaçam” de alguma forma a sociedade).

Na década de 1980, depois de um longo período de ditadura, o Brasil se deparou com um processo de democratização em que a questão dos direitos do cidadão era a pauta do dia. Este contexto incide no sistema penitenciário de duas maneiras: por um lado os presos entram no script dos cidadãos com direitos, principalmente os “direitos humanos”, de forma que se elaborou uma série de medidas que previam a humanização do sistema carcerário. Por outro lado, o país se encontrava em crise econômica e aumento da criminalidade, e parte da população não queria dividir os direitos (principalmente sociais) com aqueles que agridem a sociedade democrática com a violência e a criminalidade. O governador Franco Montoro (1983-1987) foi o primeiro a propor uma melhoria nas condições das prisões paulistas. Apesar de não haver uma discussão profunda sobre as funções de violência e punição, próprias do

15Varella (1999), por exemplo

16Ver mais sobre isto em Goffman (2001)

17 Não estamos levando em conta os casos, que devem ser muitos, de pessoas presas injustamente. Estas considerações são apenas para refletir sobre a imagem que se tem das prisões e não devem ser levadas ao pé da letra.

sistema penitenciário, seu governo procurou executá-las através de métodos mais especializados e, portanto, menos violentos (CALDEIRA, 2000). Apesar do caráter moderado das políticas de humanização dos presídios, Montoro enfrentou forte oposição da polícia, dos políticos e da população em geral incentivada pela mídia (CALDEIRA, 2000). Como consequência desta oposição, o poder político acabou optando por recuar com as políticas de humanização dos presídios. Os sucessores Orestes Quércia e Antônio Fleury usaram o medo do crime para reprimir os direitos humanos, convencendo a população de que a única maneira de combater a criminalidade é reprimindo duramente os bandidos¹⁸.

Um exemplo do aumento das políticas repressivas da década de 1990 é o “vertiginoso aumento da população prisional nesse período, no Brasil como um todo, mas particularmente em São Paulo” (DIAS, 2011: 103). Esta explosão demográfica carcerária está relacionada ao descrédito da prisão como ressocializadora, conformando-se com seu papel de segregadora espacial.

A Lei de Execução Penal¹⁹, de julho de 1984, apareceu no contexto de humanização, buscando a reintegração do preso à sociedade. Porém, Dias (2011: 97) indica que a “LEP emergiu como um conjunto ideal de medidas para a execução penal que nunca se chegou sequer a ser tentado, tamanha a discrepância entre o que está previsto na letra da lei e a realidade das instituições prisionais no Brasil”. Em contrapartida, em 1990, a Lei de Crimes Hediondos²⁰ foi editada para tentar reprimir mais fortemente a violência generalizada, considerando como inafiançáveis os crimes de sequestro, tráfico de drogas e estupro, negando aos criminosos os benefícios da progressão da pena e obrigando-os a cumprir 2/3 da condenação em regime fechado. Em 1994, o crime de homicídio qualificado foi incluído na lei graças a uma mobilização popular decorrente do assassinato de uma atriz famosa. Em 2003 foi promulgada uma nova LEP que aparece como um retrocesso na garantia dos direitos humanos dos presos.

Outra tentativa de humanização do sistema carcerário foi a transferência das funções prisionais da Secretaria de Segurança Pública (SSP) para a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), com a intenção de melhorar as condições dos presos e aumentar a segurança dos cárceres. Sob a tutela da SSP, os presos eram mantidos, pela polícia civil, em locais totalmente inadequados (as cadeias, delegacias e etc.), sempre com a iminência de

¹⁸ No caso de forças policiais como o “esquadrão da morte” e a “ROTA”, reprimir duramente os bandidos significa matar qualquer um que possa ser bandido. Para uma análise de como a sociedade da época corroborava estas concepções e apoiava estas forças policiais violentas ver Caldeira (2000) e Cardia (2012).

¹⁹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm

²⁰ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072.htm

rebeliões. Já a Secretaria de Administração Penitenciária construiu unidades prisionais mais adequadas e treinou (mesmo que minimamente) os profissionais que lidam com os presos (que não são policiais e sim funcionários concursados). Dias (2011: 98) aponta que a SAP agia “a partir de uma diretriz de controle do abuso de poder dos guardas sobre os presos” enquanto a SSP mostrava “uma tendência clara de produzir nova inflexão na questão dos direitos, em direção a novos retrocessos no que diz respeito ao controle da ação policial dentro dos limites legais”. Mesmo esta transferência tendo trazido algumas mudanças nas condições das prisões, em momentos de crise como nas rebeliões, a ideia de humanização é sempre a primeira a ser esquecida.

O governo do estado, agora com a SAP, tentou resolver o problema das prisões aumentando suas vagas²¹. Para tanto, criou 133 novas unidades prisionais no estado desde o ano de 1990 (Tabela 1), tendo o período de 1998 a 2008 como recordista em construções. Gil (2009) aponta que os presídios se concentraram no oeste paulista (Figura 1), região com indicadores socioeconômicos inferiores á média estadual.

Tabela 1: Penitenciárias inauguradas de 1990-2012

2012 (3) Pontal - CDP Taiúva – CDP Pirajuí - Penit. Feminina	2011 (2) Tupi Paulista - Penit. Feminina Tremembé - Penit. Feminina II	2010 (3) São José do Rio Preto - CPP Jundiaí - CDP Franca - CDP
2009 (1) São Paulo - Parelheiros - Penitenciária	2008 (5) São Paulo - Pinheiros - CDP III São Paulo - Franco da Rocha - Penitenciária I São Paulo - Pinheiros - CDP IV Caraguatatuba - CDP Serra Azul - CDP	2006 (5) Itapecerica da Serra - CDP Balbinos - Penit. II Balbinos - Penit. I Lavinia - Penit. III Lavinia - Penit. II
2005(13) São Paulo - Santana - Penit. Feminina Ourinhos - CR Diadema - CDP São Bernardo do Campo - CDP Guareí - Penit. II Guareí - Penit. I Irapuru - Penit. Caiuá - CDP Flórida Paulista - Penit. Tupi Paulista - Penit. Marabá Paulista - Penit. Piracicaba - CR Feminino Atibaia - CR	2004 (10) Praia Grande - CDP Reginópolis - Penit. II Reginópolis - Penit. I São Paulo - Franco da Rocha - CDP Feminino Americana - CDP Mauá - CDP Rio Claro - CR São José do Rio Preto - CR Feminino São Paulo - Pinheiros - CDP II Araraquara - CR Feminino	2003 (8) Jaú - CR São Paulo - Franco da Rocha - Penit. III Avanhandava -Penit. Bauru - CDP Birigui - CR Ribeirão Preto -Penit. Ribeirão Preto -Penit. Feminina Suzano - CDP
2002 (22) São José do Rio Preto - CDP Mogi das Cruzes - CDP Rio Claro - CR Feminino São José dos Campos - CR	2001(15) Araraquara - CR Dracena - Penit. Valparaíso - CPP Pacaembu - CPP	2000 (11) Santo André - CDP Bragança Paulista - CR Itaí -Penit. Iaras - Penit.

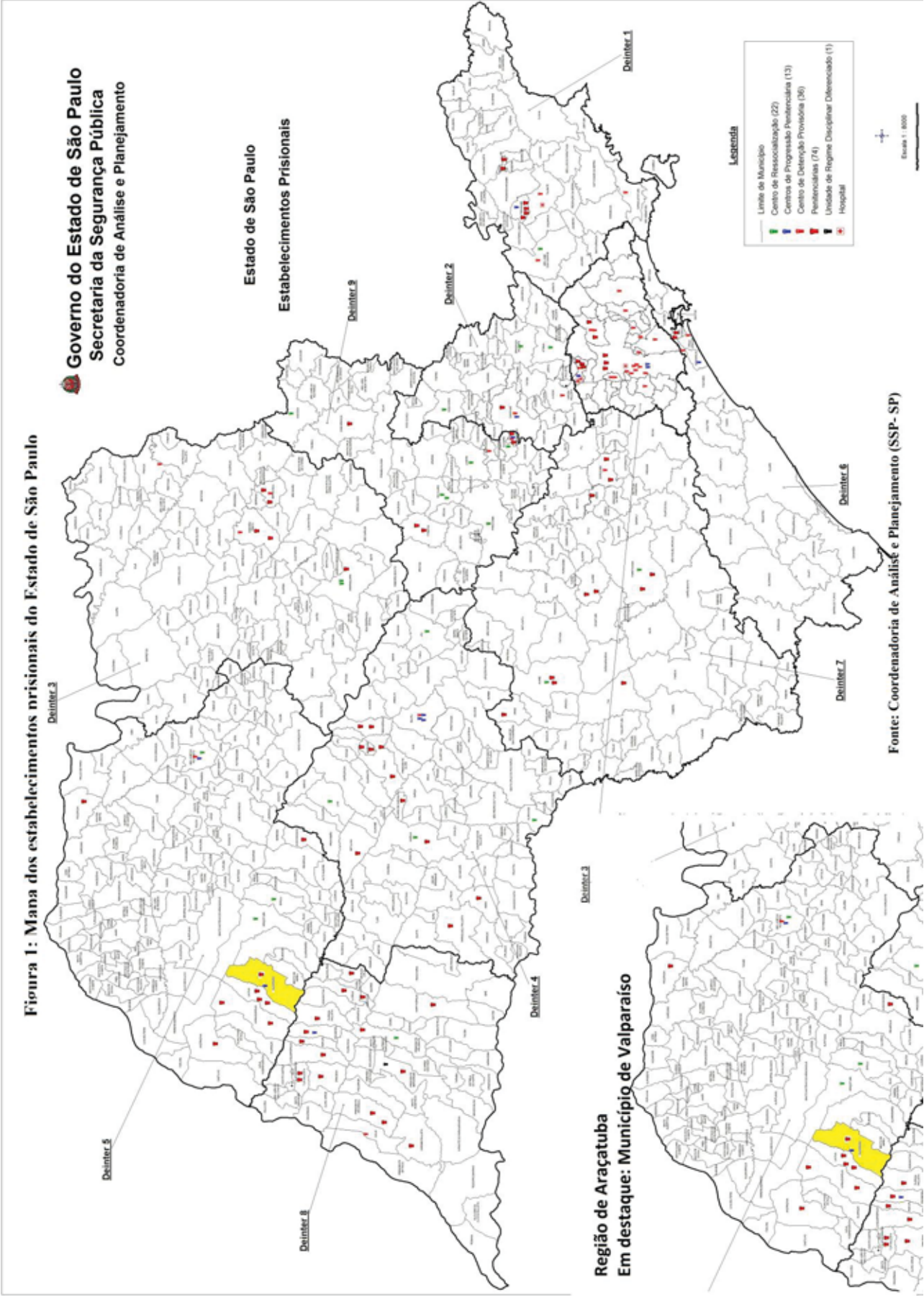
21Segundo o site da Secretaria de Administração Penitenciária, em 09/04/2012 , a secretaria tutelava 182.001 detentos. <http://www.sap.sp.gov.br/> , acessado em 1 de janeiro de 2013

Feminino São José dos Campos - CDP São Paulo - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário Guarulhos - CDP II Hortolândia - CDP Presidente Bernardes - Centro de Readaptação Penitenciária Potim -Penit. II Potim -Penit. I Serra Azul -Penit. II Serra Azul -Penit. I Osvaldo Cruz -Penit. Guarulhos - CDP I Ribeirão Preto - CDP São Vicente - CDP Presidente Prudente - CR Pracinha -Penit. Lavínia -Penit. I Paraguaçu Paulista -Penit. São Paulo - Franco da Rocha - Hospital Psiquiátrico II	Taubaté - CDP Mococa - CR Piracicaba - CDP Itapetininga - CR Feminino Limeira - CR Mogi Mirim - CR Sumaré - CR Avaré - CR Marília - CR Lins - CR Araçatuba - CR	Osasco - CDP II São Paulo - Vila Independência - CDP Campinas - CDP Osasco - CDP I São Miguel Paulista - CPP Feminino São Paulo - Chácara Belém - CDP II São Paulo - Chácara Belém - CDP I
1999 (3) Presidente Venceslau -Penit. II Iperó - Penit. Martinópolis -Penit.	1998 (14) Andradina -Penit. Riolândia -Penit. Itirapina -Penit. II Lucélia - Penit. Guarulhos -Penit. II Getulina -Penit. Junqueirópolis -Penit. Valparaíso -Penit. Pacaembu -Penit. São Paulo - Franco da Rocha -Penit. II Avaré -Penit. II Álvaro de Carvalho -Penit. Casa Branca -Penit. Pirajuí -Penit. II	1997 (1) São Paulo - Franco da Rocha - CPP
1996 (1) Itapetininga -Penit. II	1994 (1) São Paulo- Pinheiros - CDP I	1993 (2) Mirandópolis -Penit. II Campinas -Penit. Feminina
1992 (2) Hortolândia -Penit. II Itapetininga -Penit. I	1991 (2) Assis -Penit. Mirandópolis -Penit. I	1990 (9) São Vicente -Penit. II Hortolândia - CPP Tremembé -Penit. I São Paulo - Butantan - CPP Feminino Presidente Bernardes -Penit. Bauru - CPP II Bauru - CPP I Guarulhos -Penit. I Presidente Prudente -Penit.

Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária

Godoi (2010) observa que este processo de instalação das prisões no interior do estado altera toda uma estrutura que existe ao redor do preso. Ou o visitante do preso começa a fretar ônibus, criando um sistema de transporte informal ou ele migra para o município em que a penitenciária se encontra, mudando toda a sua dinâmica. Isto acontece porque a distribuição dos presos nas unidades não tem nenhuma relação com sua origem, já que, 70% dos presos em São Paulo são paulistas sendo metade da região metropolitana e a outra metade

dos outros 606 municípios do estado (GODOI, 2010: 50), de modo que a grande maioria acaba deslocada da cidade em que residia antes da prisão e afastada de seus familiares e amigos. O autor também observa que estes presos geralmente são oriundos das áreas periféricas das cidades em que residiam, mostrando que a prisão costuma não ser a primeira forma de segregação espacial destas pessoas. Dias (2011: 105) acrescenta que a expansão do sistema (tanto física como em população) “não foi acompanhada de melhorias em termos de trabalho, educação, assistência social e atendimento à saúde dos presos” e todos os problemas da prisão tentam ser solucionados com a construção de novas unidades.



O processo de interiorização do sistema penitenciário é uma questão política, econômica e de ocultação dos dilemas das prisões e sua concretização geralmente não considera o que uma prisão significa para o município que a recebe. Até porque, muitas vezes a população não sabe o impacto da instalação de uma penitenciária antes que ela aconteça e o governo vende a imagem das vantagens que a unidade pode trazer para o município. Como observou Gil (2009), as unidades foram estrategicamente oferecidas a municípios que se encontravam em dificuldades financeiras, onde a instalação de qualquer empreendimento poderia significar uma tábua de salvação das contas públicas e dos rendimentos da população em geral. Isto aparece na transcrição das entrevistas realizadas por Gil em Flórida Paulista:

Todos os segmentos da comunidade foram consultados; formamos comissões e visitamos cinco presídios. A Câmara aprovou o projeto e os documentos favoráveis (a maioria) estão arquivados na prefeitura. O presídio gera emprego e renda ao município. São cerca de 260 vagas com salário médio de R\$ 1.500,00. Então, são cerca de R\$ 390.000,00/mês que passam a circular no comércio daqui e de outras cidades onde residem os funcionários. Além disso, há outros benefícios: a jornada de trabalho é de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, o que permite que muitos desempenhem outras atividades, complementando a renda. Vários itens da alimentação dos detentos são oferecidos pelo município, além de outros itens indiretos, como combustível, manutenção dos carros dos funcionários, por exemplo (GIL, 2009:6).

O que normalmente não é mencionado para a população é que por mais que o presídio traga consequências positivas, o aumento da demanda por serviços públicos, pode escassear ainda mais os direitos sociais desta população que já se encontrava em dificuldades econômicas, como vemos em outra transcrição realizada por Gil:

O problema mais grave ocorreu em relação à saúde. As pessoas sentem-se constrangidas e intimidadas ao verem os presos atravessarem as salas de espera da Santa Casa. Para evitar isso, adaptamos duas salas com entrada e saída próprias para os pacientes presidiários (GIL, 2009:6).

A reação da população com a construção da primeira unidade é mais tranqüila e de maior aceitação quando comparada àquelas que receberão o segundo estabelecimento prisional:

Quando o presídio foi construído aqui, em 2004, a população não atentou para o fato. As rebeliões recentes em todo o Estado de São Paulo nos acordaram. Nossa região tem uma superconcentração de presídios e não sabemos o impacto disso no futuro. Por que aceitar, sem reflexão, a instalação de mais um? Tratava-se de uma unidade da FEBEM, mas não importa, é preciso reflexão. Entre os vereadores, dois posicionaram-se terminantemente contra, registrando em ata essa decisão. Os outros sete, posicionaram-se a favor. Fiquei incomodada e procurei outras amigas e

pessoas da comunidade, também assustadas. Os argumentos das autoridades a favor eram “o progresso e os empregos” que o presídio traria aos floridenses. Pedi aos alunos para buscarem informações junto às três principais empresas do município para ver se todos os empregos que geram são ocupados por moradores daqui (e não são). Um concurso público estadual não se limita a um único município. Já temos um presídio, então, verificamos se aumentou o número de policiais e de viaturas na cidade, o número de atendentes no posto de saúde e na santa casa e verificamos que tudo continuava como antes. A cidade era a mesma e receberíamos centenas de “novos moradores”. Quais seriam os impactos disso? Que garantia teríamos? Fizemos uma passeata, apresentamos os resultados do levantamento ao prefeito e aos vereadores, lemos alguns textos argumentativos, e os vereadores solicitaram a realização de uma outra sessão para ratificar a ata, pois muitos deles mudaram de ideia. O projeto não foi aprovado e a unidade da FEBEM não foi construída aqui. (Clélia M Corveloni Pardinho, 41 anos, professora. Entrevista concedida em 5/2/07) (GIL, 2009:7).

Silvestre (2007: 63) conta um caso parecido em Itirapina. A primeira unidade foi instalada no município na década de 70. Não houve contestação popular primeiro porque o contexto era de ditadura militar, e as pessoas não tinham abertura para este tipo de manifestação e segundo porque a população não tinha nenhuma ideia do significado de uma prisão em seu território. Além do mais, a autora percebeu através de notícias da época, que a concepção de prisão era outra: a população acreditava nas prisões como uma forma de recuperação dos bandidos. Na ocasião da construção da segunda unidade, na década de 90, a população tinha a preocupação que a prisão afastasse o turismo, pois agora tudo o que se vê sobre penitenciárias se refere a motins e rebeliões.

Mesmo contra a vontade da população, a unidade foi construída, como muitas outras no estado. Mais do que uma solução para os problemas de segurança pública, muitas prefeituras veem a construção das unidades prisionais como uma oportunidade política:

(...) um dos pontos de partida desta análise é tentar identificar os grupos políticos e econômicos que se favorecem a partir da ampliação do complexo carcerário. Grupos que oferecem serviços, alimentação, equipamentos eletrônicos de vigilância e segurança, empresas que participam das construções das unidades, corporações que exploram a mão-de-obra prisional, os lobbies políticos criados por funcionários do sistema, etc. Há, portanto, sob este enfoque, um arranjo social que é visto como oportunidade política e econômica que se desenvolve com a expansão prisional (BARROS, 2012:69).

A partir desta análise, Barros (2012: 70) constata que as vantagens do empreendimento carcerário se concentram nas mãos de poucos agentes, enquanto “à comunidade em geral são compartilhados apenas os custos sociais e os efeitos colaterais das unidades prisionais”. Porém esta concepção não aparece de maneira consensual na fala da

população das cidades que recebem as unidades. A questão é complexa e as opiniões estão divididas. Muitas pessoas acreditam que a penitenciária traz sim, vantagens para toda a cidade.

O fato é que a política de expansão do sistema carcerário está sendo efetuada a todo vapor no estado de São Paulo, e geralmente não levando em conta todas as consequências que esta política pode trazer. Barros (2012:23) aponta esta política como “desastrosa no plano da segurança pública, uma vez que pode agravar ainda mais as condições precárias do encarceramento no Brasil”. Adorno (1991: 68) também elenca problemas nesta política por ser uma “política de mão única porque não acompanhada de outras iniciativas e que não ataca os pontos tradicionais de estrangulamento”. Goes(2004: 234) alega que nesta expansão prisional rumo ao oeste paulista “prevalecem interesses eleitoreiros”, pois a “temporalidade rápida e imediatista das campanhas eleitorais é vista como inconciliável com as mudanças lentas, além de limitadas, das instituições prisionais”.

Para entender como estas políticas refletem na percepção dos moradores dos municípios que recebem as unidades prisionais, estudaremos Valparaíso, na próxima sessão.

3. Valparaíso e as unidades prisionais

Para entender as percepções que habitantes de pequenos municípios têm da ideia de prisão, escolhemos o município de Valparaíso (Figura 1). Valparaíso é uma cidade de 22.576 habitantes e uma área de 858 km², sendo 4,96 km² de área considerada urbana²².

A história de Valparaíso, como a maioria das cidades do interior de São Paulo é a história dos ciclos rurais, principalmente do café e da cana-de-açúcar. As atitudes e percepções de uma população têm a ver com o espaço que ela se relaciona, de forma que esta vocação agrária das cidades confere certas características a seus habitantes.

Valparaíso foi fundada e emancipada no ano de 1937 (ESERIAN e CARVALHO, 2009), graças à expansão da cultura de café no estado de São Paulo. Em 1940, já contava com uma população de 40 mil habitantes, espalhados em uma área que hoje corresponde a vários municípios que cresceram e se emanciparam, fazendo a população declinar ao ponto de chegar à 7.000 habitantes. Depois da prosperidade econômica proporcionada pela cultura do café na década de 40, e do declínio na década de 60, a cidade volta a prosperar na década de 80 graças à expansão de uma nova cultura: a cana-de-açúcar. Em 1976, o município recebeu a primeira destilaria de álcool da região oeste paulista: a Univalem. Graças à usina também surgiu o primeiro núcleo residencial da cidade: O Parque dos Canavieiros. Desta época em diante a população volta a crescer, pois, graças à geração de empregos, muitas pessoas migram de outros estados para trabalhar no corte da cana e toda a população se vê de alguma forma ligada à cana de açúcar. Qualquer valparaísense que nasceu após a década de 80 conhece um cortador de cana, um técnico em açúcar e álcool e um agrônomo. Todo o comércio e os serviços se desenvolveram de acordo com as necessidades da usina.

Hoje a cidade até conta com outras culturas, mas a cana ainda prevalece de maneira indiscutível. De acordo com o site oficial da prefeitura do município, por exemplo, Valparaíso colhe por ano 37,5 toneladas de amendoim, 1.680 de soja, 3.200 de banana, 7.500 de sorgo e 8.040 de milho contra 7.000 toneladas de cana para forragem, 37.500 toneladas para açúcar orgânico e 2.962.500 toneladas para a indústria (usina). Apesar de várias mudanças ocorridas nos últimos anos, Valparaíso pode ser considerada uma cidade agrária, contando com 275 estabelecimentos agropecuários²³.

²² Dados do Seade: <http://www.seade.gov.br/>

²³ Dados disponíveis em <http://www.valparaiso.sp.gov.br/acidade.html>

Em 1997, uma multinacional japonesa, a Ajinomoto, se instalou no município para aproveitar resíduos da cana-de-açúcar na produção de Lisina e Treonina, dois aminoácidos usados na alimentação animal. Estima-se que a produção anual é de 54.000 toneladas de Lisina e 13.500 toneladas de Treonina. A empresa é composta por 193 funcionários fixos e 150 terceirizados, gerando uma arrecadação considerável para os cofres públicos do município (ESERIAN e CARVALHO, 2009: 23). Em 2006, outra usina de açúcar e álcool se instalou gerando 650 empregos diretos em 2008 e com estimativa de contar com cerca de 1000 colaboradores em 2012 (ESERIAN e CARVALHO, 2009: 24). O município vizinho, Bento de Abreu também possui uma usina que emprega muitos valparaísenses.

Apesar de o município ainda depender quase que exclusivamente de seus produtos rurais, as mudanças nas técnicas de produção inverteram o perfil da população. Enquanto em 1980 a taxa de urbanização era de apenas 75,28%, hoje conta com mais de 95%, pois o plantio e a colheita de cana estão quase que totalmente mecanizados e não há mais necessidade da instalação dos munícipes nas áreas rurais.

Com isso o comércio da cidade também cresceu: em 1991 o município possuía 57 estabelecimentos comerciais e em 2010 já contava com 146 de acordo com o Seade. E este número provavelmente está subestimado, já que é comum parte dos comerciantes se manterem na informalidade por causa da alta carga tributária do país.

Além da instalação das usinas e da Ajinomoto, outro fator que pode ter fortalecido o comércio local é a chegada das penitenciárias no município. Em entrevista²⁴, um agente penitenciário garantiu que muitos comerciantes se beneficiaram com a vinda das penitenciárias, pois as duas unidades compram praticamente tudo no comércio local e as visitas dos presos gastam muito nos fins de semana.

Porem este tipo de consumidor não é festejado por todos. Um comerciante entrevistado garante que aos sábados possui dois tipos de clientes, um ocorre antes das 16 horas e o outro depois. Segundo ele, as mulheres que compram após as dezesseis são “muito barulhentas, e meio para frente, acham que são donas da razão, já chegam impondo as coisas”. Apesar de elas trazerem um lucro extra ao seu comércio, o entrevistado garante que preferia não ter este tipo de público para não correr o risco de ser furtado.

Para entender melhor como o cidadão valparaísense se relaciona com estes novos moradores ou visitantes, é preciso entender como a população se relaciona com seu espaço.

²⁴ As entrevistas serão descritas na próxima seção, mas faremos referências a elas desde já.

3.1. A linha do trem

A cidade pode ser um local de segregação. É nela que se afirmam quais grupos podem e quais não podem participar de determinadas atividades ou frequentar determinados espaços. O espaço que cada grupo ocupa numa cidade pode ser um fator de classificação de seus habitantes. O estigma da pobreza e da criminalidade ajuda nesta classificação espacial.

De acordo com Tuan (2005) a apreciação da cidade varia de acordo com o local, a classe social e a biografia da pessoa. Por isso o morador de cada bairro pode apreciar a cidade de uma maneira diferente. Para o autor, as pessoas tendem a julgar a qualidade do seu bairro mais pelo que percebem ser um bom vizinho do que pela condição física do bairro (TUAN, 2005: 259). Portanto, apreciar a cidade é classificar os moradores, os vizinhos e os “outros”.

Em Valparaíso a demarcação das características de cada bairro é feita através da linha do trem. Este marco arquitetônico presente na maioria das cidades paulistas lembrando os tempos áureos do plantio do café, hoje quase não exerce sua função de via de acesso. Praticamente todo o transporte do estado atualmente é rodoviário e a maioria das linhas está desativada. Mas as cidades em geral, e Valparaíso especificamente se desenvolveram em torno da linha. O hotel mais antigo da cidade, os comércios tradicionais, todos estão localizados nas proximidades da linha. Portanto a linha, como expressão do passado, como marco do início da cidade, exerce uma função na percepção dos moradores.

A linha divide. Ela corta a cidade inteira, de forma que é impossível ir de norte a sul sem atravessá-la. Por isso, ao conversar com os moradores de Valparaíso, sua orientação espacial sempre faz alguma referência à linha. Em muitas entrevistas e questionários aplicados apareceram as expressões “lá na baixada²⁵” ou “aqui para cima”. Estas referências de cima e baixo aparentemente representam duas coisas: o que é considerado cima, fica na porção norte da cidade, já que a maioria dos mapas tem esta coordenada representada na parte de cima do gráfico, enquanto o sul aparece embaixo. A outra referência é o próprio relevo da cidade: a porção norte é a mais alta e a sul a mais baixa.

A própria ideia de alto e baixo costuma representar uma valoração. Fala-se em “classes altas”, “alta sociedade”, “chegar ao topo” sempre com a noção de que estar melhor financeiramente é estar em uma porção mais alta. Em Valparaíso isto ocorre literalmente, a parte mais alta da cidade, e mais ao norte abriga os bairros mais valorizados. Assim, a ideia de “baixada” geralmente aparece nas expressões como o “outro”. É vista como um lugar indesejável, pobre, estigmatizado e perigoso. Acima da linha do trem é considerado um lugar

²⁵ Usaremos a expressão “na baixada” para se referir à parte sul do município porque é a expressão utilizada por quase todos os moradores e substituí-la poderia acarretar um prejuízo em seu significado.

seguro e agradável. A linha do trem representa o meio termo, instala praticamente todo o comércio da cidade e as poucas casas não são consideradas as melhores da cidade nem as piores.

De acordo com pesquisa do Seade não existem favelas na cidade, mas quem caminha por Valparaíso logo percebe que a porção sul abriga as casas com menos recursos e os bairros com menos infraestrutura. Esta percepção de pobreza também tem relação com a percepção de segurança. Muitos entrevistados disseram que para se proteger evitam “ir para a baixada”. Um comerciante afirmou que não tem como se proteger porque mora na “baixada”. Outro disse que se protege evitando os locais “impróprios”, que existem em todas as cidades.

A dona de dois dos maiores supermercados da cidade, localizados exatamente na linha do trem, disse que o comércio dela não corria perigo porque ela está no centro da cidade. Segundo ela, seu concorrente já foi assaltado varias vezes por causa da sua localização (espalhado em cinco bairros periféricos, sendo três abaixo da linha, inclusive a matriz). Outro comerciante afirmou que o ambiente em que frequenta não existe perigo, mas que em outros ambientes provavelmente existe. Um político garantiu que a solução para a criminalidade em Valparaíso seria um policiamento nos bairros, pois a polícia se concentra no centro. Em todas estas falas os entrevistados deixam claro que “os bairros”, ou os “outros ambientes” é a baixada. Entretanto, apesar do Norte da cidade ser dividido em bairros pela classificação oficial, na percepção dos moradores, inclusive dos que residem na “baixada”, tudo que existe acima da linha é “centro”.

E aí a ideia de centro também aparece como uma percepção, pois, ao analisarmos o mapa do município, vê-se que grande parte dos locais acima da linha não ocupa uma região central. Centro é uma abstração, é a ideia do que é bom, seguro, importante, em oposição à denominação “bairro” que é inseguro, distante e periférico.

Mesmo que não seja deliberadamente, tais construções mentais do mapa da cidade criam uma situação de segregação para alguns grupos. A necessidade dos grupos em segregar, descrita por Elias e Scotson (2000: 208), encontra terreno fértil na divisão de uma cidade entre locais bons e locais ruins. Até porque pessoas “bem-sucedidas”, que são superiores por sua posição social ou renda têm o poder de decidirem onde querem morar (TUAN, 2005: 249), ao contrário dos menos favorecidos economicamente que são obrigados a aceitar as porções da cidade que lhes restarem.

Ao serem perguntados se gostam de morar no município, em apenas seis bairros mais de um entrevistado respondeu negativamente, quatro deles se localizam acima da linha e

dois abaixo, sendo que três da porção norte estão próximos à penitenciária²⁶. Porém quando a pergunta foi sobre gostar do bairro, dois bairros abaixo da linha tiveram mais de uma resposta negativa e apenas um acima (o bairro mais próximo da penitenciária)²⁷.

3.2. Acima da linha do trem

De acordo com mapa fornecido pela prefeitura municipal de Valparaíso a cidade possui 24 bairros. Acima da linha do trem se encontram 11 deles: Ecoville, Califórnia, Vila Rica, Canguçu e Flamboyant na porção oeste, Riviera, Asa Branca e Valdevino na porção leste e Morumbi, Santa Rosa e Centro entre eles.

Ecoville é o único condomínio fechado do município e tem menos de um ano de existência. Fica no extremo noroeste da cidade e suas 120 casas de 64 m²²⁸ ainda não estão totalmente ocupadas. Seus moradores garantem que a opção pelo bairro é uma questão de segurança, apesar de nenhum deles ter se sentido ameaçado ou ter sido vítima de algum crime nos bairros que moravam antes. A construção de condomínios fechados é uma tendência que tem se observado em vários municípios com a justificativa de aumentar a segurança. Porém nem sempre ela reflete uma necessidade real de segurança: muitos condomínios foram construídos para pessoas que não buscam tanto a segurança, graças a um novo padrão de urbanismo. Morar em um condomínio fechado pode significar um status que se estende a todas as classes sociais. Se inicialmente os condomínios fechados eram feitos para os mais ricos fugirem do caos urbano e da violência (CALDEIRA, 2000), hoje eles se apresentam como uma estética própria das cidades acessível a todas as classes econômicas. O Ecoville é um claro exemplo disso: casas pequenas e acessíveis a pessoas com baixo poder aquisitivo²⁹.

O bairro Califórnia se encontra ao lado do Ecoville e tem características parecidas: baixa ocupação e menos de um ano de existência. As diferenças são que o Califórnia não é fechado e suas residências são maiores e mais caras. Vila Rica e Flamboyant são dois quarteirões anexos ao Canguçu: a divisão é mais uma formalidade da prefeitura, pois os moradores se consideram moradores do Canguçu. O Canguçu é um dos maiores bairros da cidade, abriga o clube dos funcionários da Univalem e é o local de moradia de grande parte destes funcionários.

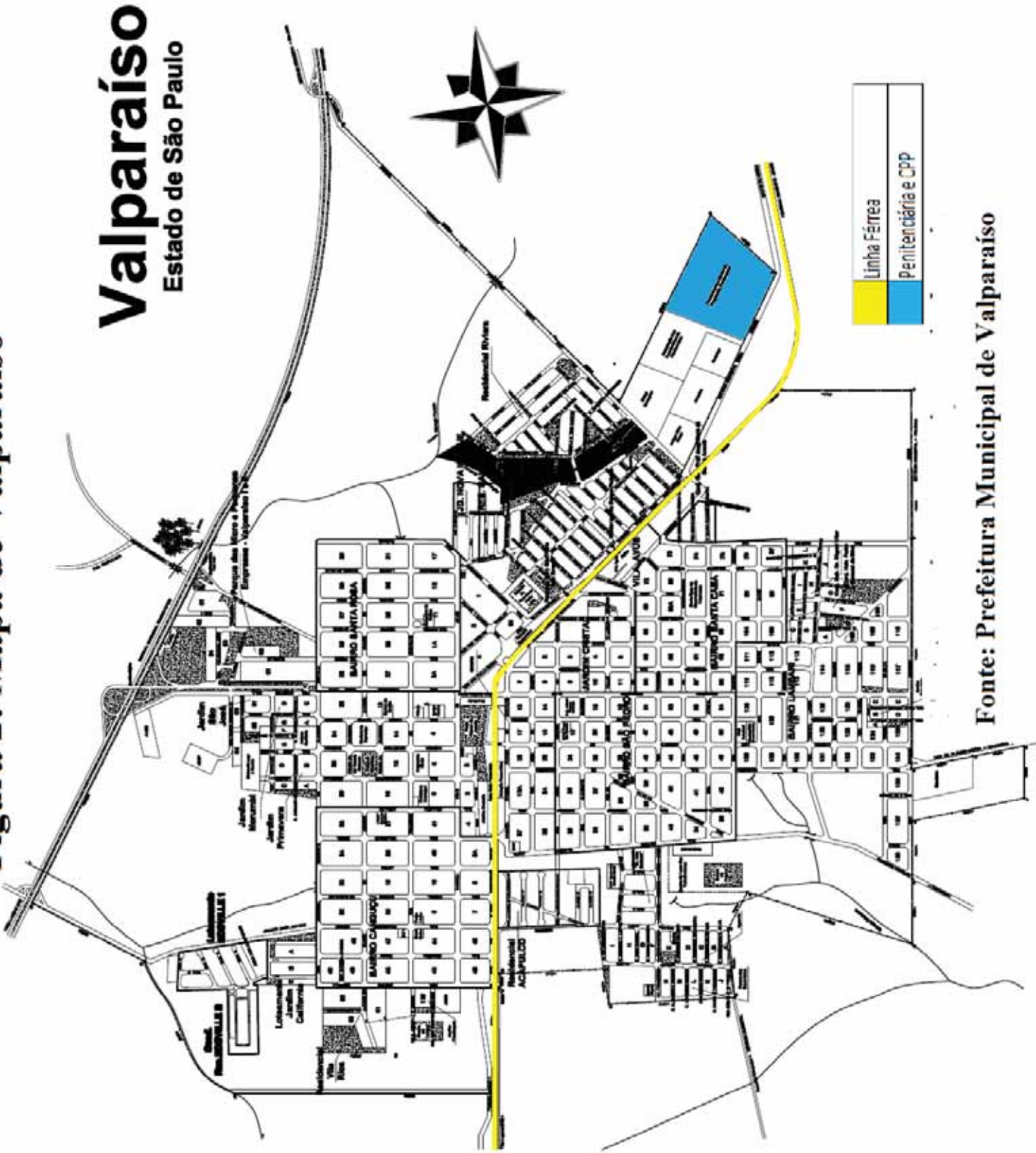
²⁶ Os bairros foram Acapulco, Lambari, Asa Branca, Riviera, Santa Rosa e Valdevino.

²⁷ Os bairros foram Lambari, Riviera e Santa Casa.

²⁸ Todas as informações sobre quantidade de casas, tamanho e valor dos imóveis nos bairros foram fornecidas pelo encarregado do setor de obras da Prefeitura Municipal.

²⁹ O valor dos imóveis do Ecoville gira em torno de 70 e 80 mil reais. Graças a financiamentos do Governo Federal e do programa “Minha Casa, Minha Vida”, uma casa no Ecoville pode ser adquirida com cerca de R\$ 200,00 por mês. Dos 3 entrevistados no bairro dois informaram ter uma renda familiar de 2 a 5 salários mínimos e um informou renda de 5 a 10 salários mínimos.

Figura 2: Mapa de Valparaíso



Estende-se do extremo oeste até o centro, de forma que parte de sua população se considera moradora do centro.

No outro extremo, ao leste, estão as duas unidades prisionais e os bairros Valdevino, Asa Branca e Riviera. Valdevino e Asa Branca são conjuntos habitacionais tradicionais da cidade, com mais de 30 anos de existência. Apesar de não terem mais o aspecto de conjunto habitacional pelas sucessivas reformas que os moradores fizeram em suas residências ao longo dos anos, são bairros bem parecidos. Seus imóveis giram em torno de 60 mil reais (a maioria dos entrevistados respondeu ter uma renda familiar de 2 a 5 salários mínimos) e grande parte dos agentes de segurança dos presídios moram lá. A maioria dos moradores gosta do bairro e se relaciona bem com a vizinhança³⁰. Apesar da proximidade com os presídios³¹, se sentem seguros. No Riviera, as relações não são tão tranquilas. Também é um conjunto habitacional, mas é mais novo, com cerca de dez anos, seus imóveis são mais baratos (giram em torno de 40 mil), a população tem uma renda menor (a maioria dos entrevistados afirmou ganhar entre 1 e 2 salários mínimos) e sua localização no extremo da cidade e tão próxima das unidades prisionais lhe confere má fama. Foi o único bairro acima da linha que os entrevistados apontaram como perigoso. Também é um bairro que abriga muitas pessoas recém-chegadas no município, o que é um fator contributivo para o estigma do perigo.

À direita da entrada da cidade pela Rodovia Marechal Rondon há o Morumbi. Bairro pequeno com casas muito grandes. Visivelmente o bairro mais rico da cidade. Seus imóveis giram em torno de 350 mil reais, mas certamente alguns valem muito mais. Não há nenhum comércio ou serviço no bairro, de forma que praticamente só os moradores o frequentam e o acessam de carro, pois há pouquíssimo movimento de pedestres. Em seus limites há o Centro e o Santa Rosa. O Centro abrange uma grande porção da cidade e uma grande porção da linha do trem. Praticamente todos os comércios do município estão no centro e nas imediações da linha. Abriga também os símbolos típicos de pequenos municípios: a praça principal e a Igreja Matriz. O bairro Santa Rosa é praticamente uma extensão do centro. Apesar de ser um bairro heterogêneo, não há vestígios de extrema pobreza nele. Há boas casas, boa infraestrutura, um mercado e abriga a única delegacia da cidade.

³⁰ Informações tiradas dos questionários aplicados nos bairros.

³¹ Muitas notícias mostram que o Valdevino é o destino certo dos presos em fuga.

3.3. Abaixo da linha do trem

Do outro lado da linha aparece a forte percepção de periferia relacionada à pobreza e à exclusão. Abriga outra entrada da cidade, pela Rodovia Dr. Plácido Rocha, e os outros 13 bairros.

Ao oeste há o primeiro conjunto habitacional da cidade, o Parque dos Canavieiros e ao seu lado o segundo, a Agrovila. Os nomes dos bairros expressam bem o contexto agrário que lhes deram origem. Possuem um aspecto parecido com o Valdevino e a Asa Branca e parecem ser ocupados por moradores da mesma faixa de renda³², porém, não são tão bem vistos como os primeiros. Agrovila e Parque dos Canavieiros são vistos como bairros não tão bons por estarem localizados “na baixada”. Anis Buainain e Residencial Acapulco são loteamentos novos e pouco ocupados, mas aparentemente também não trazem marcas de pobreza ou violência real. Ao lado deles está o bairro São Pedro, provavelmente considerado o melhor bairro da “baixada” por sua proximidade com o centro. Abriga uma das maiores escolas públicas da cidade (considerada a mais violenta) e outra igreja católica que confere o nome ao bairro. Os comércios que não estão no centro, estão no bairro São Pedro. Seguindo a leste há os bairros Jardim Cristal e Santa Casa, bairros bem residenciais que carregam um pouco do estigma da violência e, em seguida, colados à linha do trem, há dois bairros bem pequenos, mas com fortíssima imagem de violência lembrada pelos moradores valparaísenses: Vila Ayub e Conjunto Habitacional José Maria Barros Arruda.

O Conjunto Habitacional José Maria Barros Arruda é um loteamento extremamente novo: suas casas foram inauguradas há poucos meses, mas já carrega fortemente o estigma da violência, provavelmente por conta do seu vizinho: a Vila Ayub, considerada o maior ponto de tráfico de drogas, sendo lembrado por alguns entrevistados como a pior coisa que existe na cidade.

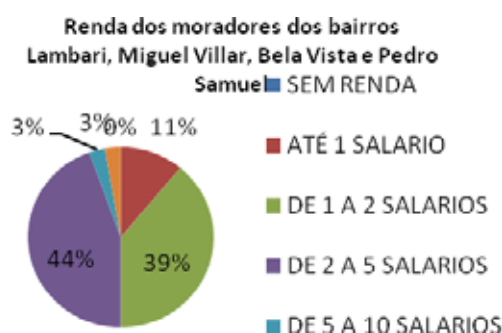
O estigma destes bairros mostra que a percepção de baixada não corresponde necessariamente à posição geográfica. Afinal, eles estão muito próximos da linha do trem e poderiam ser considerados “centro”. Mas, ao contrário, a maioria dos entrevistados usou “Vila Ayub” e “baixada” como expressões sinônimas. Isso mostra que no imaginário valparaísense a baixada representa perigo, pobreza e violência, o outsider, enquanto o centro representa sempre o oposto, independente da real localização.

No extremo sul aparecem os bairros restantes: Conjunto Habitacional Dr Miguel Villar, Conjunto Habitacional Pedro Samuel da Silva, Jardim Bela Vista e Lambari. Como os

³²Em ambos, nenhum morador afirmou ter renda mensal acima de 5 salários mínimos.

três primeiros são bairros minúsculos (com cerca de três quarteirões cada um) incrustados no Lambari, muitas vezes são considerados como uma coisa só. Eles são em sentido figurado e literal a “baixada”. Visivelmente abrigam a população mais pobre da cidade, possuem centenas de casas precárias e são o bode expiatório de toda a criminalidade do município. Abrigam muitos bares, igrejas protestantes e o cemitério municipal. Possuem postos de saúde e creches, mas ficam distantes dos principais lazeres da cidade (praças, restaurantes e lojas).

Gráfico 1 : Renda dos moradores dos bairros Lambari, Miguel Villar, Bela Vista e Pedro Samuel



Fonte: Questionários aplicados no município em maio de 2012

Figura 3: Bairro Lambari



Fonte: Acervo pessoal

Este breve panorama dos bairros foi uma tentativa de inserir o leitor nas percepções do povo valparaísense para entender como este povo se relaciona com seu espaço e percebe a violência de determinados lugares. Valparaíso era uma cidade com uma cultura rural e com uma percepção típica da cultura rural (tranquilidade, sensação de coesão social), que se vê diante de um novo desafio: a pequena Valparaíso recebeu em 1998 sua primeira unidade prisional.

3.4. A chegada das unidades prisionais

*Pequenas cidades do interior, pressionadas pela falta de empregos, estão festejando a possível instalação de presídios como se fossem shopping centers*³³.

Esta frase abre uma reportagem de 2001 da Folha de São Paulo que mostra a opinião da prefeita de Valparaíso, na época, Maria de Lourdes Marques Mello, iniciando seu segundo mandato e a construção da segunda unidade prisional. Pelo seu discurso, uma unidade prisional traz muitos empregos e aumenta a arrecadação da cidade.

Em 13 de maio de 1997 a câmara de vereadores do município aprovou, por unanimidade em regime de urgência, o projeto de lei que previa a doação da propriedade municipal para o Governo do Estado com a finalidade de construir a penitenciária. No projeto, Maria de Lourdes salienta que a obra geraria “cerca de 400 empregos durante a construção e quando em funcionamento mais ou menos 600 empregos diretos, além de melhorar o movimento financeiro e comercial do município e consequentemente gerando mais arrecadação aos cofres públicos”.

Este discurso está afinado com o discurso oficial de seu partido, o PSDB, que governa o estado de São Paulo há quase vinte anos. Como vimos, na década de 1990, o governo fez a opção política de construir diversas unidades prisionais para tentar amenizar os problemas de segurança pública da época. O contexto era de crise econômica na grande maioria dos municípios do interior do estado e de crise do sistema prisional concentrado na capital, que na ocasião era controlado pela Secretaria de Segurança Pública. Dentre inúmeras rebeliões, o ápice da crise foi o chamado Massacre do Carandiru.

Carandiru é o apelido da Casa de Detenção, um complexo prisional que abrigava cerca de 10 mil presos em condições inadequadas de saúde, higiene e segurança. Uma rebelião, provavelmente decorrente de uma briga, fez com que a polícia entrasse no complexo e desse início a uma chacina no dia 2 de outubro de 1992³⁴. As informações sobre o ocorrido são controversas: imprensa, Secretaria de Segurança Pública e sobreviventes tem versões diferentes das causas da chacina e da quantidade de mortos, mas o fato é que o incidente levantou o debate sobre as condições das detenções paulistas.

Na época, até mais do que hoje, era comum programas sensacionalistas que descreviam os crimes e pregavam a vingança da sociedade aos criminosos (CALDEIRA,

³³ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/temporeal/gd300301.htm#1>

³⁴ VARELLA, Dráuzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Cia. das Letras. 1999.

2000). A democracia ainda era algo muito recente, a violência urbana estava atingindo índices absurdos e muitas pessoas sentiam saudades do rigor da ditadura militar para com os “bandidos”. A repercussão do massacre gerou outros tipos de discussões: a sociedade foi obrigada a pensar nas condições de vida e no tratamento recebido pelos presos. Um médico do sistema Penitenciário na época, Dráuzio Varella, que trabalhava no Carandiru, relatou em um livro a história do massacre, escancarando sua experiência dentro da unidade e denunciando as condições de vida dos detentos. A publicação teve grande repercussão e adaptação para o cinema, indicando que de alguma forma a sociedade, mesmo que pela curiosidade despertada pela literatura, passou a se interessar pelo que acontece intramuros.

Desta reflexão saíram resultados diversos: enquanto uma parcela da sociedade continuava a achar que bandido tem que sofrer mesmo, outra começou a exigir que os direitos humanos se estendessem aos detentos. Diante deste debate, resolver o problema das prisões entrou na pauta da agenda do governo do PSDB, que assumiu o estado três anos após o massacre. O empenho foi grande, e nos anos seguintes foram construídas dezenas de unidades prisionais no interior do país. Valparaíso foi uma das primeiras cidades a contribuir com a desativação do Carandiru.

Várias estratégias foram utilizadas para convencer os municípios do interior das vantagens que teriam com a instalação de um presídio. O secretário de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo da época oferecia aos municípios um “kit presídio”, pacote com serviços e obras de infraestrutura para compensar problemas motivados pela vinda dos presos:

"A prefeitura que sediasse uma detenção poderia receber em troca, por exemplo, duas pontes metálicas, pavimentação, recursos para hospitais e moradias populares", explica Furukawa. A tese do secretário tem o apoio da prefeita de Valparaíso, Maria de Lourdes Marques. Caso raro entre os colegas, ela até doou dois imóveis para construção de presídios em sua cidade. "As prisões criaram empregos, as visitas impulsionaram o comércio", garante. O Estado tem 105 mil presos e 105 presídios. Em quatro anos, mais 96 devem ser construídos, para 48 mil detentos. (ESTADÃO, 2002)

Oferecer uma “compensação” é uma maneira de admitir que a penitenciária traz um ônus ao município que a recebe. Outra estratégia utilizada foi o argumento de que com a nova distribuição penitenciária os presos poderiam e deveriam trabalhar, acalmando um pouco os ânimos dos que eram contra os direitos humanos dos presos. Afinal, este debate dos direitos humanos permeia a ideia de que os presos não podem ter direitos porque não cumprem os deveres com a sociedade e ao trabalhar o preso passa a dar alguma resposta a esta sociedade

que o “sustenta”. O governador Geraldo Alckmin, em entrevista para o jornal Estadão, ressalta que esta possibilidade de trabalho pode gerar uma grande economia para os cofres públicos, pois haveria uma redução de 60% no custo da alimentação se o próprio detento a preparar, considerando a melhoria na estrutura dos presídios (ESTADÃO, 2001a). O otimismo do governador com o sistema chegou ao ponto de afirmar na época que os “7.300 presos que cumprem penas no Carandiru estarão em celas com condições para cumprir a pena e não voltar mais para o crime”. Além disso, argumentou que “as unidades são um incentivo para a economia local, pois cada penitenciária proporciona 200 empregos diretos, sem contar os trabalhadores da construção civil. O comércio do município também é beneficiado com a visita dos parentes dos presos” (ESTADÃO, 2001a).

Em uma reportagem de 2001, do jornal Folha de São Paulo, Cristina Mori garante que o secretário de Administração Penitenciária recebe “todos os dias um ou dois prefeitos com propostas para abrigar futuros presídios”. A prefeita de Valparaíso na época, que é forte apoiadora da iniciativa do governo, acredita que a arrecadação do município quase dobra com a chegada da unidade prisional:

A arrecadação crescerá com o movimento do comércio proporcionado pelos visitantes e, principalmente, com aumento de repasses do Fundo de Participação dos Municípios, proporcional ao número de habitantes da cidade. A população, sem alternativa de emprego-o trabalho de que dispõe é temporário, na lavoura de cana de açúcar-, aceita com esperança de uma vida melhor, apesar do perfil do que poderá vir a ser a “nova vizinhança” (MORI, 2001).

A reportagem também aborda o caso de outros municípios que passaram por este processo. Avanhadava, município que na época tinha menos da metade da população de Valparaíso, ao saber que receberia uma unidade, anunciou a colocação de uma linha de ônibus de graça para os visitantes dos presos e a criação de uma espécie de Shopping Center na entrada do presídio, com 20 boxes de serviços. Barros (2012) explica como se dá este processo:

Em municípios pequenos, com baixa diversificação econômica, a escassez de empregos e os baixos níveis de remuneração e especialização geram problemas sérios para o desenvolvimento local e para estabilidade política nos municípios. Diante deste cenário, a percepção política da construção de presídios passou a ser vista como uma instituição geradora de empregos e fonte de poder político para reverter esse processo de estagnação. No interior desta racionalidade, a princípio, os prefeitos se favorecem porque criam postos de trabalho estáveis, distribuem poder político a partir da criação destas vagas e também por conta de uma infraestrutura necessária no município para o recebimento destas unidades. Por sua vez, esta rede de administradores e novos funcionários, em tese, proporcionariam em conjunto

uma fonte de renda segura e permanente no município, o que contribuiria para o desenvolvimento do setor de comércio e serviços, reacendendo a economia local (BARROS, 2012:171).

Através destes argumentos a Câmara de Vereadores de Valparaíso aprovou o Projeto de Lei 24/97: “Dispõe sobre doação de área de propriedade do município de Valparaíso e o Governo de São Paulo e dá outras providencias”. O projeto previu a doação de 100.000 metros quadrados, e autorizou o Poder Executivo a “conceder suporte financeiro em obras de infraestrutura urbana e gastos administrativos, para o atendimento do objeto desta Lei”. A própria Ata da sessão ordinária que aprovou o projeto demonstra os sentimentos e expectativas dos representantes da população valparaísense em relação à construção da penitenciária:

(...) Antônio Geraldo: explicou que no início do ano, o Vereador Paulo Henrique pediu para a Prefeita reivindicar junto ao Governo do Estado, a construção de uma Penitenciária em Valparaíso. Acrescentou que o município doará uma área localizada na saída para o Bento de Abreu. Disse também que existem pontos contra e a favor, mas isso foi muito bem estudado e daqui uns 60 dias as obras serão iniciadas, dando mais ou menos 400 empregos e, após julho do ano que vem dará 600 empregos diretos, além dos indiretos, pois as administrações penitenciárias normalmente compram na mesma cidade, fortalecendo o comércio e a própria agricultura. Acrescentou que os Vereadores também estão preocupados com a segurança dos munícipes, tanto que amanhã estarão visitando a Penitenciária de Mirandópolis. Disse também que não há perigo, pois se um preso escapar ele vai fazer o possível para estar longe da nossa cidade. Deixou registrado seu voto favorável e o empenho da Prefeita para conseguir a Penitenciária que na sua opinião é ótima para Valparaíso (ATA da 10ª sessão ordinária da Câmara de Vereadores de Valparaíso de 1997).

Pela fala do vereador Antônio Geraldo, percebemos como a presença da penitenciária causa sensações controversas em relação ao medo da criminalidade: ao mesmo tempo em que diz estar preocupado com a segurança dos munícipes, afirma que não há perigo. Há aí uma clara contradição entre as dúvidas que a câmara tinha em relação às consequências da instalação da penitenciária, e o desejo que ela fosse construída, adotando assim o discurso governista de que ela traz empregos e não oferece perigo. E as opiniões ainda são ambíguas: para esse mesmo vereador, quatorze anos depois, em entrevista realizada em abril de 2012, o presídio trouxe mais consequências negativas do que positivas, que o medo da população aumentou devido à “cisma” para com as visitas dos presos. Entretanto, ele tem a sensação de que a penitenciária não é culpada pelo aumento da criminalidade no município. Recorda que, por ocasião da instalação, a administração penitenciária prometeu que criaria um sistema para não deixar os familiares dos presos se instalarem no município.

Observa que a cidade, atualmente, adota uma arquitetura mais defensiva, mas também não credita estas mudanças à penitenciária e sim a uma sensação de insegurança que domina todas as cidades, tendo ou não unidades prisionais. Sua principal crítica à penitenciária é a sua localização, muito próxima de áreas residenciais. Apesar de ter votado a favor da doação do terreno, o vereador garante na entrevista que fizeram um lobby para tentar impedir que a unidade fosse instalada no local, mas, segundo suas palavras, a escolha do local foi empurrada “goela a baixo” pela administração.

Em momento algum da sessão, os vereadores discutem os benefícios da penitenciária para combater a criminalidade do país, e ao ser interrogado sobre isso atualmente, o vereador Antônio Geraldo respondeu que construir penitenciárias só aumenta o problema da criminalidade. Ou seja, até para os que buscaram sua construção, só almejavam vantagens locais como a geração de empregos, e não pensaram nas consequências do sistema penitenciário no contexto geral do país.

Voltando à época da sessão camarária que votou a construção do presídio, outros vereadores se expressaram sobre o assunto:

(...) Nestor Carreto: endossando as palavras do Vereador Antônio Geraldo, acrescentou que esse Complexo Penitenciário dará continuidade ao desenvolvimento econômico do Município, pela geração de empregos diretos e indiretos. Quanto à segurança, disse que Mirandópolis é uma cidade maior e que tem Penitenciária, tem menos índice de criminalidade e de entorpecentes, provando que a penitenciária em nada interfere, muito pelo contrário, dará maior segurança para a população e continuará o processo de desenvolvimento da nossa cidade; Lúcio Santo de Lima, disse que o terreno doado está em uma excelente área, explicando que com certeza, será asfaltada a vicinal que liga Valparaíso à Bento de Abreu e também a estrada que sai atrás do Conjunto Habitacional Valdevino de Souza Pacheco e vai até a Rodovia Mal Rondon, facilitando assim a construção do anel viário, que irá retirar o trânsito pesado do centro da cidade. Quanto à segurança, disse que a Penitenciária é de segurança máxima e a população não deve se preocupar. Parabenizou os poderes constituídos e, o Vereador Paulo Henrique pela iniciativa. Em votação: aprovado por unanimidade. Nada mais constando, passou-se para a EXPLICAÇÃO PESSOAL: Regularmente inscritos, usaram a palavra os Vereadores: Jurandir da Silva Castro: parabenizou a população, a Prefeita, o Vereador Paulo Henrique e todos os Vereadores pela conquista da Penitenciária para nossa cidade; Paulo Henrique, explicou todo o trabalho realizado para a vinda da Penitenciária para Valparaíso parabenizando o empenho da Prefeita Municipal. Disse que a Penitenciária de Mirandópolis está gerando 800 empregos diretos e 200 indiretos. (...) Geraldo Nunes dos Santos, parabenizou o vereador Paulo Henrique pelo requerimento, principalmente no tocante à geração de empregos para a cidade (ATA da 10ª sessão ordinária da Câmara de Vereadores de Valparaíso de 1997).

Se havia um movimento, ou qualquer tipo de argumento contra a instalação da unidade no município, pela ata da sessão já estava resolvido, pois os vereadores na ocasião estavam convencidos de que a vinda da penitenciária só traria progresso para a cidade. O vereador Paulo Henrique manifesta orgulho de seu requerimento. Em entrevista realizada em abril de 2012, a penitenciária está entre seus principais projetos. De acordo com ele, o que falta em Valparaíso é o reconhecimento político, pois centenas de jovens estão trabalhando na penitenciária graças ao projeto dele e mesmo assim não foi reeleito.

Quantos jovens de Valparaíso passaram pela penitenciária, e hoje são formados em direito e já passaram em concurso melhor? São vários. Então é uma escada. É um mal bom (Entrevista com vereador Paulo Henrique, abril de 2012).

Paulo Henrique conta que a ideia de solicitar uma unidade penitenciária na cidade veio de uma notícia de jornal que dizia que seriam construídas no estado 22 novas penitenciárias. Ao ver a notícia pensou na segurança da população e nos empregos que traria, e acabou entrando com o requerimento na prefeitura. Quanto à segurança, como foi dito na Ata, o vereador ao lado de uma comissão foi visitar a unidade instalada no município vizinho, Mirandópolis. Desta visita, concluiu que a presença de penitenciárias não aumenta a criminalidade no município. Ele admite que a população de Valparaíso não foi consultada em nenhuma etapa do processo. Sua única objeção à penitenciária também é a localização, que segundo ele foi escolhida sem a sua consulta. Ao ser interrogado sobre o motivo da aprovação, já que tinha objeções, respondeu que na ocasião da votação já estava tudo decidido e que, como autor da proposta, não perderia a oportunidade de trazer a penitenciária por causa de uma objeção.

Apesar das objeções, não acredita que o crime ou o medo tenham aumentado por causa da penitenciária, e não se incomoda com as visitas dos presos porque não convive com elas, mas não deixa de observar que a população tem um forte preconceito com elas, e diz que até contrataria um familiar de preso para trabalhar na sua residência, pois acha que a reabilitação dos presos está aliada às oportunidades de trabalho para eles e para seus familiares. Sua visão sobre as penitenciárias no combate à criminalidade é que elas seriam eficazes se funcionassem de maneira diferente. Para ele, o crime só seria evitado se as penitenciárias funcionassem no regime de prisão perpétua e sem visitas:

É prisão perpétua em um quadrado como nos filmes, um quadrado dois por três, uma cama de cimento, um banheiro com chuveiro de água gelada e acabou, joga a comida por baixo. Você acha que o criminoso não pensaria duas vezes? Você pode me perguntar se fosse meu filho. Vou chorar a vida inteira, mas tem que pagar. Porque eu tenho que dar educação ao meu filho

para ele não fazer isto, não jogar nas costas de todo mundo. Hoje eu pego meu filho, deixo na creche. É assim, deixo na creche, muitas mães às vezes nem vão trabalhar, mas deixam na creche. Fica na rua. Chego de tarde pego, deixo na casa, saio, tomo um monte de cerveja, não dou educação, não converso com meu filho sobre nada, aí depois eu quero cobrar de todo mundo. Então é isso que está errado (Entrevista com vereador Paulo Henrique, abril de 2012).

Ou seja, na visão do vereador o crime é consequência de um abandono familiar e só pode ser evitado com um exemplo severo de penitenciária.

Hoje a mulher do preso vai visitá-lo e eles têm relação como se nada tivesse acontecido, como se ele tivesse na casa dele, isso que é errado. É desumano? Desumano é o que eles estão fazendo conosco. Quem é preso? Somos nós. Nós estamos presos dentro da nossa casa. Para você dormir hoje você tem medo, todo mundo tem medo. Não por causa da penitenciária. Nós não podemos jogar a culpa na penitenciária, temos que jogar a culpa nos governantes. O que está errado não é a penitenciária, somos nós, é nossa geração que está toda errada. É meu filho amanhã se eu não der educação, aí eu tenho que procurar um culpado, vou procurar quem? A penitenciária que é mais fácil, a mulher do preso que é mais fácil. Não estou dizendo que elas são santinhas, ninguém é santo. Já sei de umas que roubaram o mercado, não sou um cara burro nesse sentido. Você perguntou se eu arrumaria emprego para uma mulher de um preso, arrumaria sim, porque não? Eu fico todo sábado e domingo aqui em casa, eu vou acompanhar. A gente tem que dar a oportunidade ao ser humano. Existem pessoas que não tem jeito, mas o ser humano tem condições de mudar, só não muda quem não quer. Se você é uma socióloga hoje é porque você teve uma família que te deu uma estrutura para isso, você teve consciência disso, de querer estudar. Seu pai não te jogou pra uma assistente social, para uma creche para eles cuidarem de você. Seu pai que batalhou, seu pai que trabalhou. Nós podemos mudar. Coloca 50 caras de polícia da rua, andando a pé, eu duvido se a coisa não melhora. Pega o cara hoje e faz as penas serem mais rígidas, muda. Existe caso que nem câncer, que não tem cura, esses casos você deixa lá, coloca no quadrado que não vai fazer mal a ninguém, ele nunca mais vai sair de lá, então que mal vai fazer? Nenhum (Entrevista com vereador Paulo Henrique, abril de 2012).

A penitenciária é vista como uma coisa tão positiva pelos políticos locais que há uma disputa sobre o processo de implantação. Paulo Henrique garante que as pessoas que não o apoiaram quando teve a ideia, se aproveitaram do bônus político após a conquista. Tanto que há outras versões sobre como se deu a instalação da penitenciária. O chefe de gabinete da época acredita que a ideia veio do governo do estado, que precisava desativar o Carandiru, e direcionar os presídios para várias regiões, sugerindo para várias cidades, inclusive Valparaíso. Ele também se lembra de ter havido algum debate com a população, onde se expôs os prós e contras.

Em entrevista com a ex-prefeita, Maria de Lourdes, ela lembrou que a iniciativa de trazer a penitenciária surgiu pela escassez de empregos, que se restringiam a lavoura de cana-

de-açúcar e pela insalubridade destes empregos, pois em suas palavras: “é um trabalho muito duro, pois essa região é muito quente, eu diria que é quase como um subemprego e eu achava que os jovens, mereciam um trabalho, outra opção de trabalho, um trabalho mais leve”.

Garantiu que, se houve objeções por parte dos munícipes, não chegaram até ela, e que a vinda da penitenciária contribuiu com a sua reeleição em 2000. Sobre os impactos, ressaltou a geração de empregos e disse que impacto negativo só ocorreu nos primeiros anos em que as famílias dos presos mudavam para o município, mas, segundo ela, isto não acontece mais. Ela chama estas famílias de “famílias problemas”, pois são famílias de baixa renda que precisam de assistência social.

Quanto à opção política de seu partido, de construir unidades no interior, a ex-prefeita diz que ocorreu devido à pressão da própria população pela desativação do Carandiru, de forma que não havia outra opção a não ser expandir para o interior, e como não diminui a criminalidade no estado, não se pode parar de construir presídios. Admite que municípios menores muitas vezes não estejam preparados para receber penitenciárias, mas Valparaíso estava.

Um morador da cidade disse que a população foi consultada antes da instalação, que algumas pessoas ficaram com medo, mas tudo foi muito bem explicado no rádio e em reuniões nos bairros. Muitos entrevistados comentaram que antes do governo oferecer a unidade para Valparaíso, foi oferecida para a cidade vizinha, Guararapes, e a população de lá foi terminantemente contra. Alguns relatos apontaram que os próprios moradores de Valparaíso reivindicaram a instalação da penitenciária por acharem que a vizinha Mirandópolis, que já tinha a unidade, estava se desenvolvendo mais.

O chefe do Departamento de Água da época elencou outra vantagem da instalação da unidade: a penitenciária comprava água da prefeitura por um preço cinco vezes mais alto do que o pago pela população. Como o Departamento não lucra, cobra apenas pelos custos, a água da população acabou saindo muito mais barata com esta negociação. Ele acha que é uma bobagem a população de Guararapes se orgulhar de ter recusado a penitenciária, pois eles não têm vantagens como esta, mas têm os prejuízos, pois um foragido de Valparaíso provavelmente vai para lá. Sua versão sobre a iniciativa da instalação também é que partiu do governo. Segundo ele o governo ajudava muito o município e precisava que alguém da região aceitasse a penitenciária para dar o exemplo para as cidades vizinhas, e a prefeita achou que era o momento de retribuir toda esta ajuda, aceitando a unidade.

Mas essa construção de dezenas de unidades no interior não resolveu o problema. Ao contrário, quanto mais presídios construídos, mais aumentou o déficit prisional. De acordo com a Folha de São Paulo (ALENCAR, 2001) o déficit de vagas subiu 78% na gestão do governador Mário Covas, mesmo ele criando quase 12 novas vagas por dia”³⁵.

Há um grande movimento contra a expansão dos presídios no interior do estado, mas o governo se mantém firme em sua política. Existia um lobby na câmara de deputados envolvendo mais de 20 deputados e 30 prefeitos para frear esta expansão do sistema prisional que o governador da época da reportagem, José Serra rebateu com a seguinte frase: "Todo mundo reclama que precisa de mais presídio, mas querem que seja no vizinho. Alguns partidos de oposição ficam insuflando isso como maneira de catar milho eleitoral". Ou seja, para o governador, a oposição à política é mais jogo eleitoral do que verdadeira preocupação com os municípios, e completa: "Ninguém quer o presídio nas suas vizinhanças, e com razão", mas "São Paulo está dividido em municípios. Não se inventou uma maneira de fazer presídios que não seja num município. Até se fizer em alto-mar, no pré-sal, vai ter reclamação também" (ESTADÃO, 2009).

De fato algumas coisas mudaram com a vinda das unidades. Além do movimento no comércio em geral, como dito acima, tipos específicos de atividades se desenvolveram em função dos presídios. Se antes da penitenciária o movimento hoteleiro em Valparaíso era quase inexistente, hoje existem seis hotéis, de acordo com o site oficial da prefeitura municipal e mais dezenas de pousadas, muitas delas dirigidas pelos próprios familiares dos presos, que se instalam no município, alugam uma casa com vários quartos e recebem as pessoas que vem nos fins de semana por preços mais módicos do que os cobrados pelos hotéis.

O setor de transportes também foi ampliado: antes da instalação das unidades havia apenas um taxi que passava a maior parte do tempo parado na rodoviária. Na ocasião da pesquisa encontramos o telefone de seis taxis diferentes e dezenas de moto taxis. Cardoso e Siqueira (2011) afirmam que “a construção de presídios acabou com a vida pacata e transformou cidades do oeste do Estado no "Texas paulista", apelido dado pelos próprios detentos por causa da distância da capital e do rígido sistema carcerário”.

³⁵ No site oficial da SAP encontra-se a explicação para essa “lógica” perversa: a expansão do sistema prisional é “necessária por conta do considerável aumento da população prisional do estado de São Paulo nos últimos 10 anos. São Paulo conta hoje com a polícia que mais prende no Brasil, fruto da política séria adotada pelo governador Geraldo Alckmin” <http://www.sap.sp.gov.br/noticias/not147.html> retirado em 04/01/2013

A região de Araçatuba é recheada de presídios em pequenos municípios, contendo presos oriundos de lugares distantes do estado. Isso faz com que a família dos presos tenha que se deslocar para visitá-los. Todo final de semana, recebe centenas de ônibus com esposas e outros parentes:

Para os parentes, cumprir pena na região significa um castigo ainda maior para o detento. “Quase ninguém gosta de ficar aqui nessa região porque é muito longe da Capital”, declarou L.A.D., 25 anos, de São Paulo, mulher de um preso que cumpre pena por roubo, na penitenciária Nestor Canoa, de Mirandópolis. A maior parte dos detentos é da grande São Paulo. Para visitá-los, os parentes têm de percorrer em média 500 quilômetros por semana (ALEXANDRE, 2009).

A polícia alega que estes presos, vindos da capital também aumentaram seu trabalho nas pequenas cidades. A polícia Civil agora precisa apurar qualquer tipo de crime ocorrido dentro e fora dos presídios. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que os presídios se instalaram na região de Araçatuba, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo retirou os comandos das polícias civis e militares da região (ALEXANDRE, 2006c), sem reforço do efetivo:

‘É incrível. Mandaram as penitenciárias para a nossa região e não deram suporte para isso. Muito pelo contrário, até diminuiu o número de profissionais nas delegacias”, disse um policial preferiu ficar no anonimato (ALEXANDRE, 2006c).

Os policiais garantem que por causa das penitenciárias na região triplicou o número de mulheres presas por tráfico de drogas, flagradas ao tentar entrar nas unidades com drogas dentro do corpo. Outras reportagens mostram a preocupação da polícia com as visitas dos presos na região:

"Preocupa sim a polícia essa vinda de presos da capital, não pelo fato de poderem estar ligados ao grupo organizado PCC (Primeiro Comando da Capital), mas sim por também virem famílias e pessoas ligadas a esses presos *que não conhecemos a origem*", conta Bruno. “A criminalidade não é mais algo só dos grandes centros, pois cada vez mais as cidades do interior estão sendo surpreendidas por criminosos”, disse (GUZZI, 2001).

Além dessas visitas, a polícia também reclama do transtorno trazido pela “saidinha” dos presos do regime semiaberto em algumas datas. A polícia sugere que a população local tem que dobrar os cuidados nestas datas:

Como a própria polícia sinaliza, portanto, o jeito é a população dobrar os cuidados. Outras liberações temporárias vão acontecer, e novamente a população será exposta a essa sensação de insegurança. Uma questão que só será resolvida quando houver vontade política em discutir o aprimoramento da Lei de Execuções Penais, não como se fez em relação ao Código de Processo Penal, pelo abrandamento, mas pelo endurecimento de critérios. A

melhor premiação, para o preso e para a sociedade, seria colocá-lo para trabalhar, garantindo o seu próprio sustento e o da sua família. Isso seria ressocialização. Simples assim. (REDAÇÃO, 2011)

Ou seja, para a população se sentir mais segura convivendo com presídios semiabertos é necessário que os presos trabalhem e não saiam. A polícia aponta que há um aumento de 20% a 30% no número de furtos e roubos durante os períodos de saída temporária (ALEXANDRE, 2007b). Um entrevistado em Valparaíso afirmou que a penitenciária tirou a segurança da comunidade porque os policiais ao invés de fazerem ronda, estão acompanhando presos para prestar depoimentos, guarda em pavilhões e escolta, deixando, assim, a população desguarnecida. De acordo com o advogado e delegado Delcir Getúlio Nardo, a polícia no interior não tem estrutura para enfrentar os problemas trazidos pelos presídios:

Quando a coisa estava instalada em São Paulo, qualquer eventualidade ali já tinha uma tropa de choque pronta para agir, sem maiores consequências. No entanto, com essa pulverização pelo interior, fica difícil. Atrás dos criminosos, vêm os problemas. Se de um lado a penitenciária traz algum benefício econômico para a cidade, por outro lado a criminalidade tende a aumentar. Eu acho que ela contribuiu sim para o aumento da criminalidade na região (ALEXANDRE, 2005a).

As opiniões sobre essa política de interiorização do sistema carcerário são controversas. Um comerciante de Valparaíso entrevistado afirmou que o “governador na época, o Mario Covas, acertou nesse ponto”. Ele ressaltou as vantagens dos presos poderem trabalhar dentro das unidades, estarem dispersos pelo estado, mas discorda da maneira como é feita essa política de descentralização do sistema carcerário:

Agora, eu só não concordo assim, em alguns pontos de querer impor para a população: “Ah, aqui vai ter uma penitenciária, aqui vai ter uma casa de menor, uma instituição, ou vai ter uma penitenciária feminina”. Essa parte eu não concordo, tem que escutar a população para ver o que ela acha que é melhor (ENTREVISTADO 8).

Outro entrevistado já vê essa política como inevitável em um contexto em que o estado de São Paulo é a “locomotiva” do país:

É porque os outros estados não tem nenhuma política e acaba sobrando para cá. Para você ter uma ideia, o governo federal, que eu acho que deveria trabalhar em outro sentido, também não faz força para fazer isso aí, desde a época do Fernando Henrique, podia ter ajudado, ter feito outras penitenciárias em outras regiões, para cada região cuidar do seu preso. Esta foi a intenção na época do governador Mario Covas. De descentralizar as penitenciárias, por exemplo, o preso que mora lá em Rio Preto que estava preso no Carandiru, preso que mora aqui em Pacaembu e estava no Carandiru, era essa a intenção, de descentralizar e colocar mais próximo da sua região, para não haver tanta criminalidade, no transporte para lá e para cá. Eu acho que ele teve a intenção, mas gerou uma situação que a coisa

está descontrolada, não tem mais onde colocar tanto preso, onde colocar tanto delinquente está complicado. Eu acho que a culpa é do sistema judiciário que está falido (ENTREVISTADO 7).

Foram recorrentes as respostas no sentido de que não havia outra opção para o governo a não ser empreender esta política:

É um mal, mas é um mal necessário. Vamos dizer, até o governador de São Paulo, na ocasião, senhor Mario Covas, estava num comício, então disse que naquela cidade ia haver uma penitenciária, aí um dos cidadãos que estavam lá, deu contra, aí o governador Mário Covas respondeu: “o senhor não quer pra vocês, mas quer para o seu vizinho?”. Você está entendendo? Eu não quero o mal para mim, mas quero o mal para você, está errado. Eu acho que ela trouxe algum benefício, isso sim, principalmente no comércio, porque tem os funcionários, que uma grande parte é de fora, que tão residindo aqui, e mesmo ali gastam, aqui na loja mesmo, gasta a penitenciária, instalação de gás. Eu não tenho nada contra, de vez em quando surge aí, que um fugiu, mas quantas penitenciárias que tem por aí, quantas não acontece? Outra coisa, a prefeita acabou usando uma grande parte desses... Como é que diz? Desses... Semiabertos para serviço na cidade, que não deixa de beneficiar eles, se eles trabalham um dia, eles ganham dois na sentença deles (ENTREVISTADO 8).

Há conformismo na fala de alguns entrevistados, para os quais a expansão do sistema prisional se tornou algo natural: “Tem que ter um lugar para os presos. Então a gente tem que aceitar, eu aceito isso, porque se tem que ter em algum lugar, por que não aqui?” (ENTREVISTADO 8). A ideia é que a penitenciária não resolve o problema da criminalidade, mas os criminosos existem e precisam ser isolados em algum lugar.

Como veremos adiante, muitas pessoas acham que esta política só contribuiu para aumentar o número de unidades sem melhoria na qualidade do sistema. Uma entrevistada chamou o atual sistema de “máquina de ser humano”, por não haver uma real preocupação com educação e reabilitação dos presos, e em sua opinião a reabilitação deveria vir aliada a oportunidades de trabalho dentro da prisão, para que não fiquem “pensando besteira”. Esta ideia da escola no lugar da prisão apareceu em várias entrevistas:

Eu acho que não é louvável porque ao invés de estarem construindo penitenciária, eles deveriam estar construindo escolas e SENAI. Poderia tirar tanta gente da rua: um menino com 14, 15 anos, no SENAI, está aprendendo uma profissão, quando ele sair dali, ele está com seu emprego garantido e hoje nós não temos essas possibilidades. Eu acho que isso foi falta dos nossos governos, dos nossos vereadores trabalharem em cima disso. Por exemplo, em Araçatuba nós temos um SENAI, o garoto, o trabalho tem que ser perfeito, lógico, tem que estudar, lógico, mas ele sai de lá com uma profissão, ele já sai empregado. Em Valparaíso nós temos tantos garotos, jogando na rua, fumando maconha, sendo que nós poderíamos dar trabalho para estes garotos, nós não damos essa chance. Quando eu vim pra cá, tinha muito trabalho, porque tinha lavoura, tinha algodão, tinha amendoim, tinha todas essas coisas, que hoje não tem mais,

hoje é só cana, eu gostaria que os nossos governantes olhassem com carinho para isso (ENTREVISTADO 16).

O trabalho é sempre citado como solução para os problemas de criminalidade. Apesar da sensação de que a falta de trabalho aumenta a criminalidade, a percepção dos moradores em relação à segurança no município é ambígua. Muitos entrevistados garantiram que não fazem nada para se proteger da criminalidade, porém, os muros de suas residências são altos, com cercas elétricas, interfones, ao contrário de alguns anos atrás. Talvez tais aparatos de proteção não sejam adotados por medidas de segurança, mas por questões estéticas, arquitetônicas, como o que ocorre em relação aos condomínios fechados. Um agente penitenciário garante que a existência recente de duas empresas de segurança na cidade, responsáveis pela vigilância residencial à distância, é uma prova de que a penitenciária trouxe medo para a população. Um morador chegou a afirmar que a penitenciária ao invés de trazer mais habitantes e, conseqüentemente, mais renda para a cidade, afasta os habitantes com poder aquisitivo suficiente para escolher onde morar e acabam fugindo da cidade por causa do medo da violência:

Todos os diretores da Ajinomoto não moram na cidade devido à penitenciária, eles moram em Araçatuba. A Damata (usina) a mesma coisa, os diretores, as pessoas não moram em Valparaíso devido à penitenciária, eles procuram outros centros afastados de penitenciária, devido ao cargo que eles ocupam e poderiam correr um risco. Então talvez, diretores e outras classes mais altas se às vezes não tivesse a penitenciária, poderiam estar gerando uma renda maior para Valparaíso (ENTREVISTADO 6).

Alguns creditam o crescimento da cidade às políticas de desenvolvimento econômico nacional e estadual, ao sucesso do plano Real e combate a inflação, ao invés de creditarem à chegada das penitenciárias. A economia do município teve momentos de altas e baixas, na alternância de culturas agrícolas. Entretanto, por mais que se queira negar, a penitenciária teve e tem um relevante papel na economia local, especialmente para o comércio, para as pequenas e médias indústrias, setores de produção rural etc. Em função disso, destacamos nas próximas páginas as opiniões dos comerciantes e de outros sujeitos afetados pela penitenciária.

4. A fala dos habitantes de Valparaíso

Além das notícias de jornais e documentos oficiais da época, interessou-nos a opinião dos habitantes sobre a penitenciária. Mesmo conscientes das limitações físicas, humanas, de tempo e recursos financeiros, optamos por conhecer as percepções dos habitantes de Valparaíso, a partir de dois recortes metodológicos: entrevistas e questionários.

As entrevistas, muito mais elaboradas e exigindo respostas com um nível maior de detalhes que os questionários, foram realizadas com pessoas relacionadas (direta ou indiretamente) com a instituição: funcionários, comerciantes, políticos e jornalistas. Por meio de indicações dos moradores, entrevistamos algumas pessoas que, por sua vez, indicaram outras, conforme a metodologia “Bola de Neve”³⁶. Pelas limitações de tempo e diante da repetição de respostas, optamos por aplicar 20 entrevistas, usando um roteiro para orientar os assuntos, embora o diálogo tenha fluído naturalmente. Todas as entrevistas foram gravadas com a autorização dos entrevistados e tiveram uma duração média de 40 minutos cada.

Para cada segmento entrevistado (comerciantes, agentes penitenciários, políticos) foi construído um roteiro diferente, adequado a sua função. Porém, todos exploraram alguns pontos específicos. Inicialmente, as perguntas procuraram revelar as percepções do entrevistado em relação à sua função (profissional) e em relação ao município. Para os comerciantes, por exemplo, foi perguntado sobre os motivos que os levaram a abrir o comércio em Valparaíso e qual seu principal público. Aos agentes penitenciários foi perguntado se gostavam de seu trabalho e se o trocariam por outro. Depois, todos foram questionados se gostavam da cidade, se a consideravam violenta e se tinham medo da criminalidade. Por fim, foram questionados sobre as consequências da instalação da penitenciária e as suas percepções sobre as visitas dos presos.

Para todos os entrevistados foi perguntado como é o funcionamento de uma unidade prisional. Evidentemente não esperávamos que todos soubessem a resposta exata a esta pergunta, já que muitos deles nunca pisaram em uma unidade. Porém, a intenção deste tipo de pergunta é tentar trabalhar com o imaginário das pessoas, perceber qual é a primeira imagem que vem a cabeça quando se fala em prisão. Enquanto os agentes pensaram muito na resposta e acabaram descrevendo friamente os procedimentos da cadeia, as pessoas de fora do “mundo da prisão” deram respostas sobre as relações entre e com os presos, o crime, as leis.

³⁶ O método de pesquisa “bola de neve” consiste em um sistema em que um entrevistado indica outro e assim sucessivamente, até que as informações comecem a se repetir constantemente, de forma que o tamanho da amostra depende do tempo em que demorar a se repetirem as respostas (BIERNACKI & WALDORF, 1981).

Apesar da tentativa em dividir as entrevistas entre comerciantes, pessoas que trabalham nas penitenciárias e pessoas com envolvimento político na cidade, esta divisão não é estática, já que parte dos entrevistados acumula mais de um destes papéis. Os comerciantes foram os entrevistados mais acessíveis, não só pela disponibilidade em ser entrevistado (convidado de nenhum segmento se recusou a dar entrevista), mas pela riqueza de informações fornecidas. Os agentes penitenciários apresentaram respostas mais padronizadas e sucintas, de maneira que com apenas cinco entrevistas, as respostas já estavam se repetindo.

Há jogos de interesse e os depoimentos não são isentos: estão ligados ao ofício, à idade, à escolaridade e à classe social do entrevistado. Alguns entrevistados fizeram parte do processo político, enquanto outros acompanharam de longe e foram atingidos de formas diversas pela penitenciária. Para preservar a identidade dos entrevistados (apesar de a maioria não fazer questão disto), identificamos cada um por um número, que será ligado as suas falas ao longo do texto. Como a profissão, a renda, a escolaridade, e o vínculo com a penitenciária podem influir nas percepções, descrevemos no quadro abaixo a síntese do perfil de cada entrevistado.

Tabela 2: Perfil dos entrevistados

	Profissão	Sexo	Idade	Escolaridade	Profissão Anterior	Tempo de Residência (anos)	Tempo de Prof/ Com (anos)	Tipo de Comercio	Localização do Comercio
1	Agente penitenciário e comerciante	M	42	2º grau	Marceneiro	12	12	Pizzaria	Rua principal
2	Agente penitenciário	M	27	Superior Direito	Militar	6	8	_____	_____
3	Agente penitenciário	F	52	Superior Psicologia	Professora	52	12	_____	_____
4	Agente penitenciário e comerciante	M	43	Superior Pedagogia	_____	13	20	Distribuidor de importados	Em domicilio
5	Agente penitenciário	M	52	2º grau	Mecânico	35	12	_____	_____
6	Comerciante e mercado imobiliário (70 casas de aluguel) ³⁷	M	49	2º grau e técnico em contabilidade	Pedreiro	49	22	Rede de mercados	5 bairros periféricos
7	Comerciante e ex-chefe de gabinete da prefeitura	M	48	Superior Odontologia	_____	48	74	Hotel	Rua principal
8	Comerciante	M	79	Ensino fundamental	Office boy	62	62	Loja de móveis e distribuidora de gás	Rua perpendicular a principal
9	Comerciante, líder da associação comercial e	M	48	2º grau	Lavrador	48	34	Açougue e mercearia	Ao lado da rodoviária

³⁷Ex-candidato a vice-prefeito pelo PSDB ao lado da prefeita que trouxe a penitenciária.

	líder de clube de serviços.								
10	Comerciante	F	57	2º grau	_____	27	35	Mercearia	Rua principal
11	Empresário	M	64	Fundamental incompleto	Agricultor	49	8	Taxi	_____
12	Comerciante	F	49	Superior Pedagogia	Professora	25	20	Rede de Supermercados	Rua principal e ao lado da rodoviária
13	Comerciante	F	47	_____	Florista	6	6	Posto de Gasolina	Rua principal
14	Comerciante	M	37	Superior Veterinária	Ajudava a família em torrefação de café	37	10	Pet shop, clínica veterinária, loja de ferragens e loja de roupas	Rua paralela à principal
15	Comerciante e ex-vereador	M	47	Superior Farmácia	Balconista de farmácia	35	56	Farmácia	Rua principal
16	Comerciante	M	72	Fundamental	_____	26	26	Sapataria	Rua principal
17	Radialista ³⁸	M	52	Superior Direito	_____	52	_____	_____	_____
18	Chefe do departamento de água	M	_____	Superior Administração	Comerciante	_____	_____	_____	_____
19	Ex-prefeita	F	_____	Superior Medicina	Médica	_____	_____	_____	_____
20	Ex-vereador	M	45	Superior Farmácia	Professor	45	_____	_____	_____

Para tentar captar as percepções da população em geral, foram aplicados 226 questionários, espalhados em todos os bairros do município³⁹. Este número representa cerca de 1% da população. Como não dispusemos da distribuição populacional dos bairros, fizemos um cálculo a partir da quantidade de ligações de água ativas em cada bairro⁴⁰.

A construção do questionário foi baseada nas entrevistas, onde se percebe como tocar nos pontos mais importantes para a investigação. Antes da aplicação definitiva também foram aplicados dez questionários-teste para decidir a melhor forma de abordagem.

A maior parte dos entrevistados tem entre 25 e 50 anos (53%), e são mulheres (64%). A forte participação feminina é explicada pelo fato de ser uma abordagem nas residências e muitas mulheres não trabalharem fora, estando disponíveis na ocasião da aplicação.

Estamos cientes das limitações deste tipo de método de investigação, pois “fatores, como a surpresa da abordagem, o local onde o entrevistado se encontra, o interesse pessoal e a própria conjuntura social também podem influenciar nas respostas” (BRANDÃO; DALT; SILVA; SANTOS, 2008: 36), mas, mesmo assim acreditamos que a aplicação de questionários pode trazer uma enorme riqueza de informações, já que abrange um número significativo de pessoas de diferentes localidades e grupos sociais. Este tipo de pesquisa é um

³⁸ Ex-vice-prefeito

³⁹ Anexo 3

⁴⁰ Informações fornecidas pelo DAEV (Departamento de Água e Esgoto de Valparaíso)

subsídio para percebermos se a população em geral se sente insegura com a presença das penitenciárias no município.

A espacialização dos questionários serve para medir as percepções nos diferentes espaços e classes sociais. A sensação de insegurança pode mudar toda a dinâmica da sociedade e alterar a estrutura urbana. Em uma cidade ou bairro em que a sensação de medo do crime é alta, a população desenvolve estratégias de defesa, tanto mudando a arquitetura de suas residências (muros altos e fechados, câmeras e interfones), como mudando seus hábitos: deixando de frequentar determinados espaços em determinados horários ou deixando de se relacionar com determinadas pessoas.

4.1. Percepções sobre a cidade

A maneira como se percebe a cidade pode ser determinante das atitudes de seus moradores. Cada morador tem uma percepção e a apreciação da cidade varia de acordo com o local, a classe social e as experiências vividas.

A relação com o espaço pode ser percebida através da relação emocional que o indivíduo tem com o bairro, tanto no sentido de paisagem como no sentido de comunidade e, por extensão, através da relação com os vizinhos. Por isso, perguntamos nos questionários, há quanto tempo o entrevistado morava no bairro, e sua relação com os vizinhos.

Setenta e quatro por cento dos entrevistados moram no bairro há mais de dez anos, e os únicos bairros que não tem maioria nesta categoria são Anis Buainain, Flamboyant e Ecoville, sendo este último facilmente explicado pelo fato do bairro existir a menos de dez anos. Talvez este maior tempo de residência dos entrevistados nos bairros explique o fato de 87% responderem que gostam de Valparaíso e 91% que gostam do bairro onde moram, afinal:

Em grande parte as pessoas estão satisfeitas com sua área residencial. Para aqueles que viveram muitos anos em um lugar, a familiaridade engendra aceitação e até afeição. Os recém-chegados estão mais inclinados a manifestar descontentamento; por outro lado, as pessoas podem, a despeito de seus sentimentos reais, expressar contentamento com seu novo bairro porque é difícil para elas admitir que ao se mudarem por razões econômicas, de fato cometeram uma tolice. As pessoas de alta renda comumente expressam satisfação, o que não é de surpreender, pois estão onde estão por escolha própria e dispõem de meios para melhorar a qualidade do seu bairro (TUAN, 1980: 249).

A ideia de Tuan se aplica a Valparaíso, pois quando cruzamos a questão sobre gostar do bairro com a renda vemos que todos os entrevistados que ganham acima de dez salários mínimos e os que ganham menos de um salário, gostam do seu bairro. Porém, apesar desta afeição, 30% disseram que se mudariam para outra cidade. Muitos moradores, mesmo

mantendo uma relação afetiva com o município e com seu bairro, sofrem com as limitações de oportunidades da cidade. Principalmente os mais jovens reclamam da falta de cinemas, shoppings, bares e danceterias, tal como da falta de universidades e bons empregos.

Outra pergunta importante para confirmar esta relação positiva com o espaço é se o entrevistado gosta dos vizinhos. Esta questão é crucial, pois, Felix (2002:132) aponta que “a perda de confiança na vizinhança é condição tanto para incidentes de crime como para o medo de vitimização”. Por mais que a população de Valparaíso esteja experimentando o medo da vitimização, este medo não é imediatamente percebido como medo da vizinhança, pois 86% dos entrevistados responderam que gostam dos vizinhos.

Quando confrontamos o tempo de residência no bairro com a questão sobre gostar do município percebemos o quanto o tempo de residência melhora a relação com o ambiente. Apesar de em todas as categorias de tempos de residência, a maioria dos moradores gostarem de Valparaíso, entre as pessoas que vivem no bairro há menos de 5 anos apenas 62% gostam do município, contra 91% dos residentes há mais de dez anos. O mesmo acontece com a questão “se mudaria para outra cidade”: apenas 48% dos residentes há menos de 5 anos disseram que não, enquanto entre os residentes há mais de dez anos 73% responderam negativamente.

Para entender melhor esta relação positiva, fizemos questões abertas sobre o que seria MELHOR e PIOR na cidade e a principal mudança dos últimos 15 anos. No quesito mais positivo da cidade, as respostas que mais apareceram foram “amizades” e “tranquilidade”, mostrando as características de coesão, as relações fortes entre os vizinhos e a valorização das características típicas dos pequenos municípios.

Tabela 3: Considera MELHOR na cidade (por tempo de residência)

RESPOSTAS	Menos de 1 ano de residência	De 1 a 5 anos de residência	De 5 a 10 anos de residência	Acima de 10 anos de residência	Total
Amizades	0	6	5	41	52
Tranquilidade	2	0	3	30	35
Nada	2	2	4	12	20
Empregos	2	2	2	8	14
Saúde	0	1	0	10	11
Igrejas	2	1	3	4	10
Rodeio ⁴¹	0	0	3	5	8
Educação	0	2	2	3	7
Administração	0	0	0	5	5
Comercio	0	0	0	5	5
Lazer	1	1	1	2	5
Praças	1	0	1	3	5

Fonte: Questionários aplicados em maio de 2012

⁴¹ Festa gratuita que acontece anualmente na cidade.

As respostas também refletem a escassez de lazer no município: como a maioria das cidades pequenas, a igreja aparece como uma das principais ocupações não laborais da população. Em seguida aparece o rodeio, que é uma das festas mais populares do município, agregando todas as classes sociais e atraindo pessoas de outras cidades. É importante notar que a resposta mais lembrada entre os moradores antigos, a amizade, não foi mencionada pelos moradores há menos de um ano, o que demonstra a necessidade de um tempo para o desenvolvimento de laços sociais.

Tabela 4: Considera PIOR na cidade (por tempo de residência)

RESPOSTAS	Menos de 1 ano de residência	De 1 A 5 anos de residência	De 5 a 10 anos de residência	Acima de 10 anos de residência	Total
Penitenciária	2	3	3	21	29
Saúde	1	5	4	17	27
Criminalidade	1	3	4	14	22
Drogas	0	2	3	16	21
Violência	1	1	1	15	18
Falta de Empregos	0	0	2	14	16
Falta de Lazer	0	2	1	5	8
Comércio	0	1	0	5	6
Administração	1	1	1	1	4
Brigas Políticas	0	0	0	4	4
Falta de Infraestrutura	1	1	0	2	4

Fonte: Questionários aplicados em maio de 2012

A pergunta sobre o que seria PIOR na cidade foi feita sem sugestões de respostas, e a penitenciária foi a mais lembrada, provando que por mais que muitos moradores sejam a favor das penitenciárias, elas aparecem como incômodo no imaginário de muitas outras. Além do mais, as outras respostas muitas vezes apareceram associadas a penitenciária, pois muitas pessoas reclamaram que o atendimento na saúde piorou depois que os presos passaram a disputá-lo (e ter prioridade), da mesma maneira, muitos alegaram que a presença da penitenciária intensificou o tráfico de drogas, a criminalidade e a violência.

Tabela 5: Principal mudança na cidade nos últimos 15 anos (por tempo de residência)

RESPOSTAS	Menos de 1 ano de residência	De 1 a 5 anos de residência	De 5 a 10 anos de residência	Acima de 10 anos de residência	Total
Crescimento da cidade	2	2	3	22	29
Penitenciária	0	0	2	16	18
Aumento da população	3	0	2	11	16
Aumento na oferta de empregos	0	1	0	13	14
Melhora na saúde	0	0	2	10	12
Aumento da violência	0	2	1	8	11
Aumento no número de casas	0	4	1	6	11
Melhora na	0	1	1	7	9

infraestrutura					
Administração	0	0	0	8	8
Estrutura Física	1	0	1	5	7
Melhora na Educação	0	1	2	4	7
Melhora no Comércio	0	0	0	6	6
Melhora dos Serviços Públicos	0	0	0	5	5
Piora na Saúde	1	0	1	2	4
Aumento Nas Praças	0	0	0	3	3
INSS/Caixa Econômica ⁴²	0	0	0	3	3
Rodeio ⁴³	0	1	1	1	3

Fonte: Questionários aplicados em maio de 2012

A penitenciária também está entre as respostas mais lembradas como principal mudança, independentemente de ser positiva ou negativa. Os moradores observaram que o município cresceu muito nos últimos anos (crescimento da cidade, aumento da população, aumento no número de casas), e muitas pessoas relacionaram este crescimento, entre outros fatores, à chegada da penitenciária. Porém, o crescimento das cidades por si só é um fator que pode causar apreensão nos moradores (TUAN, 2005).

Ao dividir a questão sobre gostar do município por idade, vemos o ponto fraco do local: apesar de em todas as faixas etárias a maioria dos moradores gostar de Valparaíso, é entre a população mais jovem que temos o menor número de repostas positivas:

Gráficos 2, 3 e 4: Gosta de morar em Valparaíso por idade



Fonte: Questionários aplicados em maio de 2012

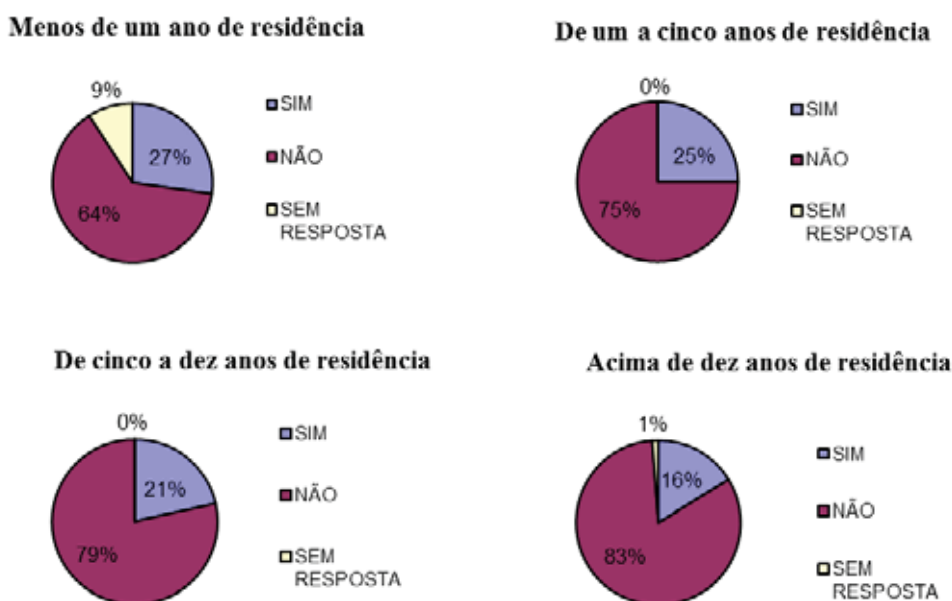
⁴² Há poucos meses foram inauguradas uma agencia da Caixa Econômica Federal e uma do INSS, que oferecem serviços que fazem muita falta a população que tinha que ir até a cidade vizinha, Guararapes.

⁴³ Há 4 anos mudou o local onde a festa é realizada, deixando a festa muito maior.

Apesar da afeição dos entrevistados com a cidade, com o bairro e com os vizinhos, na percepção de segurança não existe consenso: 53% dos entrevistados afirmaram que Valparaíso é uma cidade perigosa e 91% tem medo de serem vítimas de algum crime na cidade. Esta percepção pode ter relação com muitos fatores: o crescimento da cidade (superior ao dos municípios vizinhos) ⁴⁴, a presença das mulheres dos presos, à influência da mídia sensacionalista, ou até a falta de parâmetros, já que a maioria dos moradores vive em seu bairro há muito tempo, não conhece outros lugares mais ou menos perigosos. O indício de que esta sensação de insegurança permeia mais o campo da percepção do que de uma criminalidade real é que 81% dos entrevistados alegaram nunca ter sido vítimas de nenhum crime no município.

Apesar disso, ao dividir esta vitimização pelo tempo de residência no bairro, parece que o tempo é um fator que diminui as chances de ser vítimas, já que a maior incidência de vitimização está exatamente na faixa dos moradores que estão há menos de um ano no bairro:

Gráficos 5, 6, 7 e 8: Já foi vítima de algum crime na cidade?-tempo de residência



Fonte: Questionários aplicados em maio de 2012

No campo da percepção da criminalidade o quadro se inverte: as categorias que mais acham Valparaíso perigosa são de 5 a 10 anos de residência (61%) e acima de 10 anos (53%), enquanto apenas 40% das pessoas que moram no bairro há menos de um ano acham a cidade perigosa.

⁴⁴ Enquanto o Estado de São Paulo cresceu 1,09 % ao ano entre 2000 e 2010, e as cidades vizinhas a Valparaíso, Mirandópolis e Guararapes, cresceram 0,58% e 0,59% respectivamente, Valparaíso cresceu 1,96% (dados do Seade).

Já que a maioria dos entrevistados acha a cidade perigosa e tem medo de ser vítima, mesmo nunca tendo sido, perguntamos que mecanismos utilizam para tentar se proteger.

Tabela 6: O que você faz para se proteger da criminalidade?

RESPOSTAS	Menos de 1 ano de residência	De 1 a 5 anos de residência	De 5 a 10 anos de residência	Acima de 10 anos de residência	Total	%
Nada	0	4	9	28	41	18%
Oração	0	3	7	24	34	15%
Não sai de casa	2	6	3	15	26	12%
Evitar lugares	3	2	2	18	25	11%
Não sai em alguns horários	0	0	3	19	22	10%
Aparato físico	0	2	1	12	15	7%
Tranca a casa	1	0	0	12	13	6%
Atenção	0	3	0	7	10	4%
Não se envolve	2	0	0	8	10	4%
Evita maus elementos	0	0	0	2	2	1%
Não anda na rua	0	0	0	2	2	1%
Não tem motivos pra se proteger	0	0	0	2	2	1%
Outras respostas	—	—	—	—	—	11%

Fonte: Questionários aplicados em maio de 2012

Ao agrupar as respostas acima em categorias de tipos de proteção, tem-se o seguinte quadro:

Tabela 7: O que você faz para se proteger da criminalidade? (respostas agrupadas)

Meios de Proteção	Nº absol.	%
Atitudes (comportamentais)	144	71,3%
Não se protege	43	21,3%
Aparato Físico	15	7,4%
Total	202	100,0%

Fonte: Questionários aplicados em maio de 2012

Apenas uma pequena parcela de 7% dos entrevistados admitiu a proteção por meio de aparatos físicos (grade, alarme, cerca elétrica), o que pode significar que a cidade não é considerada perigosa e o elevado número de respostas positivas sobre a insegurança local permeia mais a “fala do crime” do que um medo real.

Embora as atitudes (comportamentos) sejam as formas mais adotadas de proteção (71% das respostas), ao detalhar as formas de proteção, torna-se evidente que a violência é mais falada que sentida: 15% se protegem por meio da fé, 12% disseram não sair de casa e 21% que evitam alguns lugares e certos horários.

Isso tudo confirma o fato que as pessoas escutam relatos de violência, mesmo que ocorridos em lugares distantes, e internalizam que a sua cidade é um lugar perigoso, mesmo sem o crime fazer parte de suas vidas. De qualquer maneira é significativo que em uma cidade em que a esmagadora maioria dos entrevistados nunca teve contato com a criminalidade, apareçam tantas respostas do tipo: “Não sai de casa”, “Evita lugares”, “Não sai em alguns horários”, “Muro alto (grade, alarme, cerca elétrica)”, pois de alguma forma estes discursos de

medo estão mudando os hábitos da população, tirando as pessoas das ruas, alterando a paisagem, a começar pela fachada das residências.

Outro fato que mostra que a periculosidade de Valparaíso existe mais no campo da percepção é que em bairros estigmatizados como Lambari e Pedro Samuel, a maioria⁴⁵ dos entrevistados respondeu que a cidade não é perigosa, contrariando a percepção do município em geral.

Por outro lado, às vezes as estatísticas confirmam os estigmas. Apenas dois bairros em Valparaíso tiveram mais da metade dos entrevistados declarando terem sido vítimas de crimes: O Morumbi com 67% de vítimas e a Vila Ayub, com 75%. Como visto anteriormente, o Morumbi é um bairro no qual as pessoas não circulam na rua, é afastado dos comércios e suas casas são de altíssimo padrão, fatores que podem explicar esta criminalidade⁴⁶. Já a Vila Ayub é o bairro mais estigmatizado do município como sinal de perigo, de forma que o bairro pode ser realmente perigoso ou o estigma influenciou as respostas. Acapulco, Anis_Buainain, Califórnia, Ecoville, Flamboyant, Pedro Samuel, Riviera e Vila Rica não tiveram nenhum entrevistado que já tenha sido vítima de crimes.

Para observarmos se estas percepções de criminalidade foram alteradas pela presença das penitenciárias, perguntamos aos moradores se a penitenciária faz aumentar a criminalidade:

Gráfico 9: A presença da penitenciária na cidade fez aumentar a criminalidade?



Fonte: Questionários aplicados em maio de 2012

Apesar de não ser unanimidade, vemos que a penitenciária afeta sim a percepção de criminalidade da população. Agora veremos como esta presença pode afetar outros aspectos das percepções dos valparaísenses.

⁴⁵No Lambari 54% disseram que a cidade não é perigosa, e no Pedro Samuel 60%.

⁴⁶Não especificamos nas questões os tipos de crime, mas pelas conversas com os moradores, a maioria associa a ideia de crime a furto e roubo.

4.2. Os agentes penitenciários

De um modo geral, as pessoas gostaram de ser ouvidas, pois sentem que estão de alguma forma interferindo na realidade. Porém, esta regra não se aplicou aos funcionários das penitenciárias, que mostraram certo receio em se expressar.

Os agentes de segurança penitenciária foram os que ofereceram mais resistência para conceder entrevista. Disponibilizavam-se, mas se esquivavam para marcar a data, resistiam ao gravador, sugeriam responder a entrevista pela internet, ou por algum outro meio escrito em que tivessem mais tempo para pensar nas respostas. Mesmo durante as entrevistas, interrompiam para questionar o porquê de determinadas perguntas, perguntar se seus nomes seriam divulgados, ao contrário dos outros tipos de entrevistados, que quando explicávamos que os nomes não seriam necessariamente divulgados, respondiam que gostariam de ser identificados. Luiz Cláudio Lourenço (2010: 12) observa que isto é uma característica comum à profissão, pois também em sua pesquisa com os agentes de Belo Horizonte, muitos preferiram retratar seus afazeres da maneira mais impessoal possível.

Em 2010 havia 22.166 agentes penitenciários em São Paulo (A. LOURENÇO, 2010: 13). A função do Agente de Segurança Penitenciária é guardar, vigiar e controlar a movimentação de presos, veículos e volumes. Percorrendo as notícias sobre a penitenciária em Valparaíso é possível entender o porquê de tanta discricção entre este grupo de trabalhadores. As unidades já passaram por rebeliões graves e já houve inclusive um caso de agressão a um agente (SATO, 2001).

Talvez estes funcionários sejam o caso limite dos efeitos das penitenciárias. A maioria das entrevistas, com todos os segmentos, aponta a profissão como muito boa, pois o salário é alto⁴⁷ para os padrões valparaisenses (que tem um custo de vida baixo), os funcionários gozam de estabilidade no emprego e plano de saúde. Além do mais, como a maioria trabalha no regime de 12 horas por 36 (dia sim, dia não), conseguem desenvolver outras atividades como estudar ou trabalhar informalmente. O ingresso no ofício ocorre através de concurso público que exige apenas o ensino médio e após a aprovação, o agente passa por um curso de formação de 351 horas⁴⁸. Estima-se, através das vagas abertas nos editais e das notícias de jornais, que Valparaíso conte hoje com cerca de 500 funcionários nas

47 Os editais dos concursos e as notícias da época apresentam um piso salarial de cerca de R\$800,00. Os agentes entrevistados declararam ganhar atualmente cerca de R\$2500,00 graças aos reajustes e aos acréscimos de insalubridade.

48 O curso é dividido em duas partes: uma teórica e a outra prática sobre defesa pessoal e táticas de abordagem.

duas penitenciárias, mas não se sabe quantos deles já residiam no município antes do emprego.

Se por um lado estes trabalhadores viram sua vida melhorar pela estabilidade financeira e pela possibilidade de estudar, alguns deles já foram protagonistas de verdadeiros pesadelos. As grandes rebeliões das penitenciárias paulistas ocorreram em 2001 e 2006, mas, no dia-a-dia, acontecem incidentes que podem marcar suas vidas pelo medo. Uma reportagem da Folha da Região de 2007 mostrou que “dois agentes de segurança ficaram reféns por cerca de duas horas durante um motim ocorrido na penitenciária de segurança máxima de Valparaíso” e que um detento “jogou uma marmita com comida no rosto de um agente penitenciário” (ALEXANDRE, 2007a).

Dos cinco agentes entrevistados, os três que trabalham diretamente com os presos deram respostas técnicas e ríspidas sobre sua rotina de trabalho⁴⁹ e os dois que exercem outras funções (um trabalha na parte administrativa e outro escolta presos do semiaberto até a enfermaria) falaram com tranquilidade sobre seu ofício. Apesar de o agente do semiaberto ter algum contato com os presos, são presos que teoricamente representam menor periculosidade, pois já se encontram no fim da pena, e o contato ocorre numa situação de vulnerabilidade do preso (se estão sendo encaminhados à enfermaria, provavelmente encontram-se de alguma forma fragilizados). A agente que trabalha na parte administrativa (e é psicóloga) explica que este retraimento dos agentes que tem contato direto é ocasionado pelo medo das ameaças dos detentos e pelo próprio efeito da “prisionização”⁵⁰. Quatro dos cinco agentes entrevistados disseram que, se pudessem, teriam outra profissão, mas foram unânimes ao dizer que a penitenciária trouxe melhora econômica para o município.

Vimos que nos questionários com a população em geral, a maioria das pessoas respondeu que não faz nada para se proteger da criminalidade. Na contramão, todos os agentes responderam que se protegem de situações de risco como evitar determinados lugares e andar armado, a despeito de não considerarem a cidade perigosa e nunca terem sido vítimas. Além do dilema vivido cotidianamente pelo agente penitenciário entre ressocializar e vigiar, Arlindo Lourenço (2010: 40) nos mostra que estes trabalhadores têm que enfrentar agressões verbais, físicas, bagunças entre prisioneiros, acertos de contas, depressões, automutilações, tentativa de suicídio, doenças, suicídios, crises de loucura, movimentos coletivos de

49 Luiz Cláudio Lourenço (2010: 14) explica isto pelo fato de que trabalhar no sistema penitenciário é comumente retratado de forma depreciativa, de forma que os agentes preferem falar o mínimo possível para fugir dos estigmas.

⁵⁰Todos os agentes usaram esta expressão para explicar os efeitos da prisão em suas vidas pessoais.

prisioneiros, greves, motins, tentativa de evasão, de incêndios voluntários, “e também a miséria social, moral, intelectual e mental que acompanha o aprisionamento e por último o peso do próprio imaginário do crime e da criminalidade”.

Além da proximidade física dos agentes com os presos, há a proximidade cultural, ou, uma espécie de aculturação sofrida pelos funcionários do sistema penitenciário, a chamada “prisionização”. Um agente garante que em pouco tempo de trabalho já se fala a linguagem do preso e transferem-se problemas pessoais para dentro da cadeia. Moraes (2005 apud A. LOURENÇO, 2010) define a prisionização como uma familiarização:

(...) a necessidade de vigiar e manter a ordem em uma *instituição total* com as características das prisões coloca os agentes penitenciários sempre em uma posição ambígua posicionando os indivíduos deste grupo entre dois mundos: o da lei/ordem e o do crime/desordem. Um efeito imediato desta disposição seria um estresse contínuo produzido por um diferente e, por vezes, estranho tipo de *familiarização* (MORAES, 2005, p. 221-222 apud A. LOURENÇO, 2010a: 43).

Enquanto Goes e Makino chamam-na de contágio:

Uma das suas primeiras constatações refere-se ao efeito “de contágio” que a prisão vai exercendo não apenas sobre os presos, mas também sobre os agentes que estão em contato constante com ele. Trata-se da chamada *prisonalização*, já abordada por diversos especialistas, com alcances diversos (MOLINA, 1997: 152), que é percebida de forma bastante concreta no *cheiro de cadeia* que impregna presos e agentes e na linguagem carcerária – a famosa *gíria de cadeia* – criada pelos presos, para não ser entendida pelos agentes, mas que acaba por ser incorporada por muitos deles (GOES e MAKINO, 2002:169).

A Entrevistada 3, que atua na parte administrativa, garante que frequentemente os funcionários precisam tirar licença médica por problemas psicológicos. Muitos tiram seus nomes da lista telefônica para não serem encontrados, evitam sair à noite, principalmente nos fins de semana, quando a cidade está tomada por visitantes. Ela também descreve a sua própria experiência, de como a sua vida mudou depois de entrar no “mundo da prisão”. Quando perguntada se ela se sente constrangida em revistar mulheres desconhecidas nuas, disse que no começo sentia muita vergonha, mas hoje é um procedimento absolutamente corriqueiro. Fala abertamente sobre como o medo transforma a vida de um agente, a partir da sua experiência:

Os agentes têm medo de estar lá no raio, o preso está ameaçando. Eles falam: “eu vou pegar tua família”. Eu já recebi muita ligação aqui na minha casa, e eu sei que é de preso. Simplesmente eu desligo o telefone, não dou conversa. Eu sabia que eram eles que estavam ligando, até porque o jeito de falar é diferente, estes que já estão escolados na cadeia. Minha mãe já foi

ameaçada por telefone. Meus meninos⁵¹ têm medo, eles até mudam de caminho para trabalhar, isso foi até falado no nosso curso de formação (ENTREVISTADA 3).

Apesar de negar ter medo dos presos, a entrevistada faz uma leitura da transformação de seu próprio comportamento:

Eu sei tudo o que acontece com os presos, o que eles fizeram, o que acontece na família. No início, meus filhos falavam que eu estava muito brava, e eu não percebia. A gente até estudou isso nos cursinhos, é o efeito prisionização, eles ensinavam que não pode deixar isso acontecer, eles mandavam tomar cuidado, porque a gente ia mudar dentro da nossa casa: “o assunto de vocês vai ser só em torno de cadeia, então vocês tem que evitar, quando tem festa, não falar em cadeia, falar em outra coisa”. E hoje eu dou risada: uma vez por mês nós fazemos churrasco do turno, então eu começo a observar, não tem como você não falar de cadeia. E sabe por quê? Porque se eu estou convivendo com você lá dentro da cadeia, doze horas por dia, eu não tenho outro assunto para falar com você, no outro dia eu não te vejo e você não me vê, aí a gente se reúne aqui e eu começo a contar tudo o que acontece na cadeia. Uma vez o próprio colega comentou “mas nós vamos falar de que?”. É o que você está vivenciando. Naquele tempo, os meninos me cobravam, falavam que eu estava diferente. Depois que meus meninos entraram na penitenciária, eu observei que realmente houve a mudança. Eles estão agressivos, bem agressivos, e não eram (ENTREVISTADA 3).

Além do agente penitenciário, alguns familiares dos presos também sofrem os efeitos da “prisionização”. Ao ser interrogado sobre o comportamento dos familiares, um agente descreve a sua surpresa diante de situações que contrariam essa percepção generalizada:

Existem visitas que não demonstram, são pessoas que não se deixaram atingir pela prisionização. São pessoas comuns, elas têm uma educação, uma cordialidade. Às vezes o marido dela está lá por uma casualidade, ele deu uma carona, ou teve uma mentalidade fraca, se deixou levar pela necessidade de dinheiro, não teve sorte, caiu. Isso não o torna um bandido, ele infringiu o código penal, foi preso e está pagando por aquilo, mas não é isso que o torna um bandido com potencial criminoso (ENTREVISTADO 2).

Essa fala ilustra o julgamento disseminado entre os agentes (e de certa forma na sociedade em geral) de que os visitantes são a extensão do preso: sem educação e cordialidade. O comportamento cordial do visitante é visto como exceção, mesmo diante de declarações de que nem todo criminoso é mau.

Por mais que a prisão tenha afetado negativamente a vida dos agentes, a sua atividade profissional não é assim percebida integralmente: a ideia do emprego estável sempre se sobrepõe à do medo do “mundo da prisão”. Para os mais jovens, este emprego é considerado apenas um degrau para chegar a outros de melhores condições, visto ser um município que

⁵¹Os dois filhos da entrevistada também são agentes penitenciários.

oferece poucas chances de ascensão, especialmente para as classes baixas. Além do bom salário, o turno 12h X 36h permite-lhes estudar e se preparar para novas empreitadas profissionais. A estabilidade e aposentadoria são destacados pelos mais velhos, como o Entrevistado 5, que ingressou no sistema com quarenta anos de idade, admitindo que saiu de uma empresa privada por sentir que a partir dessa idade há pouco amparo ao trabalhador.

A realidade dos agentes de outros estados é muito diferente dos paulistas. Luiz Cláudio Lourenço (2010), no estudo sobre os profissionais mineiros descreve agentes com baixa escolaridade, péssima remuneração e com contratos temporários. Em São Paulo a profissão só é exercida mediante concurso público, com escolaridade mínima do ensino médio, e com salário inicial de pelo menos três salários mínimos, ou seja, salário acima da média brasileira. As diferenças entre os estados da federação podem fazer com que muitas das considerações deste trabalho percam o sentido, se descontextualizadas: a literatura sobre o ofício de agente de segurança penitenciária no contexto nacional mostra que a profissão tem mais desvantagens do que vantagens. Em São Paulo a avaliação é ambígua: os agentes carregam os estigmas e sofrem todas as consequências da profissão como nos outros estados, porém a profissão, pelo menos no contexto dos municípios do interior é financeiramente valorizada e reservada para pessoas de maior escolaridade.

Arlindo Lourenço (2010: 47) afirma que as penitenciárias são “instituições causadoras de sofrimento, desconforto e instabilidade pessoal – física e psicológica, para os diversos grupos de pessoas que lá se encontram, vivem e trabalham, especialmente para os Agentes de Segurança Penitenciária”. O autor também aponta que uma pesquisa realizada pela Universidade de Manchester em 1987, elenca a profissão de agente penitenciário como “a terceira categoria profissional mais sujeita ao estresse” (A. LOURENÇO, 2010: 54).

Isto se deve também ao fato da própria profissão ser estigmatizada. A aproximação entre o preso e o agente, que Goffman observou na relação entre criminosos e a polícia, pode transferir o estigma de um para o outro.

A polícia, devido ao fato de ter que lidar constantemente com criminosos, pode se tornar “informada” em relação a eles, levando um profissional a declarar que “... de fato os policiais são as únicas pessoas que, além de outros criminosos, o aceitam pelo que ele é” (GOFFMAN, 1975: 28).

Ser agente penitenciário é de alguma forma pertencer ao “mundo da prisão”, partilhar experiências com os presos e,

A sociedade nunca valorizou ou remunerou muito bem os responsáveis pelo cuidado e a vigilância de seus indivíduos indesejáveis. O carcereiro (designação muito mais recorrente para o senso comum que a de agente segurança penitenciário), no imaginário coletivo, é caracterizado como uma

das mais indesejáveis ocupações. É visto como alguém pronto a se corromper e a participar de atividades ilegais tanto com os presos como com o estafe prisional. O agente ainda carrega a desonrosa fama de torturar e castigar internos, segundo sua vontade. A imagem que acaba por permanecer é a de um profissional sem muita instrução e desprovido de qualquer sensibilidade. (L.C. LOURENÇO, 2010: 14)

Além do estigma, estes profissionais estão mais vulneráveis a serem vítimas de crimes:

É interessante notar que entre os crimes sofridos pelos pesquisados o mais frequente foi justamente a ameaça de morte: praticamente metade da amostra, 49,5% (45), já havia sofrido esse tipo de vitimização (L.C. LOURENÇO, 2010: 22).

Isso faz com que tanto os agentes entrevistados em Valparaíso, quanto os estudados por Luiz Cláudio Lourenço (2010: 26) evitem sair de suas casas. Os agentes então no meio de dois mundos, e tem dificuldades em conciliá-los.

4.3. Mundo de dentro e mundo de fora

Tanto a literatura sobre o assunto como os próprios entrevistados recorreram frequentemente à expressão “mundo da prisão”, uma ideia que implica na dicotomia dentro e fora. Se existe um “mundo” dentro da prisão, os seus habitantes seriam “alienígenas” em relação ao “mundo de fora” e, sendo “alienígenas”, não retornarão plenamente ao outro mundo⁵².

Para os agentes, a população não tem ideia do que acontece no mundo da prisão. De alguma forma, eles se sentem pertencentes a este mundo e demonstram certa “solidariedade”. Enquanto o “mundo de fora” rotula e condena o preso, os agentes acreditam que qualquer pessoa está sujeita a parar em uma cadeia⁵³. Pelo menos no nível do discurso, afirmam que as pessoas soltas oferecem muito mais risco a sociedade do que os presos.

Entretanto, isso não significa que eles acreditem que os presos possam ser ressocializados, pois além de não conseguirem se reinserir no mercado de trabalho, a superlotação e a convivência com outros tipos de criminosos os afastam do “mundo de fora”.

Eles mesmos falam que não tem nada para eles lá fora, ninguém vai empregá-los, eles não têm nada para fazer lá fora, eles já são visados porque sempre estiveram presos. Aprontam uma para serem presos, falam para o próprio guarda quando vão sair: “logo, logo estou aqui de volta” (ENTREVISTADO 2)

⁵² É claro que existem casos de ressocialização, mas a própria concepção de que os presos não pertencem ao “mundo de fora” pode representar um empecilho para esta “volta à sociedade”.

⁵³ Segundo o depoimento dos entrevistados.

Para muitos é bom estar preso. Para eles o perigo está lá fora, eles não têm o que fazer lá fora, eles não vivem lá fora, eles não têm emprego. Tem uns que nem família têm mais. Tinha um senhor que chorou, um velhinho, pediu pelo amor de Deus para não deixá-lo ir, porque ele sempre viveu dentro de cadeia, e estava apavorado, não sabia como ia fazer lá fora. Um senhor de cabelos brancos. Ele não tinha família, não tinha filhos, não tinha mulher, não tinha ninguém. A cadeia para ele é o melhor lugar. (ENTREVISTADA 3)

A cadeia é o melhor lugar, ou o único para quem pertence ao mundo da cadeia. Seguindo o senso comum, o Entrevistado 2 aponta um empecilho para a reinserção do criminoso de menor periculosidade na sociedade: “um cara que roubou um botijão de gás, ou roubou uma bicicleta” fica junto com “o cara que matou, o cara que estuprou, o cara que cometeu um latrocínio, cometeu um sequestro”. O Entrevistado 9 acredita que a principal função da prisão é ensinar a criminalidade: “Uma faculdade de bandidos. Brincadeiras a parte, lá a gente sabe que se entra um mais ou menos sai de lá um bandido especializado”.

O diretor da unidade de Valparaíso em 2002 tem uma visão mais otimista em relação à ressocialização dos presos, pelo que vemos em entrevista concedida à Folha da Região:

Já fui convidado para ser padrinho de batismo do filho de um ex-detento que, quando encarcerado, causou vários problemas, mas conseguiu se recuperar. Vejo duas situações que mudaram no sistema. Uma é a legislação, pois saímos de um sistema de Regime Militar para um Regime Democrático, então a lida com o preso mudou. Muitas normas que se aplicam hoje, na época não eram aplicadas, pois valia mais a repressão. Hoje, o funcionário que lida com o sistema é um profissional que passa por uma escola, têm cursos, palestras e é avaliado. A sociedade, de um modo geral, não anda muito preparada para receber um ex-detento, até pelo que essa pessoa fez antes de ser presa. Os detentos que têm o amparo da família e das instituições das quais procuram, dificilmente voltam ao crime. E quando não há esse apoio é muito mais fácil voltar para a criminalidade, e até mesmo justificar esse retorno. Não há no Brasil mais espaço para pessoas que pensam assim. A legislação já não permite mais isso e provou que o diálogo e o entendimento é basicamente a solução de tudo. É saber o que você quer, o que precisa e por qual motivo se age assim quando preso. Não há mais repressão pela legislação e pelo próprio aprendizado durante todo esse tempo. Comento com a minha equipe que hoje, a pessoa que fala que um detento está preso porque a pena venceu e ele está detido indevidamente, isso não existe. Hoje há uma rotatividade muito grande em função da quantidade de informações e a informatização deu uma nova forma de controlar as informações. Não considero os presídios como depósitos humanos porque há um trabalho dentro das penitenciárias. Hoje, o preso que quer trabalhar pode fazer isso. As visitas das famílias que moram em cidades distantes são custeadas pelos próprios presos, que recebem pelo serviço que prestam dentro das penitenciárias. Há até uma insistência para que ele trabalhe. Costumo dizer que aqui dentro há pessoas como nas ruas. Há o vagabundo que você pode oferecer R\$ 500 para que trabalhe e ele não faz isso porque diz ser uma obrigação do Estado

mantê-lo dentro da prisão. Esse detento diz que vai ficar na sua cama e a comida terá de chegar até ele, pois se o Estado o prendeu, que o trate. Basicamente, o que acontece é a insistência sobre o ensino. Não justifica um elemento ser preso analfabeto e depois de quatro ou cinco anos receber o alvará de soltura e assinar o documento com a impressão digital. O mínimo que tem de fazer é assinar o nome para que possa ir embora. Acho que isso já é uma grande coisa. (...) No meu ponto de vista, esse sistema está muito bem, e vai melhorar porque precisamos evoluir. Não posso falar que esse é o melhor sistema do país, mas acho que ainda estamos à frente. Bom mesmo é o modelo importado. Mesmo assim estamos na dianteira, principalmente na questão do lidar com o preso, pois priorizamos o ser humano, o que é fundamental (GUZZI, 2002).

Pela fala do diretor percebe-se que na visão institucional, o diálogo, a oportunidade de trabalho e a educação garantem a reinserção na sociedade. Não sabemos como estas medidas são aplicadas no interior das prisões, se realmente só não trabalha e estuda o preso que não quer, o “vagabundo”, mas sabemos pela própria fala dos agentes que o índice de reincidência no crime é altíssimo, de forma que alguma coisa na lógica do diretor não está funcionando. Mas a ideia de que a ocupação do tempo dos presos garante a recuperação não parte apenas do discurso da instituição. É recorrente na fala dos entrevistados a ideia de que “cabeça vazia é oficina do diabo”. As sugestões para melhorar o sistema prisional vão sempre no sentido de ocupar o tempo do preso.

Tanto nas entrevistas como nos questionários, há forte aprovação ao convênio com a prefeitura para o trabalho de presos do sistema semiaberto⁵⁴. Provavelmente seria até maior se não tivesse ocorrido um incidente exatamente na época da pesquisa: um detento que trabalhou na limpeza da praça após uma festa, se embriagou com os restos de bebida contidos nas garrafas, roubou o veículo da prefeitura e se envolveu em um grave acidente na rodovia. Este relato apareceu em todas as entrevistas, algumas considerando como um caso isolado, outras indicando preocupação com a “liberdade” que os detentos do semiaberto desfrutam. A questão do trabalho destes presos também aparece com uma valoração negativa em outro contexto: na disputa pelo mercado de trabalho com os trabalhadores locais.

Um dos entrevistados chegou a dizer que os presos não deveriam preparar nem a própria comida, pois eles desperdiçam alimentos e têm contato com objetos perigosos. Ao contrário, deveriam ser contratadas senhoras desempregadas da cidade para exercer esta função.

Ao invés de ter penitenciária, gastar um monte de dinheiro como gastou com essa daqui, põe uma bola de ferro nele e uma corrente, cabo de aço para cortar cana para ver se ia reincidir em algum crime. Cumprir a pena

⁵⁴ 61% dos entrevistados consideram “bom” os presos oferecerem serviços ao município.

trabalhando, igual nesses filmes que você deve ter visto. Solta, coloca para trabalhar de dia para o cara sentir que se ele fizer um crime ele vai sofrer, não terá regalias (ENTREVISTADO 9).

O trabalho aparece como pena e não pela sua função social. A noção que circula no imaginário popular e no discurso oficial é que os criminosos devem ter medo da pena, para que pensem antes de cometer o crime. A pena tem que trazer muito sofrimento ou ser eterna:

O que está errado é a nossa política. O cara mata hoje, se um pai mata um filho, como tem muito hoje na televisão, daqui seis anos ele está de novo na rua. Eu sou contra a pena de morte, não é em relação à igreja, é que eu acho que colocar a pena de morte vai ser muito bom para eles, é muito bom para o cara. Por que não faz prisão perpetua? Resolveu. Você prefere gastar dinheiro enterrando o seu futuro marido, seu filho, ou prefere gastar um pouquinho mais com um cara que nunca vai cometer um crime. É isso que está errado, o nosso país está todo errado. Hoje o cara mata, sua vida vale quanto hoje? Sete anos de cadeia? Daqui sete anos você volta? Você não volta nunca mais (ENTREVISTADO 20).

Apesar de desejarem uma pena dura para os presidiários, consideram que nem todos os presos deveriam estar lá. Os presos viciados em drogas, por exemplo, não deveriam ir para a penitenciária e sim para uma clínica de recuperação. Os furtos de menor gravidade também deveriam ser punidos com penas alternativas, como prestação de serviços. Para todos os entrevistados, a prisão os tornará mais criminosos que antes.

Outra ideia que apareceu como solução para os problemas prisionais é a municipalização dos presídios, em que todas as cidades tivessem sua unidade, mas só abrigassem presos residentes no município. Esta é a solução perfeita para o principal desconforto que a presença da penitenciária traz para a população: a chegada dos familiares dos presos. Todos os depoimentos indicam uma alternativa à penitenciária nos moldes em que se apresenta.

Diante destas posições a ideia de um presídio semiaberto é controversa. O regime semiaberto tem como objetivo colocar o preso com bom comportamento em contato mais estreito com a sociedade, reinserindo-o aos poucos no “mundo de fora”. Porém, os mecanismos de reinserção implicam em insegurança da população, como o que ocorre nas chamadas “saidinhas”⁵⁵ em que os presos do regime semiaberto e outros com bom comportamento, conforme classificação do Judiciário, têm o direito de visitar suas famílias

⁵⁵Para ter direito à saída temporária, a Lei de Execução Penal (nº 7.210, de 1984) exige que o preso tenha bom comportamento carcerário, cumpra pena no regime semiaberto e tenha cumprido um sexto da pena, se for réu primário, ou um quarto, se for reincidente.

em algumas épocas do ano. Mas esta posição não é unânime, parte dos entrevistados acha que mesmo que os presos fujam nestes períodos não ameaçam a população local:

Na cidade onde a gente observa assim que tem penitenciária, dificilmente eles cometem um crime aqui na cidade. Como eles falam: a saidinha, geralmente você observa a notícia na televisão, de 800 presos, 10 ou 15 saíram daqui e cometeram um crime lá em Taubaté, foi visitar a família e tal, outro roubou não sei aonde. É a minoria que volta a cometer algum crime que sai do semiaberto. A gente tem a convivência inclusive na cidade que eles trabalham fazendo outras coisas para a prefeitura, então não vejo problema dessa parte aí. Esta convivência tem que existir (ENTREVISTADO 7).

O taxista entrevistado garante que o fato dos presos trabalharem aumentou o seu próprio lucro, pois foi contratado para levar os presos até o local de trabalho. Outro comerciante garante que este serviço traz uma grande contribuição para a limpeza pública do município.

Apesar das controvérsias, a convivência com os presos é relativamente tranquila, já que no fim do dia eles são novamente enjaulados e não disputam espaço com os moradores da cidade. Muito mais difícil é a convivência com a família dos presos que, ao contrário deles que vivem sob regras, não se sujeitam às regras de convivência social. Um fato ilustrativo dessa situação é a postura autoritária que algumas esposas assumem diante de situações específicas: furam fila nos mercados, exigem atendimento imediato etc.

4.4. O medo do “outro”: A mulher de preso⁵⁶

Viver com estranhos transforma-se em arte, cujo valor é tão ambíguo quanto os próprios estranhos⁵⁷.

Não há consenso entre os que acham que muitos familiares de presos migraram para o município e os que acham que isso não ocorre, mas 41% dos entrevistados alegaram conhecer algum familiar de preso. Porém, apesar dos munícipes valorizarem a amizade, apenas 27% declararam ter amizade com familiares de presos. Nos bairros Santa Casa (83%) e Vila Ayub (75%) é onde mais se conhecem familiares de presos. Nos bairros Anis Buainain, Califórnia, Flamboyant, Morumbi e Vila Rica, todos os entrevistados declararam não conhecer nenhum familiar de preso.

⁵⁶ Como já foi dito, esta é a expressão que os moradores utilizam para se referirem a qualquer tipo de visita que os presos recebem.

⁵⁷ BAUMAN, 2012:70

Entretanto, todos os comerciantes já tiveram algum contato com familiar de preso, a maioria visitante temporário de final de semana. Desse contato, surge uma série de percepções: enquanto alguns acreditam que estas pessoas são iguais a qualquer morador da cidade, outros apontam uma série de características próprias da “mulher de preso” e expressam como a relação destas pessoas com os nativos pode ser conflituosa.

A Entrevistada 3, que tem um contato intenso com estas mulheres explica que existem algumas que são “comuns” e não representam perigo para a população, enquanto outras são “terríveis”, são “do ramo”. Sua imagem sobre estas mulheres é emblemática, porque por um lado, é ela que flagra as criminosas que tentam entrar com objetos proibidos na penitenciária, mas por outro, como mulher e mãe, se solidariza da dor de muitas delas.

Vocês souberam do caso da moça que raspam a cabeça? Uma visita, moça bonita, cabelão. Lá fora, na rua, ela ficou grávida de outro. E a lei entre eles é assim: se você vai largar do preso, não pode largar por carta, tem que chegar e falar para ele. E ela veio e falou para ele que estava grávida de outro. Ai ele pegou ela e raspou a cabeça dela todinha. Não deu dez dias, mataram ela. Quando ele fez ainda falou para ela: “toma cuidado lá fora, cuidado com a sua mãe, cuidado com seus irmãos”, ameaçou. Ela saiu daqui desesperada aquele dia. Passaram uns dias e a colega dela me contou que ela tinha sido assassinada. De dentro mandou matar. Você vê como é a vida delas? (ENTREVISTADA 3).

Apesar destes relatos do risco que uma visita de preso pode correr, muitas mulheres se relacionam com os presos e talvez seja por isso que elas são consideradas diferentes:

Existem relacionamentos que começam dentro da cadeia. Elas ficam conhecendo o cara por carta, as amigas indicam, elas começam a se corresponder com o preso e acabam casando. Duas me contaram que vão casar agora. Sinceramente, para eles é tudo normal, e o pior que para a gente que está lá dentro, as coisas também são normais. Para mim é uma coisa normal isto, olha como inverteram os meus valores (ENTREVISTADA 3).

Para quem não vive o dia-a-dia da prisão, as interpretações são muito diferentes. Os entrevistados que não trabalham nas penitenciárias responderam que as mulheres de preso são muito diferentes da população:

Eu acho que elas mesmas provocam talvez algum preconceito pelo modo como se vestem. Algumas, talvez nem todas, se vestem de uma forma que pressupõe que são... que tem parentes lá, algumas têm as tatuagens que também caracterizam” (ENTREVISTADO 14).

Você chega numa fila, elas aprontam barraco mesmo, para passar na frente (ENTREVISTADO 5).

Sessenta e um por cento dos entrevistados disseram que os familiares dos presos são diferentes da população nativa, sendo que nos bairros Anis Buainain, Califórnia, José Maria

Barros Arruda e Miguel Vilar todos os entrevistados responderam que elas são diferentes e nos bairros Centro, Jardim Cristal e Santa Rosa, mais de 80%.

Dentre esses 137 que consideram os familiares dos presos diferentes dos demais moradores, mais de 37% (51) diferenciam as mulheres especificamente pelo comportamento. Entretanto, se forem consideradas apenas as respostas que as qualificaram (126 respostas, retirados os 11 que admitiram que elas são diferentes, mas não souberam se expressar), os aspectos comportamentais (maneira de se expressar, falta de educação, falta de respeito, agressividade, vulgaridade etc.) totalizam mais de 57% de classificações pelo comportamento inadequado.

Tabela 8: Em que os familiares dos presos são diferentes da população nativa?

Comportamento	51	37,2%
Roupas/tatuagens	24	17,5%
Em tudo	12	8,8%
Maneira de se expressar	8	5,8%
Não estabelecem contato com a população	7	5,1%
Falta de educação	4	2,9%
Fisionomia	2	1,5%
Mal encaradas	2	1,5%
Agressividade	2	1,5%
Vaidade	2	1,5%
Carregam recipientes e sacolas transparentes	2	1,5%
Qualquer pessoa de fora é diferente	2	1,5%
Roubam	2	1,5%
Falta de caráter	1	0,7%
Tem muitos filhos	1	0,7%
Trazem drogas e telefones	1	0,7%
Não respeitam a população	1	0,7%
Vulgaridade	1	0,7%
Arrogância	1	0,7%
Não souberam responder	11	8,0%
TOTAL	137	100,0%

Fonte: Questionários aplicados em maio de 2012

Nos últimos 14 anos, a população valparaísense aumentou (passou de 18 mil habitantes para 22 mil), o que deixa dúvida se a resposta dos habitantes, de que é possível identificar os parentes dos presos, apenas porque “todos da cidade se conhecem” é totalmente válida. Os moradores imputam aos familiares de presos símbolos específicos, de forma que é

provável que existam familiares de presos que não são alvo imediato do estigma, pois não carregam tais símbolos.

A maior parte dos os comerciantes entrevistados afirmou que as mulheres de presos furtam no comércio. Entretanto, apesar de considerarem que as visitas dos presos são a principal causa dos furtos no comércio em geral, a maioria garante que não há nenhum tipo de discriminação em relação a elas, argumento que se esvai quando questionados sobre a disposição em contratá-las.

Não porque eu tenha discriminação. A gente trabalha numa cidade muito pequena, mora em uma cidade muito pequena, então a própria população eu acho que iria rejeitar. E outra, saber sua vida, porque não é só ela, porque ela é envolvida já com bastante gente lá fora, então se torna um pouco difícil, porque a gente fala: até onde você pode confiar? Hoje o ser humano está tão imprevisível. Eu vejo até as minhas funcionárias, hoje está ótima, amanhã já está outra pessoa e é tudo gente boa. Então é por isso que eu não contrataria, mas eu não tenho nada contra (ENTREVISTADA 13).

O que se percebe claramente, é que a rejeição de empregar a chamada mulher de preso é muito difundida, até entre os não comerciantes. Perguntados se contratariam uma mulher de preso no caso de possuir um comércio ou para trabalhos domésticos, 75% dos moradores que responderam ao questionário, afirmaram que NÃO. Uma situação hipotética que corrobora a intenção dos comerciantes, os grandes empregadores do município⁵⁸:

Para fazer um contrato de mercado hoje, o que a gente avalia? O primeiro passo é família, a gente avalia o que aquela pessoa tem de família, o que aquela pessoa é para a sociedade, porque muitas vezes eu já tentei contratar pessoas de risco no meu mercado, criança de risco, por exemplo, a mãe falou: “eu tenho um filho, está no mundo, tal, você dá uma oportunidade?”; eu já dei e essas pessoas acabam trazendo problemas, acabam roubando. Então já aconteceu de tentar ajudar jovens e essas pessoas estarem me vigiando, vendo o que estava acontecendo com a minha vida para passar para outras pessoas. Às vezes acontece esse tipo de coisa, de você estar se abrindo para pessoas, vamos supor, de um mundo mais diferente que o nosso. Então na realidade hoje eu não contrataria, por quê? Eu daria hoje prioridade... Hoje eu dou emprego para as pessoas que são minhas clientes há muito tempo, fiéis, tem muitas pessoas boas. Então na hora de contratar, eu vou avaliar as pessoas. É meu cliente? Toda vida está comigo? Então vou tentar dar oportunidade para aquelas pessoas que às vezes me valorizam também (ENTREVISTADO 6).

Contratar pessoas que são clientes há muito tempo automaticamente exclui migrantes e visitantes temporários. Além do mais, para contratar é necessário “avaliar a família” e ter um familiar preso, automaticamente, o torna uma “pessoa de risco”, de um “mundo diferente do nosso”. Por todo o tempo que durou a entrevista, a contradição desse

⁵⁸Além das usinas, das penitenciárias e da prefeitura.

comerciante é recorrente: afirma não ter preconceito em relação às “mulheres de presos”, ter “amizade” e até dispensar-lhes um atendimento preferencial para ganhar a sua afeição e não ser roubado.

A gente recebe essas mulheres de presos iguais qualquer pessoa comum, porque é um ser humano. A única coisa, às vezes a gente fica mais atento ao que está acontecendo com aquelas pessoas, então a gente tenta ser mais ágil, tanto no atendimento quanto ao adentrar no mercado. Mas hoje, elas são tratadas iguais todas as pessoas, só com a diferença que a gente, por exemplo, hoje, se você tem um grupo de clientes e você tem uma mulher de preso no seu mercado, você tenta um caixa especial, tenta atendê-la o mais rápido possível, porque automaticamente se não acontecer isto, ela vai fazer um escândalo no seu mercado, uma reclamação, vai achar que ela está sendo menosprezada (ENTREVISTADO 6).

A condição de *mulher do preso* é tanto um estigma, quanto um mecanismo de sobrevivência ou de poder delas. Muitos moradores relatam que elas puxam assunto com os outros, comentam sobre o parente preso e falam alto e em bom tom a que vieram. Goffman (1975:87) diz que o indivíduo estigmatizado pode se revelar voluntariamente, mostrando o signo do estigma.

Em uma cidade pequena, onde todos são mais ou menos conhecidos, as pessoas “diferentes” são facilmente identificadas. Os sinais de identificação das mulheres de presos são: compras nos mercados no período da tarde aos sábados portando sacolas de plástico transparente, utilização de vans ou taxis. Tais características estão relatadas em diversas pesquisas desenvolvidas em pequenas cidades com penitenciárias e se confirmam nas nossas entrevistas, questionários e observações. Em Silvestre (2007), estudando o município de Itirapina, encontramos a seguinte descrição:

Para eles, as visitas usam roupas “diferentes” e por vezes extravagantes que, os próprios moradores da cidade não fariam uso, além disso, declaram que as visitas estão sempre comprando produtos de alimentação, como refrigerantes, doces, biscoitos, entre outros, além de produtos de higiene pessoal. Apontam ainda que, as visitas estão sempre andando pela cidade em pequenos grupos de mulheres, geralmente com crianças, além de apresentarem um comportamento “diferente” (SILVESTRE, 2007: 82)

No imaginário popular, este comportamento “diferente” é facilmente associado ao comportamento criminoso, conforme um dos entrevistados:

Elas têm uma metodologia para fazer estes pequenos furtos...chegam em três, quatro, uma chama a atenção de um funcionário, outra do caixa, enquanto outras fazem...O outro mercado tem dois, três funcionários a postos, só para ficar atrás e ver isso aí...; contratam inclusive policiais de folga. Elas são espertas...(furtam) coisa pequena de valor, a partir de um desodorante Dove aerossol, por exemplo, que custa dez reais ou mais, uma coisa de um valor maior agregado e de fácil alocação. Elas compram

bastante coisinhas de uso pessoal, de uso de casa mesmo, porque elas levam pra eles, sabonete, sabão em pó. Essas coisinhas bobinhas, assim, tipo pegar dois refrigerantes e passar um. Algumas se submetem a várias coisas para ganhar dinheiro nessas visitas, elas levam para dentro para ganhar um... Celular, baralho. Às vezes a gente vende comida no fim de semana, vem visita de Cherokee, compra 300 reais de carne. Quer dizer: mulher de bandido especial. Mas é um percentual muito pequeno que você percebe que tem posses, que tem dinheiro para gastar assim num nível maior é muito pouco. Essa semana um taxista comentou, ele veio buscar dois baralhos, aí falou da comadre que fez a introdução dos dois baralhos e colocou lá dentro por 600 reais. Outra coisa que se vende razoavelmente bem, não sei se você sabe, é fita isolante, fita crepe, fita de empacotamento para embalar antes de colocar na camisinha para não ter perigo de contato, até mesmo Durepox. O Durepox elas usam para envolver alguma coisa do tipo celular, essas coisas para o detector de metal não pegar (ENTREVISTADO 9).

Não que a pessoa seja mau elemento, mas, por exemplo, muita gente vem visitar, traz celular, traz maconha, traz um monte de coisas escondido, e tal, é desconhecida, uma pessoa que chega para visitar, uma mulher de preso, ela é diferenciada, não que a gente tem a diferença pra ela, mas é uma pessoa diferenciada, a gente não a trata como se ela fosse uma cri... , nada, a gente trata igual, só que ela tem diferença... é uma pessoa que ... não é normal, a gente está acostumado com Valparaíso, tudo pacato e elas não, elas são diferentes (ENTREVISTADO 16).

Vários comerciantes reconhecem que existem funcionários específicos para observar as mulheres de preso no comércio, porém, nenhum deles admitiu ser o contratante ou manter um dos seus funcionários nessa função. Independentemente de ter ou não um funcionário para essa função específica, isso tudo demonstra- que, entre os comerciantes, há critérios claros para identificá-las. O taxista que leva estas mulheres para a penitenciária mostra que até lá elas não tem um tratamento muito cordial.

Elas reclamam muito dos agentes, porque, inclusive, trabalhar com gente é difícil. Às vezes elas têm razão, eles são muito arrogantes com elas. Alguns respeitam, outros gritam. Nós mesmos, taxistas, às vezes somos tocados de lá da frente, não pode encostar. Outros já aceitam, quer dizer que não é lei do estado, eles que fazem a lei. Eu tenho presenciado isto. Agora mesmo nós estamos chegando lá, ninguém está achando ruim, pode encostar o taxi e embarcá-las, não tem problema. Mas teve uns agentes aí que, mesmo conosco, filhos da cidade⁵⁹, eles são arrogantes. Então gritam com elas e é difícil (ENTREVISTADO 11).

É relevante destacar que “mulher do preso” não é necessariamente a esposa do preso, e sim qualquer pessoa que não seja “filho da cidade” e que tem relações com o detento, sem especificar o sexo. Não houve nenhuma referência a visitante do sexo masculino em nenhum

⁵⁹Ser filho da cidade deveria ser um motivo para não ser tratado como as pessoas da penitenciária.

grupo pesquisado. Mesmo entre os agentes penitenciários, todas as informações se dirigem às mulheres, os filhos são raramente citados e, quando o são, aparecem como “acessórios” delas.

Goffman (1975: 28) mostra que a relação que a família tem com o detento leva a sociedade mais ampla a considerar ambos como uma só pessoa.

Sou uma menina de 12 anos que é excluída de toda atividade social porque meu pai é um ex-presidiário. Tento ser amável e simpática com todo mundo mas não adianta. Minhas colegas de escola me disseram que suas mães não querem que elas andem comigo - pois isso não seria bom para a sua reputação. Os jornais fizeram publicidade negativa de meu pai e apesar de ele ter cumprido sua pena ninguém esquecerá do fato. Há algo que eu possa fazer? Estou muito triste porque não gosto de estar sempre sozinha. Minha mãe procura fazer com que eu saia com ela, mas quero a companhia de pessoas da minha idade. Por favor, dê-me algum conselho (GOFFMAN, 1975: 29).

Explícita ou tacitamente, a presença destas pessoas é incômoda para grande parte da população e esse desconforto ficou patente quando muitos mencionaram que preso não deve receber visitas e a sua punição deve ser a pior possível. Apenas um agente é favorável às visitas: o que trabalha na unidade semiaberta e não tem contato com elas. Para ele, grande parte dos crimes ocorre por falta de orientação, e a visita dos familiares pode trazer os conselhos que o recluso precisa. Mais do que a visita em geral, o que causa grande polêmica entre os entrevistados é o direito à visita íntima:

Eu sou contra a visita íntima. Não sei se foi realizado um estudo em relação à quantidade de gestações que ocorrem dentro da penitenciária. Ele já é um sentenciado, a mulher dele engravida lá dentro, ele não tem verba para manter esta criança. Desde pequenininho uma criança de dois anos, o bebê de colo, já frequenta aquele ambiente da unidade. Aquela criança já cresce em um ambiente prisional, para aquela criança é um ambiente comum. Agora você imagina a média, todo final de semana 50 crianças, 80 crianças crescer naquele ambiente, para ela é comum, a criminalidade para ela é comum. Vamos ver daqui a 15 anos, 20 anos, como vai estar a mentalidade daquela criança. É igual um pai, que o filho cresce vendo o pai beber, para ele a bebida, a tendência de ele se tornar um alcoólatra é muito grande, um pai que se droga, é muito grande também, embora nós tenhamos um livre arbítrio, mas aquilo tem influência sobre a criança. Uma mãe que se prostitui, a tendência da filha é se prostituir também. Que exemplo o pai está dando para o filho?(ENTREVISTADO 2).

Esta fala escancara um determinismo social perverso: no imaginário de alguns, o detento transmitirá a sua “criminogênia” aos seus parentes e, especialmente às crianças, seriam “contagiadas” pelo ambiente prisional. . Percebemos que os agentes penitenciários que tanto falam sobre o efeito da prisão na vida das pessoas se entristecem e se preocupam ao verem crianças crescer no ambiente prisional.

Devia estabelecer um sábado ou dois no mês, não do jeito que eles vêm, com aquele monte de filhos, crianças, bebezinhos. Bebezinho de sete dias vem para dentro da cadeia, eu acho isto um erro. Se eu pudesse fazer alguma coisa, eu cortava isso, eu não deixaria trazer filho para dentro da cadeia, a não ser quando atingisse certa idade, que gostaria de vir ver o pai e tal. E outra coisa, essas mulheres ficam grávidas dentro da cadeia. É um absurdo, mulher grávida dentro da cadeia. Visita íntima é um absurdo. Olha quanta criança. Já é difícil, a gente que é casada, têm os filhos, a vida da gente é tão difícil, imagine gerar um filho dentro de uma cadeia, para ficar sozinha lá na rua, para cuidar desta criança. O exemplo que ela tem é dentro da cadeia. Eu vi uma redação de um menininho, filho de preso, e ele todo feliz na redação: o dia mais feliz para ele é o dia que ele vai visitar a cadeia, porque ele vai visitar o pai, porque ele vai jogar bola com o pai. Olha só o absurdo que a gente chega (ENTREVISTADA 3).

Na percepção de alguns entrevistados, se essas mulheres se sujeitam a gerar filhos dentro de uma prisão, não merecem respeito, nem na forma como são revistadas. A Entrevistada 3, que exerce esta função, descreve que as agentes anotam a roupa que elas estão usando, seus nomes e os dos filhos. Não podem entrar com roupa decotada, curta ou transparente. Se ela se recusar a trocar de roupa recebe 90 dias de suspensão. Ficam cinco agentes (femininas) dentro de um cômodo bem grande, elas entram, tiram as roupas, colocam em um balcão, onde são anotadas e revistadas. Nuas, vão para um canto, onde outra funcionária pede para que abaixem⁶⁰, três vezes de frente, três vezes de costas, mostrando o máximo possível o interior da sua genitália. Depois vão para um detector de metais e repetem os movimentos.

De acordo com os questionários, a população não acha este procedimento exagerado, pois se as mulheres realmente tentam entrar com objetos proibidos, tem que aceitar o procedimento. O direito de uma mulher de preso, tal como o direito de um preso deve ser bem demarcado em relação aos direitos da população.

Além deste estigma da relação com o preso, as mulheres de preso carregam o estigma do forasteiro. A literatura científica nos mostra que esta associação do estrangeiro com o perigo esteve presente entre vários povos, de vários tempos.

Na América, o medo do estrangeiro e da desordem pública era um lugar-comum nas cidades do século XVIII, que se expandiam rapidamente (...) No final do século XVIII, o medo era de estrangeiros e pobres (TUAN, 2005:265-266).

A pessoa diferente da comunidade acaba se tornando automaticamente suspeita. Cardia (2012: 268) diz que algumas pessoas são colocadas à margem da lei pelo simples fato

⁶⁰ Embora não tenha sido informado pela agente entrevistada, sabe-se que em algumas instituições são colocados espelhos no chão para melhor visualização da genitália.

de se desviarem da moral dominante. Esta percepção de que as mulheres de presos são “diferentes” se refere exatamente a isto, elas não seguem, e provavelmente não querem seguir as regras dos nativos. Muitos moradores reclamaram que estas mulheres “não fazem nenhuma questão de fazer amizade com o povo”. Ora, numa cidade onde a amizade foi apontada como a melhor coisa local, não querer fazer amizade é um absurdo lógico, que automaticamente torna estas pessoas suspeitas.

(...) a ameaça não está no perigo apresentado pela pessoa, mas no fato de que esta pessoa não pertence à comunidade de valores, não compartilha das mesmas normas sociais e é percebida como violadora das regras valorizadas pela sociedade. (CARDIA, 2012: 268)

Tuan descreve que na Europa da Idade Média as regras para estrangeiros eram muito mais rígidas do que para nativos. O toque de recolher soava uma hora antes para os forasteiros, e no caso de prisão, o cidadão nativo era tratado com muito mais cortesia. Até a agressão aos estrangeiros era aceita e incentivada pelos mecanismos legais:

Todas as regras eram aplicadas com mais rigor aos estrangeiros. Em Beverley, Inglaterra, eles deviam se recolher para as suas casas uma hora mais cedo do que faziam os habitantes nativos, e seus anfitriões tinham de dar testemunho do seu comportamento. Em Londres, já em 1282, cada vereador acompanhado de dois dos melhores homens da guarda visitava cada hospedaria para controlar seus hóspedes. Os que andassem na rua à noite e não pudessem dar explicações satisfatórias da sua atividade eram levados ou para prisão ou para uma pousada e mantidos aí até a manhã seguinte, quando eram interrogados por um meirinho. Em Cambridge, em 1445, os burgueses eram advertidos no sentido de não albergar nenhuma pessoa com aparência suspeita. Na Alemanha medieval a lei dava pouca proteção aos estrangeiros. Os residentes abastados de Ausburg, quando infringiam a lei, eram tratados cortesmente no momento da prisão ou condenação. Os estrangeiros não recebiam essa cortesia e eram presos com rudeza e castigados. Além disso, um cidadão podia abusar e até matar com impunidade um estrangeiro intrometido. Um estrangeiro ferido por um cidadão nos arredores da cidade não podia obter compensação nos tribunais da cidade. Uma inquebrantável ética de grupo ia lado a lado com o medo a todas as coisas estrangeiras, inclusive pessoas (TUAN, 2005:255-256).

Parece que a dicotomia nativo *versus* estrangeiro está e esteve presente em várias sociedades, tal como a estabelecidos *versus* outsiders descrita por Elias e Scotson. Os próprios autores colocam sua comunidade como um paradigma de uma figuração que pode ser universal. Acreditamos que a figuração se aplique na relação entre os moradores antigos de Valparaíso, e as “mulheres de presos”, sejam migrantes permanentes, sejam visitantes nos fins de semana, que transtornam a vida do morador local.

Tal como a comunidade de Elias e Scotson, Valparaíso era formada por um grupo coeso, com relações familiares misturadas às relações de vizinhança⁶¹. As mulheres de presos, também, como descrito pelos autores, podem ser pessoas que nem se conhecem, vindas de diferentes locais do país. Os moradores das zonas 1 e 2 do bairro inglês mantinham vínculo, apesar das diferenças sociais, tal como em Valparaíso, onde pobres e ricos não tem grandes conflitos. Como lá, a fofoca é um instrumento para reforçar as diferenças entre os grupos: o povo valparaisense, entre si, e mesmo durante a pesquisa, não perdeu a oportunidade de contar as narrativas depreciativas das mulheres de presos e dos próprios presos. Um exemplo claro foi a narrativa da fuga do preso do semiaberto, comentada anteriormente, que com enorme rapidez apareceu na fala de todos os moradores. A comunidade estudada por Elias e Scotson também apresenta um conflito entre moradores de um vilarejo que percebe que seus migrantes são pessoas vindas da “capital”. Uma cidadã valparaisense, que tem um parente preso não é “mulher de preso”, o rótulo se aplica apenas às forasteiras, que tem um comportamento diferente dos nativos.

A figuração também ocorre pela disputa de um poder, que é instável: as mulheres de presos ameaçam o poder da população, até porque juridicamente elas têm os mesmos direitos de uso da cidade e, às vezes, maior poder aquisitivo que os estabelecidos. Por isso, o rótulo afixado a elas é por seu valor humano, por sua moral, que seria inferior a dos moradores nativos.

Afixar o rótulo de "valor humano inferior" a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na autoimagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarma-lo. (...) O problema a ser explorado não consistia em saber qual dos lados estava errado e qual tinha razão, mas em saber que características estruturais da comunidade em desenvolvimento de Winston Parva ligavam dois grupos de tal maneira que os membros de um deles sentiam-se impelidos - e tinham para isso recursos de poder suficientes – a tratar os de outro, coletivamente, com certo desprezo, como pessoas menos educadas e, portanto, de valor humano, inferior se comparadas com eles (ELIAS e SCOTSON, 2000: 24).

Para afixar estes rótulos, aparece uma espécie de “fantasma coletivo criado pelo grupo estabelecido” (ELIAS e SCOTSON, 2000: 35), num drama “encenado pelos dois lados como se eles fossem marionetes” (ELIAS e SCOTSON, 2000:50).

As tensões não surgiram porque um dos lados fosse perverso ou despótico, e o outro, não. Antes, eram inerentes ao padrão que eles formaram entre si. Se

⁶¹ Constatamos isto através dos depoimentos e das minhas lembranças.

consultados, é provável que os "aldeões" dissessem que não queriam um loteamento à sua porta, e, consultadas as pessoas da Zona 3, elas provavelmente diriam preferir não se estabelecer nas imediações de um bairro mais antigo, como a "aldeia". Uma vez reunidos, eles se viram na armadilha de uma situação de conflito que nenhum dos dois era capaz de controlar, e que é preciso compreender como tal para que se obtenham melhores resultados em outros casos semelhantes. Como era natural, os "aldeões" se portaram com os recém-chegados como estavam habituados a se portar frente aos desviantes de seu próprio bairro. Os imigrantes, por sua vez, com toda a inocência, portaram-se em seu novo local de moradia da maneira que lhes parecia natural. Não estavam cientes da existência de uma ordem estabelecida, com seus diferenciais de poder e com a posição solidamente firmada do grupo nuclear de famílias dirigentes na área antiga. A maioria deles não entendia por que os velhos moradores os tratavam com desprezo e os mantinham à distância. Mas o papel de grupo de status inferior em que foram colocados, bem como a segregação indiscriminada de todos os que se instalaram no loteamento, em pouco tempo devem ter desestimulado qualquer tentativa de estabelecer contatos mais estreitos com os grupos antigos. Nessa situação, os dois lados agiram sem refletir muito, de modo que seria previsível. Simplesmente por se tornarem interdependentes como vizinhos, eles foram colocados numa posição antagônica, sem entender muito bem o que lhes estava acontecendo e, com toda certeza, sem que tivessem culpa disso (ELIAS e SCOTSON, 2000: 173).

Goffman (1975:117) também aponta que as perspectivas de normal e de estigmatizado aparecem durante os contatos mistos em “em virtude de normas não cumpridas”.

Os estrangeiros, até os que falam outra língua, podem ser tratados com tolerância e boa vontade, especialmente nas sociedades complexas em tempo de paz. Entretanto, a tentação de ver o outro como hostil e subumano está sempre presente, embora possa estar profundamente escondida. Em condições estressantes, fortes sentimentos de inveja, ódio e medo podem facilmente exagerar e distorcer as pequenas diferenças culturais e biológicas entre as pessoas, polarizando-as em boas e más, em anjos e bestas (TUAN, 2005:340).

O criminoso sempre é o outro, o diferente. Em entrevista que Caldeira (2000:31) realizou sobre o medo do crime, um paulistano declarou que “O governo devia fechar a exportação, terminar com essa vinda de pessoal do Norte”. Ou seja, o “outro”, o de fora, que causa medo é exportado, é menos humano que o nativo, e o governo deve impedir sua vinda. Assim como em muitos depoimentos apareceram relatos que na ocasião da instalação da penitenciária, foi prometido que seriam criados mecanismos para impedir que as “mulheres dos presos” mudassem para o município.

E para além da percepção, estas pessoas realmente têm mais possibilidades de cometerem crimes, pois não sofrem da mesma repressão social que os nativos.

A migração intra urbana também acentua o individualismo, o anonimato, contribui para a ausência de um arraigamento social verdadeiro, o que implica afrouxamento do controle social informal e uma certa liberação de atos e atitudes que poderão ser desviantes, **ou não** (FELIX, 2002:40).

O problema é que a mera possibilidade destas pessoas serem criminosas se tornou, no imaginário popular, um fato irreversível: mulher de preso necessariamente tem ligações com o crime e, assim como os próprios presos, não estão na mesma categoria de cidadãos que a população local.

4.5. Direitos humanos para humanos de direito

Hoje vi seu enérgico protesto diante das câmeras de televisão contra a transferência do seu filho, menor infrator, das dependências da FEBEM em São Paulo para outra dependência da FEBEM no interior do Estado. Vi você se queixando da distância que agora a separa do seu filho, das dificuldades e das despesas que passou a ter para visitá-lo, bem como de outros inconvenientes decorrentes daquela transferência. Vi também toda a cobertura que a mídia deu para o fato, assim como vi que não só você, mas igualmente outras mães na mesma situação, contam com o apoio de comissões, pastorais, órgãos e entidades de defesa de direitos humanos. Eu também sou mãe e, assim, bem posso compreender o seu protesto. Quero com ele fazer coro. Enorme é a distância que me separa do meu filho. Trabalhando e ganhando pouco, idênticas são as dificuldades e as despesas que tenho para visitá-lo. Com muito sacrifício, só posso fazê-lo aos domingos porque labuto, inclusive aos sábados, para auxiliar no sustento e educação do resto da família. Se você ainda não sabe, sou a mãe daquele jovem que o seu filho matou estupidamente num assalto a uma loja, onde ele, meu filho, trabalhava durante o dia para pagar os estudos à noite. No próximo domingo, quando você estiver se abraçando, beijando e fazendo carícias no seu filho, eu estarei visitando o meu e depositando flores no seu humilde túmulo, num cemitério da periferia de São Paulo. Ah! Ia me esquecendo: e também ganhando pouco e sustentando a casa, pode ficar tranquila viu? Que eu estarei pagando de novo, o colchão que seu querido filho queimou lá na última rebelião da FEBEM, tá? Circule este manifesto! Talvez a gente consiga acabar com esta inversão de valores que assola o Brasil! **Direitos humanos são para os humanos de Direito!**⁶²

Este texto circula amplamente pela internet e expressa a percepção da sociedade em geral, quando se trata da disputa por direitos. Uma das situações que mais incomodam é imaginar que os delinquentes e criminosos têm mais direitos que os cidadãos livres. A instalação de uma penitenciária em um município, por exemplo, afeta mais o setor da saúde que o da própria segurança, “porque os recursos destinados aos moradores são divididos com a população carcerária, que tem prioridade no atendimento” (CARDOSO e SIQUEIRA, 2011). Os próprios agentes disputam os direitos com os presos:

⁶² <http://www.mensagensvirtuais.xpg.com.br/mensagem-Uma-carta-de-uma-mae-para-outra-mae/>

Talvez quem ouça este depoimento não entenda a minha colocação. Uma vez eu estava em uma palestra em Campo Grande, de professores de direitos humanos, que condenavam a violência policial, carcerária, quando eu questionei a palestrante se ela já havia sido assaltada alguma vez. Porque o que hoje se vê na mídia? Defensores dos direitos humanos. Mas quando um policial, um agente, morre em decorrência da violência, *não há este órgão de defesa dos direitos humanos para amparar a família do policial, do agente, do carcereiro, escrivão, mas há para a criminalidade* (ENTREVISTADO 2).

Goes e Makino (2002) também observaram esta disputa:

Desse misto de características comuns e diferentes que se confrontam no espaço específico das penitenciárias resultam relações que não rompem com o padrão encontrado nas antigas instituições prisionais. A partir de relações de poder frágeis e colocadas à prova frequentemente, emergem posturas marcadamente competitivas dos agentes em relação aos presos. Além da questão da alimentação, já mencionada, também a questão da assistência médica é foco de descontentamentos. Assim, quando um preso é levado ao posto de saúde da cidade mais próxima, para receber atendimento médico especializado, não disponível nas penitenciárias, o comentário é frequente entre os agentes: “Fico revoltado com essas coisas, um trabalhador não tem esse atendimento” (GOES e MAKINO, 2002:170).

Arlindo Lourenço (2010) apresenta outro caso emblemático de direitos que os presos têm e os agentes não:

Se à época de nossa pesquisa de campo, *fumar cigarros na prisão era uma forma de passar o tempo*, para o funcionário, com a publicação da Lei Estadual nº 13.541, de 07 de maio de 2009, conhecida como *Lei Antifumo*, é proibido fumar cigarros, cachimbos, cigarrilhas ou outros *produtos fumígenos* em ambientes coletivos, públicos ou privados. Segundo o portal eletrônico que traz informações sobre a Lei, ela “não valerá em estádios e prisões de São Paulo” e que, “caberá à Secretaria de Administração Penitenciária fixar regras de restrições ao fumo em presídios, se considerar conveniente”. *Regulamentação posterior da SAP isenta presos, mas proíbe funcionários de fumar no interior dos estabelecimentos prisionais do Estado*. A alegação dos dirigentes da Secretaria para a permissão do fumo entre os presos é a de que os mesmos se encontram privados de liberdade na prisão, sendo essa sua moradia temporária. Mesmo assim, vemos ressentimento por parte dos ASPs atualmente que se percebem, outra vez, preteridos em relação aos internos (A. LOURENÇO, 2010:165).

Sobre os direitos dos presos, sempre reaparece a questão do trabalho: se as pessoas livres precisam trabalhar para se sustentar, o preso também deveria. Além do mais, garantir direitos ao preso é tornar a pena **algo agradável**, estimulando a criminalidade.

Mas eu acho, hoje é muita mordomia para as pessoas que se adentram a penitenciária. Por exemplo, hoje, além do cara estar preso, ele tem café da manhã, comida, tem solzinho na quadra, tem isso e ainda a família recebe um benefício para a pessoa que esta presa. Então eu acho que a penitenciária, no Brasil hoje, não seja uma penitenciária, a penitenciária hoje é uma estadia (ENTREVISTADO 6).

O benefício referido pelo entrevistado é o auxílio reclusão. Mesmo não sendo questionados sobre o auxílio reclusão, quase todos os entrevistados o citaram com sérias críticas, considerando-o uma afronta ao cidadão de bem. Há um texto em circulação na internet que, apesar das afirmações incorretas e a manipulação de dados e números, merece publicação de algumas partes, ilustrativas da opinião dos entrevistados e que deve povoar, também, o imaginário popular:

... Portaria nº 568 de 21/12/2010. Isto é um incentivo à criminalidade... **Todo presidiário com filhos tem direito a uma bolsa** (grifo nosso) que, a partir de 1/1/2011 é de R\$862,11 por filho para sustentar a família, já que o coitadinho não pode trabalhar para sustentar os filhos por estar preso. Mais que um salário mínimo que muita gente por aí “rala” pra conseguir e manter uma família inteira. Ou seja, bandido com cinco filhos, além de comandar o crime de dentro das prisões, comer e beber nas costas de quem trabalha e/ou paga impostos ainda tem direito a receber auxílio reclusão de R\$ 4.310,55 da Previdência Social. ... Mesmo que seja um auxílio temporário, prisão não é colônia de férias... Vale à pena estudar e ter uma profissão? Trabalhar 30 dias para receber salário mínimo de R\$ 540,00, fazer malabarismo com orçamento pra manter a família?... Já viu algum defensor dos direitos humanos defendendo esta bolsa para os filhos das vítimas?⁶³

Tanto o texto acima quanto os depoimentos dos moradores de Valparaíso referem-se ao auxílio como **bolsa** ou **salário**, sempre com um forte sentimento negativo por imaginar que os filhos dos presos recebem um benefício a que os seus não têm direito, que o salário é altíssimo, beneficia todos os presos etc. As idéias generalistas alcançam até profissionais da área do Direito, conforme pudemos perceber entre os entrevistados.

Na verdade o auxílio-reclusão não é uma bolsa e nem todos os presos têm direito. É um benefício previdenciário previsto na Constituição (art. 201, IV), destinado aos dependentes do preso segurado de baixa renda que estava trabalhando na ocasião da prisão. Outro aspecto contestável é a extensão do benefício: cerca de 6% (30 mil⁶⁴) das famílias dos 500 mil⁶⁵ presos recebem. No site da Previdência Social, encontram-se todas as informações, de forma clara e breve.

Esta distorção na interpretação do auxílio é um indício do quanto incomodam os direitos conferidos aos presos. Diante do desconforto com os direitos dos presos a população clama por rigidez nas penas.

Tem que punir com rigor, coisa que o Judiciário não faz. Os criminosos de grande capacidade, tipo Fernandinho Beira Mar, esse pessoal não tem mais jeito e hoje, para você ter uma ideia, Elias Maluco, há pouco tempo atrás o Judiciário deu regime semiaberto para ele. Ele assassinou, foi comprovado,

⁶³ <http://blog.marcolino.com.br/wordpress/2010/02/24/voce-sabe-o-que-e-auxilio-reclusao/>

⁶⁴ <http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=922>

⁶⁵ http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/05/120529_presos_onu_1k.shtml

que ele matou aquele jornalista, réu confesso e está em regime semiaberto. Você acha que um assassino desses pode? Isso que eu falo que está errado. O que acontece? Nos grandes centros, nas grandes cidades, a moçadinha os tem como exemplo hoje. No meu tempo a gente tinha como exemplo um grande jogador de futebol, um artista, um médico famoso. Hoje o pessoal da periferia, não só da periferia, a gente observa isso também com o pessoal da classe média, tem garoto de 18, 20, 22 anos já se aventurando, querendo ser bandido (ENTREVISTADO 7)

Tem que ter uma lei mais rígida eu acho, uma lei rígida como tem nesses países do oriente. O que acontece? A lei aqui é muito branda, então se **a pessoa sai no dia dos pais**⁶⁶, para visitar os pais desse semiaberto, já no caminho pratica o crime, então tem que ter uma lei mais rígida, o que eu acho na verdade é que não devia ter estas visitas (ENTREVISTADO 8).

Depois de anos de luta pela consolidação da democracia, quando se trata de segurança pública a população se sente saudosa em relação aos métodos ditatoriais. Isto aparece em uma pesquisa nacional, recente (divulgada em junho de 2012), coordenada por Nancy Cardia, na qual 47,5% dos brasileiros manifestaram-se favoráveis ao uso da tortura para obtenção de provas de crimes⁶⁷.

Eu penso assim, porque eu acho que a nossa democracia é uma ótima coisa, só que o pessoal não respeita, o pessoal faz muito vandalismo e não é punido. Enquanto na época da... se a gente falar isso pode até pessoas ignorarem, mas eu vivi em um regime militar e tinha mais respeito, hoje não tem mais respeito, o menor comete um crime aí, ele só vai responder depois que for maior, fica aí na rua. Então eu acho que é uma falha na justiça isso (ENTREVISTADO 11).

Cardia buscou entender as atitudes, normas culturais e valores em relação à violência e violação de direitos humanos em 10 capitais brasileiras: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Belém, Manaus, Porto Velho, e Goiânia em duas décadas diferentes (1999 e 2010), através da aplicação de questionários e concluiu que o povo brasileiro ainda tem uma postura autoritária em relação a estes temas, mesmo em momentos de democracia política. Os entrevistados se mostram a favor dos direitos humanos apenas em aspectos de relações internacionais, por exemplo, ao julgar alguma violação aos direitos cometida por outros países. Quando o assunto é a violação dos direitos humanos das pessoas que atingem diretamente a população, os criminosos, os presidiários, a população negra tais direitos.

⁶⁶ O entrevistado está se referindo saída temporária a que os presos têm direito nas datas comemorativas (Natal, Páscoa, Dia das Mães, Pais, Crianças etc), um benefício criticado pela mídia, especialmente, pela evasão do preso e aumento da criminalidade.

⁶⁷ http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=2858&Itemid=96

O questionário arguia, por exemplo, sobre a atitude que se espera da polícia em determinadas situações. A opção⁶⁸ “atirar e matar” só não apareceu em nenhuma das duas pesquisas (1999 e 2010) na situação⁶⁹ “greve de operários”, sendo mais frequente nos casos de “rebelião em um presídio” (CARDIA, 2012: 186). Isto é um indício de que os presidiários são a categoria de cidadãos que a população mais apoia o extermínio pela polícia.

Tabela 9: Atitudes esperadas da polícia diante de uma rebelião em um presídio, Brasil, 1999-2010

	1999	2010
Não fazer nada	5,1%	8,0%
Prender os mais exaltados sem usar armas	32,6%	35,2%
Usar o cassetete	27,2%	23,4%
Atirar e não matar	27,2%	28%
Atirar e matar	7,9%	5,4%

Fonte: Cardia (2012: 187)

Ao longo da pesquisa aparecem mais indícios de que os direitos humanos dos presidiários devem ser negados.

É justo que os impostos arrecadados sejam utilizados também para manter os presos no sistema? Em 1999, a maioria dos entrevistados discordava desta ideia: 64,5%. A discordância era menor entre os entrevistados mais jovens (< de 19 anos e entre 20 e 29 anos). Em 2010, a maioria continua a discordar da frase, mas o consenso caiu para 56,3%, tendo aumentado o “discorda em parte” e o “concorda em parte”. Caiu também a minoria que concordava totalmente com esta frase: de 14,9% para 8,3% (CARDIA, 2012:277).

Cruzando as respostas, a pesquisadora conclui que “a maioria dos entrevistados continua a não considerar justo contribuírem para a manutenção dos detentos” e como consequência disto a população não aceita ou não cobra melhoras nas condições carcerárias, nem se indigna com abusos e maus tratos que os presos venham a sofrer (CARDIA, 2012:277). A pesquisa também avaliou a associação entre as expressões “direitos humanos” e “direitos de bandidos”, que costuma aparecer na fala dos entrevistados e nos meios de comunicação:

Tabela 8: Associação entre as expressões “direitos humanos” e “direitos de bandidos”

“Os direitos humanos são:”	Representa	Não representa
Direitos que impedem ou prejudicam o trabalho da polícia	37,7 %	48,4%
Direitos que guiam ou norteiam o trabalho da polícia	39,2%	45,5%
Direitos de bandidos	39,5%	46,3%

⁶⁸ As ações sugeridas pela questão foram: “Não fazer nada”, “Prender os mais exaltados sem usar armas”, “Atirar e matar”.

⁶⁹ As situações sugeridas foram: “passeata de estudantes”, “greve de operários”, “camelôs resistentes à retirada de barracas”, “rebelião em um presídio”, “passeata de professores por melhores salários”, “ocupação de terras pelo MST”.

Fonte: (CARDIA, 2012:289)

Mesmo não sendo a opinião da maioria, é significativo que em uma pesquisa tão ampla, quase 40% dos entrevistados acreditem que direitos humanos representam direitos de bandidos. Havia também uma questão aberta sobre a opinião dos entrevistados em relação ao Plano Nacional de Direitos Humanos. Dentre as respostas de conotação ruim (de acordo com a classificação da pesquisa), a que mais apareceu foi “Defendem bandidos/ criminosos”, representando 8,8% (Anexo 1) do total das respostas (CARDIA, 2012:356), além disso, 5,8% (Anexo 2) dos entrevistados responderam que o plano defende os direitos dos presos, o que os autores do relatório classificaram como “resposta neutra”.

Goes (2004: 234) chama de “deturpação” este processo em que os direitos humanos se tornam direitos de bandidos, e responsabiliza a mídia sensacionalista e as autoridades da área da Segurança Pública por esta deturpação. Caldeira (2000:349), concluiu em sua pesquisa que a “população considera que métodos humanitários e o respeito à lei por parte da polícia contribuíram para o aumento do crime”, e tenta entender como os direitos humanos se transformaram de direitos legítimos em privilégios de bandidos nas representações sociais. Enquanto na ditadura, a defesa aos direitos humanos tinha o foco nos presos políticos, e apoio de uma série de segmentos, com a democratização, esses grupos se voltaram aos presos comuns, mas a ideia de garantir direitos humanos a criminosos é inaceitável para a maioria da população (CALDEIRA, 2000:345).

Na época da pesquisa de Caldeira, e ainda hoje, vemos programas de televisão, muito apreciados por parte da população, em que um apresentador, aos gritos, usando palavras de baixo calão, descreve minuciosamente crimes, e pede uma vingança imediata, eficaz e dolorosa para os criminosos. Estes programas divulgam amplamente a ideia de que “bandido tem mesmo é que morrer”.

A maioria das pessoas acredita que a justiça é uma piada, e que tanto a polícia quanto ao judiciário favorecem as classes altas e raramente são justos com os trabalhadores. A justiça é, então, um privilégio dos ricos. Os adversários dos direitos humanos usam este ponto, perguntando: se a maioria não tem seus direitos respeitados, por que os criminosos deveriam ter esse privilégio? Algumas vezes, como nos comentários de Jazadji⁷⁰, políticos conservadores opõem os direitos humanos de presos a direitos sociais da maioria da população: eles argumentam que garantir condições decentes aos detentos é gastar dinheiro público que poderia ser mais bem usado para fornecer serviços muito mais necessários para a maioria da população. Em resumo, o bem de muitos cidadãos é sempre contraposto aos privilégios de alguns não cidadãos que quase são humanos. Os defensores dos direitos

⁷⁰ Jornalista e político, forte opositor à humanização dos presídios na década de 90. Ainda prega estas concepções: <http://www.afanasio.com.br/>

humanos são transformados, consequentemente, em pessoas que trabalham contra os direitos de cidadãos honestos e a favor de criminosos (CALDEIRA, 2000: 349).

É difícil saber se este tipo de programa forma ou reflete a opinião da população, mas o fato é que as opiniões muitas vezes coincidem, a ponto de uma moradora se sentir no direito de falar em nome de todo o seu bairro:

Vou logo dizendo pra vocês: eu sou a favor da pena de morte a quem mereça. Aqui na Moóca nós somos a favor da pena de morte. Eu sei que a igreja condena a pena de morte, mas, a meu ver, castigo, tem que ter um castigo pra uma pessoa que comete erro. Por exemplo, uma pessoa que está com 200,300 anos de pena, ela vai ter tantos anos de vida? Caso tivesse pena de morte, outra pessoa não faria o mesmo. É conversa essa história que vai ser injusto que vai ser castigado. Seria um exemplo... Deveria ser o certo, com consciência. Pessoa que tem que cumprir pena por tantos anos, como é que nós vamos sustentar vagabundo na cadeia a 400 cruzados por dia? Na Moóca todo mundo é a favor de pena de morte. (CALDEIRA, 2000:31).

Em consequência a este apoio popular na década de 90, a autora relata que foi possível a persistência da violência policial e seu crescimento recente.

Paradoxalmente, mesmo as camadas trabalhadoras, que são as principais vítimas da violência, apoiam algumas de suas formas. O comportamento da polícia parece estar em acordo com as concepções da maioria, que não apenas acredita que a boa polícia é dura (isto é, violenta) e que seus atos ilegais são aceitáveis, como também reluta em apoiar as tentativas de alguns governantes de impor o estado de direito e o respeito aos direitos individuais (CALDEIRA, 2000:136).

Com pesar, Caldeira (2000:164) observa que “defender direitos humanos sob a democracia era quase tão difícil e polêmico quanto durante o regime militar”. A autora descreve como se dá a negação destes direitos no contexto democrático:

Os discursos contra os direitos humanos usam basicamente três estratégias. A primeira é negar a humanidade dos criminosos. Os detentos são representados com aqueles que cometeram os crimes mais violentos (homicídio, estupro) e portanto como pessoas que violaram a natureza humana, que são dominadas pelo mal e pertencem apenas ao espaço do crime: eles não tem família, nenhuma ligação com os outros, nada; eles ofendem o gênero humano. A discussão nunca se refere a crimes menos sérios, embora seja óbvio que as prisões não são ocupadas só por assassinos e estupradores. Exemplos moderados não servem à fala do crime nem às classificações radicais pelas quais o criminoso é colocado à margem da humanidade, da sociedade e da comunicação política. Tanto a fala do crime quanto o discurso contra os direitos humanos apoiam-se em simplificações e estereótipos para criar um criminoso simbólico que seja essência do mal. Do outro lado do debate, argumentos a favor dos direitos humanos tentam confrontar esses estereótipos arraigados. Seu maior desafio é afirmar que os criminosos são inteiramente humanos- algo de que muitas pessoas discordam (CALDEIRA, 2000:348).

Para entender como a população de Valparaíso percebe esta questão dos direitos humanos perguntamos como os entrevistados acham que presos e visitantes são tratados na penitenciária e como acham que eles **devem** ser tratados.

Tabela 10: Como você acha que é o tratamento dos familiares dos presos na penitenciária?

Como você acha que é o tratamento dos familiares dos presos na penitenciária?	Nº de respostas
Com respeito	51
Com indiferença	43
Com regalias	43
Com violência	18
Com abuso de poder	7
Com justiça	7
Humilhação	3

Fonte: Questionários aplicados em maio de 2012

Tabela 11: Como você acha que deveria ser o tratamento dos familiares dos presos na penitenciária?

Como deveria ser o tratamento dos familiares dos presos na penitenciária?	Nº de respostas
Com justiça	51
Com indiferença	43
Com violência	28
Com educação	7
Acompanhamento e orientação	7
Com respeito	3
Não deveria ter auxílio reclusão	12
Não deveria ter visita	13

Fonte: Questionários aplicados em maio de 2012

A população valparaísense acha que a família dos presos é tratada com respeito na penitenciária, mas deveria ser tratada com “justiça”, o que pode significar inúmeras concepções. Entretanto, as respostas que seguem a “justiça” e ocupam o segundo e terceiro lugar (indiferença e violência), podem estar indicando que tipo de justiça eles clamam para os familiares. No contexto geral, houve quem aproveitasse o teor do questionamento para protestar novamente contra o auxílio reclusão e contra as visitas. Para muitos, o tratamento dado às mulheres de presos na penitenciária não deveria nem ser questionado, porque os presos simplesmente não deveriam receber visitas.

Tabela 12: Como você acha que é o tratamento dos presos na penitenciária?

Como você acha que é o tratamento dos presos?	Nº de respostas
Com regalias	96
Com respeito	23
Com abuso de poder	17
Com indiferença	17
Com violência	16
Com justiça	14
Descaso	2

Fonte: Questionários aplicados em maio de 2012

Tabela 13: Como você acha que deveria ser o tratamento dos presos na penitenciária?

Como deveria ser o tratamento dos presos?	Nº de respostas
Com justiça	81
Com respeito	28
Com trabalho	16
Com rigor	13
Com violência	10
Mais rigidez	8
Pena de morte	4
Com educação	3
Prisão perpétua	2
Melhor alimentação	2

Fonte: Questionários aplicados em maio de 2012

Percebe-se que se clama mais por violência para com os familiares dos presos do que para com os próprios presos. Para os presos, assim como para seus familiares, a justiça aparece como o tratamento mais adequado, e não como o que realmente ocorre no tratamento dos presos: “regalias”. E mais uma vez os entrevistados expressaram o desejo de que o preso trabalhe, seja tratado com violência, pena de morte e prisão perpétua.

Muitos entrevistados em Valparaíso responderam que a solução para o problema da criminalidade está na maior rigidez das leis. Numa análise superficial, poderíamos deduzir que eles acreditam que o aumento do encarceramento e do número de unidades ajudaria a resolver o problema. Porém, nas entrelinhas, as pessoas não veem relação direta entre o recrudescimento penal e o aumento no número de detentos. Ao contrário, a rigidez nas penas seria uma medida preventiva do crime e, portanto, desproporcional ao aumento das penitenciárias.

Quando perguntados se a construção de mais penitenciárias ajudaria a resolver os problemas de criminalidade do país, a maioria (84%) respondeu que não. Mesmo assim, são favoráveis à construção, pois o déficit prisional é muito alto⁷¹, e estes presos precisam ser abrigados em algum lugar. A concepção é que a construção de novas penitenciárias não ajuda a resolver o problema da sociedade, mas ajuda a resolver o problema do próprio sistema penitenciário:

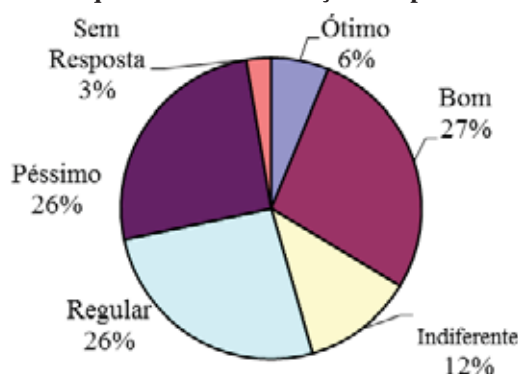
Em especial, no conjunto destas atividades que se desdobram em variadas esferas administrativas, é possível notar pelas decisões, legislações, documentos e discursos institucionais, que a oferta de novas vagas tem sido entendida pelos agentes governamentais, em grande parte, como uma medida positiva de modo a implementar a reforma e reestabelecer o funcionamento das instituições prisionais. Um tipo de argumentação que ilustra essa perspectiva é a ênfase, encontrada na maioria dos diagnósticos realizados sobre o sistema (neste aspecto, as fontes variam desde relatórios de CPIs, relatórios de organizações de Direitos Humanos, documentos governamentais que realizaram levantamentos sobre as condições do sistema carcerário e pesquisas acadêmicas sobre o sistema) da superlotação dos estabelecimentos prisionais como um dos maiores obstáculos ao correto funcionamento da execução penal no país. Deste modo, há como que uma forte associação da ideia de que a construção de novas unidades é a medida mais adequada para desafogar o sistema (BARROS, 2012:17)

Esta superpopulação se torna um barril de pólvora: em 2006 os presos protestaram contra a superlotação destruindo a unidade de segurança máxima de Valparaíso gerando um prejuízo de, no mínimo, três milhões de reais (ALEXANDRE, 2006b). Foi a pior rebelião já registrada na região de Araçatuba, com 29 reféns e ocorreu, segundo a matéria do jornal, por ter sido construída para abrigar cerca de 700 pessoas e, no dia da rebelião, conter 1.161.

4.6. As penitenciárias em Valparaíso

Perguntamos nas entrevistas o que a população achou da instalação das penitenciárias em Valparaíso e obtivemos as seguintes respostas:

⁷¹ Quase todas as unidades do estado estão operando com cerca de 100% a mais presos do que sua capacidade.
<http://www.sap.sp.gov.br/>

Gráfico 10: O que achou da instalação das penitenciárias no município?

Fonte: Questionários aplicados em maio de 2012

Em uma questão como esta, que se pede diretamente para avaliar a presença das penitenciárias, as respostas ficam divididas, tendendo a respostas positivas. Entretanto, através de outros questionamentos, como “quais são as consequências da instalação das penitenciárias”, é possível explorar melhor a avaliação que as pessoas têm dos impactos da penitenciária. Cinquenta e um por cento das pessoas que responderam os questionários disseram que a penitenciária traz consequências positivas, o que não significa que não traga negativas também. Também foi feita uma questão aberta sobre o que as pessoas achavam das penitenciárias no município e obtivemos as seguintes respostas:

Tabela 14: Opinião sobre a presença de penitenciárias no município

Que consequências a penitenciária trouxe para o município?	Nº de respostas	%
Aumento da criminalidade	26	16,7%
Geração de empregos	21	13,5%
Violência	19	12,2%
Aumento no tráfico de drogas	16	10,3%
Localização inadequada	14	9,0%
Tirou sossego/segurança	10	6,4%
Melhora no comércio	9	5,8%
Trouxe bandidos	9	5,8%
Contenção de criminalidade	7	4,5%
Fluxo migratório	7	4,5%
Serve de exemplo pra evitar criminalidade	4	2,6%
Traz visitas de presos	3	1,9%
Só abriga presos de fora	3	1,9%
Fugas e rebeliões	3	1,9%
Desafoga presídios da capital	3	1,9%
Não gerou emprego para a população	2	1,3%
TOTAL	156	100,0%

Fonte: Questionários aplicados em maio de 2012

Agrupando as respostas por categorias, aparece o seguinte quadro:

Tabela 15: Opinião sobre a presença de penitenciárias no município (respostas agrupadas)

Consequências para o município (agrupadas)	Nº de respostas	%
Aumento Crime/violência	73	46,8%
Outros problemas	32	20,5%
Aspectos positivos	44	28,2%
Outros	7	4,5%
TOTAL	156	100,0%

Fonte: Questionários aplicados em maio de 2012

Diante destas respostas vemos que o aumento da violência/criminalidade é a principal preocupação do cidadão valparaense, e no imaginário popular, está associado à presença das penitenciárias, somando 73 (47%) respostas. Se juntarem as demais respostas negativas (32), tem-se mais de 67% de percepção negativa da presença da penitenciária no município.

Isoladamente, na Tabela 14, a segunda consequência da instalação das penitenciárias é a “geração de empregos”, com 13,5%, um fator positivo, presente em todas as demais pesquisas dessa ordem e é uma situação almejada por todos os segmentos de qualquer município. Porém, somando-se todas as respostas positivas (Geração de emprego, melhora no comércio, contenção da criminalidade, exemplo que evita o crime, desafoga os presídios da Capital), não atingem 1/3 das percepções (28,2%), sendo que as consequências positivas para o comércio, tão citada nas entrevistas com os comerciantes, agentes e políticos, alcançaram somente 5,8% das opiniões da população que respondeu o questionário.

Embora no elenco das consequências da instalação da penitenciária apenas 4,5% dos moradores tenham se lembrado da migração, quando perguntados diretamente em outra questão posterior se “a penitenciária gerou fluxo migratório”, 80% responderam positivamente. Observe-se que o questionário, ao abordar a questão migratória, não se referiu à transferência das mulheres dos presos para o município. Independentemente disso, a instalação dos presídios e a conseqüente “geração de emprego” e “melhora no comércio”, por si só, também estimula a migração.

De posse dos resultados das entrevistas realizadas com comerciantes, agentes penitenciários e políticos, nas quais os resultados apontavam para uma percepção bem positiva das penitenciárias para os habitantes de Valparaíso, no questionário que seria

aplicado nos bairros, para a população em geral, inserimos uma questão específica sobre os aspectos POSITIVOS do empreendimento local. O resultado mostrou uma contradição quando comparados à pergunta da Tabela 14: 80%⁷² responderam que trouxe consequências positivas e dentre elas estão:

Tabela 16: Consequências positivas da penitenciária

Geração de empregos	99	49,3%
Aquecimento do comércio	52	25,9%
Especulação imobiliária	13	6,5%
Aumento no repasse de verbas públicas	11	5,5%
Melhoras na estrutura urbana	6	3,0%
Visibilidade para o município	2	1,0%
Aumento no setor de transportes	1	0,5%
Outros	17	8,5%
TOTAL	201	100,0%

Fonte: Questionários aplicados em maio de 2012

Dentre as assinalações dos aspectos positivos para a cidade, a geração de emprego foi citada pela metade dos entrevistados, seguida com folga pelo aquecimento do comércio.

Apesar de apontarem estas consequências positivas, perguntamos aos entrevistados se eles aprovariam a construção de uma penitenciária no município hoje, caso não houvesse nenhuma e 64% responderam que não, indicando que, assim como no caso descrito por Silvestre (2007) em Itirapina, é muito diferente a aceitação de uma unidade prisional para uma população que não tem ideia do impacto que a unidade pode causar e uma população que vive este impacto diariamente.

Sessenta por cento da amostra diz que a penitenciária também ajudou a alterar a estrutura urbana, porém esta resposta foi dada sem uma avaliação valorativa. Mudar a estrutura urbana pode ser algo positivo, com o aumento da construção civil, que gera empregos, mas também pode se referir aos mecanismos de proteção citados nas entrevistas (muros altos, grades) que representam o medo da população.

Além do mais, há um descrédito da população em relação ao sistema penitenciário. Na amostra valparaísense, 59% dos entrevistados disseram que as penitenciárias não funcionam como deveriam, e este próprio descrédito pode trazer medo à população (ADORNO, 1991: 66) e mudar totalmente a vida de pessoas que se veem de uma hora para outra obrigadas a conviver com a prisão e com tudo o que ela significa.

⁷² Embora tenham sido aplicados 226 questionários, essa pergunta permitia mais de uma resposta. Portanto, 201 representam 80% do total de 250 respostas.

4.7. A criminalidade em Valparaíso

Vimos que apesar de não terem sido vítimas de criminalidade a população valparaense alega ter medo do crime e achar a cidade perigosa. No aspecto da criminalidade, apareceram muitas referências aos dois municípios vizinhos de Valparaíso: Guararapes, que não aceitou a instalação da penitenciária e Mirandópolis, que foi um dos precursores da região em recebê-la. A comparação dos índices criminais destes municípios é pertinente por duas razões: por serem municípios de porte semelhante (cerca de 25 mil habitantes) e por estarem muito presentes na fala dos moradores.

No site da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo encontramos índices criminais dos três municípios a partir do ano de 2001. Normalmente, as taxas de criminalidade são calculadas para cada 100 mil habitantes, mas como estamos trabalhando com municípios pequenos, calculou-se uma taxa de 10 mil habitantes, para facilitar a comparação:

Tabela 17. Índices criminais de Valparaíso

Ano	Homicídio Doloso	Taxa HD/10 mil hab	Furto	Taxa Furto/10 mil hab	Roubo	Taxa Roubo/10 mil hab	Furto e Roubo de Veículos	Taxa Furto- Roubo/10mil hab	População ⁷³
2001	4	2,1	195	102,8	10	5,3	2	1,1	18.960
2002	6	3,1	173	89,4	11	5,7	7	3,6	19.356
2003	6	3,0	183	92,7	12	6,1	2	1,0	19.738
2004	4	2,0	233	115,8	14	7,0	6	3,0	20.113
2005	4	2,0	317	154,7	23	11,2	6	2,9	20.490
2006	1	0,5	335	160,6	27	12,9	3	1,4	20.855
2007	6	2,8	210	98,9	38	17,9	6	2,8	21.243
2008	2	0,9	223	103,0	33	15,2	6	2,8	21.654
2009	8	3,6	234	105,9	32	14,5	6	2,7	22.087
2010	7	3,1	210	93,2	39	17,3	6	2,7	22.539
2011	7	3,1	242	106,7	24	10,6	10	4,4	22.689
Média	5	2,38	232,3	111,2	23,9	11,2	5,4	2,5	

Fonte: SSP

Tabela 18. Índices criminais de Mirandópolis

Ano	Homicídio Doloso	Taxa HD/10 mil hab	Furto	Taxa Furto/10 mil hab	Roubo	Taxa Roubo/10 mil hab	Furto e Roubo de Veículos	Taxa Furto- Roubo/10mil hab	População
2001	2	0,8	165	63,2	8	30,6	6	23,0	26.102
2002	2	0,8	183	69,7	4	15,2	7	26,7	26.243

⁷³ As estimativas populacionais são dados do Seade.

2003	2	0,8	232	87,9	10	37,9	4	15,2	26.389
2004	0	0,0	258	97,1	9	33,9	2	7,5	26.565
2005	3	1,1	270	100,9	6	22,4	1	3,7	26.741
2006	3	1,1	427	158,7	12	44,6	2	7,4	26.898
2007	3	1,1	342	126,5	9	33,3	4	14,8	27.033
2008	1	0,4	358	131,7	12	44,2	8	29,4	27.167
2009	2	0,7	289	105,8	14	51,3	3	11,0	27.297
2010	1	0,4	285	103,7	17	61,9	6	21,8	27.470
2011	1	0,4	285	103,2	29	105,1	11	39,9	27.601
Média	1,8	0,7	281,2	104,4	11,8	43,7	4,9	18,2	

Fonte: SSP

Tabela 19. Índices de criminais de Guararapes

Ano	Homicídio Doloso	Taxa HD/10 mil hab	Furto	Taxa Furto/10 mil hab	Roubo	Taxa Roubo/10 mil hab	Furto e Roubo de Veículos	Taxa Furto- Roubo/10mil hab	População
2001	1	0,3	894	307,6	31	10,7	8	2,8	29.067
2002	0	0,0	895	305,7	20	6,8	12	4,1	29.276
2003	9	3,1	610	207,3	26	8,8	10	3,4	29.431
2004	10	3,4	741	250,5	31	10,5	6	2,0	29.584
2005	7	2,4	1098	369,0	56	18,8	7	2,4	29.755
2006	2	0,7	1030	344,1	43	14,4	18	6,0	29.930
2007	1	0,3	925	307,4	49	16,3	15	5,0	30.090
2008	3	1,0	604	199,8	72	23,8	10	3,3	30.231
2009	4	1,3	531	174,8	74	24,4	33	10,9	30.380
2010	2	0,7	334	109,2	40	13,1	35	11,4	30.582
2011	2	0,7	269	87,5	35	11,4	20	6,5	30.752
Média	3,7	1,2	721	242,1	43,3	14,4	15,8	5,2	

Fonte: SSP

Pela análise dos quadros percebe-se que a média das taxas de homicídios de Valparaíso é a maior dos três municípios, e é alta, pois a do Estado de São Paulo é de 18,3⁷⁴ para o mesmo período (a do Estado é calculada por 100 mil habitantes, neste parâmetro a de Valparaíso é 23,8). Porém não se pode imputar esta taxa à presença das penitenciárias, pois Mirandópolis tem duas unidades e sua taxa de homicídio é inferior a de Guararapes, que não possui nenhuma. Outro indício de que a presença das penitenciárias não necessariamente aumenta a criminalidade é que a média das taxas de furtos de Guararapes supera o dobro da média das taxas dos outros dois municípios, enquanto nos quesitos “furto” e “roubo e furto de veículos” Mirandópolis é o campeão disparado. Também não é perceptível nenhuma

⁷⁴ <http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/dados.aspx?id=E>

regularidade no crescimento ou na diminuição das taxas no decorrer dos anos que pudesse ser relacionada à penitenciária.

Isto indica que não há uma relação de fácil dedução entre a presença das penitenciárias e aumento da criminalidade. A penitenciária pode até trazer alguns tipos específicos de crime, como por exemplo, o tráfico de drogas para o interior da cadeia, mas a relação entre criminalidade e penitenciária é muito mais complexa do que se pode extrair dos dados criminais. É muito mais frutífero pensar nas consequências da penitenciária na percepção dos moradores dos municípios, do que tentar fazer uma relação direta entre números oficiais de criminalidade e presença da penitenciária. As consequências da instalação de uma unidade prisional em um município afetam muito mais as percepções, e as atitudes dos moradores do que os índices criminais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa não tem conclusões definitivas. Quando trabalhamos com percepções, principalmente percepções de muitas pessoas, é impossível elaborarmos uma resposta exata para o que procuramos. Através da tabulação dos questionários aplicados tentamos mensurar a quantidade de pessoas que concorda ou discorda das políticas de expansão do sistema penitenciário pelo interior do Estado de São Paulo e a quantidade de pessoas que aceita ou até comemora a presença das penitenciárias em seu município. Mas esta questão envolve muitos aspectos. Em toda aplicação de questionários devemos considerar que as respostas podem variar de acordo com o humor, a disponibilidade e até a memória das pessoas. Fatos externos também podem alterar as respostas.

As penitenciárias passam por ciclos de visibilidade/invisibilidade. Em determinados períodos e graças a determinadas ocorrências, o problema específico da penitenciária, e a segurança pública em geral torna-se assunto do dia. Isto aconteceu durante o massacre do Carandiru, durante as duas grandes rebeliões penitenciárias na década passada (2001 e 2006), e está acontecendo novamente agora, com a onda de violência no estado, e principalmente na capital que está sendo atribuída ao PCC.

E muitos trabalhos sobre penitenciárias mostram como isto se reflete na percepção da população. Gil (2009) conta o caso de Flórida Paulista, que em 2004 teve uma população favorável à instalação da penitenciária, buscando novos empregos, mas apenas dois anos depois, resistiu bravamente à instalação da FEBEM, graças ao trauma oriundo das rebeliões de 2006.

Por isso as percepções dos moradores de Valparaíso aparecem de forma ambígua no decorrer da pesquisa. Tem-se um discurso governamental das inúmeras vantagens das penitenciárias absorvido por alguns setores da população, principalmente políticos e comerciantes. Também há a situação dos agentes penitenciários que se veem divididos entre as vantagens de um bom emprego e a convivência com toda a violência que a prisão pode representar. E por fim, percebe-se uma população que em alguns momentos responde que a presença das penitenciárias é benéfica, enumera consequências positivas desta instalação, mas cita fortemente o aumento da violência como uma consequência da instalação das penitenciárias. Além do mais, seja por conta de uma tendência geral do país, estimulada pela mídia, seja pela presença das penitenciárias, vimos que a população de Valparaíso se sente insegura, mesmo a revelia de não terem contato com a criminalidade real.

Também é perceptível a dificuldade da população em conviver com os moradores ou visitantes que “invadem” a cidade por conta da penitenciária. Elias e Scotson (2000:175) apontam que é muito provável que as pessoas nativas de uma comunidade “não tenham sido preparados para os problemas que surgem quando os recém-chegados se encontram com velhos moradores de sentimentos e condutas diferentes”.

Esta “preparação” não é levada em conta na hora de construir mais e mais unidades. A única preocupação é dar um destino aos presos que aumentam a cada dia. Barros (2012:116) imputa esta obsessão prisional a “um esvaziamento do debate sobre as políticas penitenciárias comprometidas com a reforma do encarceramento e uma ausência crítica quanto aos efeitos das prisões, que demarcaram e favoreceram as decisões de construir mais vagas”. É isso que se pretende, mesmo que timidamente com este trabalho: contribuir com este debate, avaliando estes efeitos na vida das pessoas.

Assim, ao construir novas penitenciárias deve se levar em conta que tipo de sentimentos a prisão vai gerar na população e como estes sentimentos vão influenciar no desenvolvimento urbano, comercial e político desta localidade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. **Sistema Penitenciário no Brasil: Problemas e desafios**. In: Revista USP, Dossiê Violência, n.9. São Paulo. 1991

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I**. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2007.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Tradutor: Maria Claudia Drummond. 1985

__. **Origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BARROS, Rodolfo Arruda Leite de. **A Reinvenção da Prisão: a expansão prisional no Estado de São Paulo e as consequências do encarceramento massivo (1985 – 2010)**. Tese de Doutorado. UNESP, Marília, 2012.

BIERNARCKI, P; WALDORF, D. **Snowball sampling-problems and techniques of chain referral sampling**. Sociological Methods and Research 10:141-163, 1981.

BRANDÃO, André Augusto; DALT, Salette; SILVA, Anderson Paulino; SANTOS, Priscila Caldellas. **Metodologia de Pesquisa e o Trabalho de Campo: Experiência com a Pesquisa de Vitimização**. In: DUARTE, Mario Sérgio de Brito (Coord.) Pesquisa de condições de vida e vitimização de -2007 / Coordenador Mario Sérgio de Brito Duarte; Organizadores Andréia Soares Pinto e Vanessa Campagnac – Rio de Janeiro : Riosegurança, 2008.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros-Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Edusp, 2000.

CARDIA, Nancy. **Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência de direitos humanos e violência: Um estudo em 11 capitais brasileiras**. Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down264.pdf> ,Acesso em: 07 jun. 2012.

CARVALHO, Márcio Ricardo. **Percepção Espacial, Crime e Medo: entre o real e o imaginário**. Um estudo sobre as evidências sócio-espaciais e as sociabilidades em Marília-SP. Dissertação de Mestrado. Unesp, Marília, 2007

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. Tese de Doutorado. USP, São Paulo, 2011.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, Jonh. **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução: Vera Ribeiro. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 2000

ESERIAN, Maria França dos Santos, CARVALHO, Maria Inês Ribeiro. **Valparaíso: 72 anos de história**. Editora Somos, 2009.

FELIX, Sueli. **Geografia do Crime: aspectos teóricos e o caso de Marília/SP**. Tese Doutorado. Unesp. Rio Claro, 1996.

_____. **Geografia do Crime: Interdisciplinaridade e Relevâncias**. UNESP, Marília, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão**. Tradução: Raquel Ramalhe, 29ª Ed, Editora Vozes, Petrópolis, 2004.

_____. **Em Defesa da Sociedade: Curso no College de France (1975-1976)**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. Martins Fontes. São Paulo, 2005.

GARLAND, David. **A Cultura do Controle – Crime e ordem social na sociedade contemporânea**, Trad. André Nascimento, Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia; REVAN, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **A descentralização espacial dos presídios no estado de São Paulo e a face perversa do neoliberalismo materializada no oeste paulista**. Disponível em http://egal2009.easyplanners.info/area02/2790_Castanha_Gil_Izabel.PDF. 2009.

GODOI, Rafael. **Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo**. Dissertação de Mestrado. USP, São Paulo, 2010.

GOES, Eda; MAKINO, Rosa Lucia. **As unidades prisionais do Oeste Paulista: implicações do aprisionamento e do fracasso da tentativa da sociedade de isolar por completo parte de si mesma**. Terra Livre: São Paulo Ano 18, n. 19 p. 163-176 jul./dez. 2002.

GOES, Eda. **Transição política e cotidiano penitenciário**. História, São Paulo, 23 (1-2): 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v23n1-2/a11v2312.pdf>

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução: Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução: Dante Moreira Leite, Editora Perspectiva, São Paulo, 2001

KOSMINSKY, EthelVolfzon; PINTO, Rute Bernardo; MIYASHIRO, Sandra Regina Galdino, **Filhos de presidiários na escola: um estudo de caso em Marília – SP**. Revista de Iniciação Científica da FFC, v. 5, n. 1/2/3, p. 50-65, 2005

LOURENÇO, Arlindo da Silva. **O espaço de vida do Agente de Segurança Penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários**. Tese de Doutorado. USP, São Paulo, 2010.

LOURENÇO, Luiz Cláudio. **Batendo a tranca: Impactos do encarceramento em agentes penitenciários da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 3 - no 10 - OUT/NOV/DEZ 2010 - pp. 11-31

OMOTE, Sadao. **Estigma no tempo da inclusão**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Set.-Dez. 2004

SCHILLING, Flávia; MIYASHIRO, Sandra Regina Galdino. **Como incluir? O debate sobre o preconceito e o estigma na atualidade**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.2, p. 243-254, maio/ago. 2008

SILVESTRE, Giane. **Prisões, sociedade e punição: As Penitenciárias e suas Relações com o Município de Itirapina**. Marília, 2007. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/MONOGRAFIA.pdf>

SORIANO, Érico. **Os espaços de medo e os de castigo nas pequenas cidades do estado de São Paulo: avaliação geral e o caso Itirapina**. Rio Claro, 2007.

TUAN, Yi-fu, **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

____, **Paisagens do medo**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Edunesp, 2005.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Cia. das Letras. 1999.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América. A questão do outro**: Martins Fontes. São Paulo, 1999

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Trad: André Telles. Zahar: Rio de Janeiro; 2001

____. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos- A onda punitiva**. Trad: Sérgio Lamarão- Rio de Janeiro: Revan, 2003

Notícias:

ALENCAR, IZIDORO. **São Paulo ganha 11,7 vagas e 17,5 presos por dia na gestão Covas**. Folha de São Paulo: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u22789.shtml>. 22 de fevereiro de 2001

ALEXANDRE, Roberto. **Governo inaugura nova penitenciária às 11h**. Folha da Região: <http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=9907>. 17 de dezembro de 2001

____. **Presídios recebem agentes em novembro**. Folha da Região: <http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=23202>. 02 de outubro de 2002.

____. **'Tráfico e presídios elevam criminalidade'**. Folha da Região: <http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=48667>, 28 de agosto de 2005a

____. **Espaço de 18 presos é ocupado por 64**. Folha da Região: <http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=48878>. 08 de setembro de 2005b

____. **400 celulares em quatro meses**. Folha da Região: <http://www.folhadaregiao.com.br/jornal/2006/05/21/cida02.php>. 21 de maio de 2006a.

___ **Começa remanejamento de presos em Valparaíso.** Folha da Região: <http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=53754>. 26 de maio de 2006b.

___ **Penitenciárias sobrecarregam as delegacias de polícia de toda a região.** Folha da Região: <http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=53807>. 28 de maio de 2006c.

___ **Com celular, traficantes transformam penitenciárias em escritórios do crime.** Folha da Região: <http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=54192>. 11 de junho 2006d.

___ **Agentes ficam reféns em penitenciária de Valparaíso.** Folha da região: <http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=80152>. 23 de novembro de 2007a.

___ **Saídas aumentam crimes em até 30%.** Folha da Região: <http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=81853>. 20 de dezembro de 2007b.

___ **Mulheres de presos reclamam do sistema penitenciário paulista.** Folha da Região: <http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=109732>. 14 de fevereiro de 2009.

ALEXANDRE, Roberto, SILVA, Juliano. **Motim destrói presídio em Valparaíso.** <http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=53403> 11 de maio de 2006a.

___ **Após rebelião, presos começam a ser transferidos do presídio de Valparaíso.** Folha da Região: <http://www.folhadaregiao.com.br/jornal/2006/05/13/cida017.php> 13 de maio de 2006b.

CARDOSO, Willian; SIQUEIRA, Chico. **Corredor de presídios faz, em 10 anos, criminalidade dobrar no "Texas paulista":** <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,corredor-de-presidios-faz-em-10-anos-criminalidade-dobrar-no-texas-paulista,707272,0.htm>. 17 de abril de 2011.

ESTADÃO. **Detentos vão trabalhar nos novos presídios, diz Alckmin.** <http://www.estadao.com.br/arquivo/cidades/2001/not20010608p19270.htm> 8 de Junho de 2001a.

___ **Desativação da Detenção não impedirá fugas, diz o governo.** <http://www.estadao.com.br/arquivo/cidades/2001/not20011126p21901.htm>. 26 de Novembro de 2001b.

___ **"Kit presídio" vai ajudar Estado a convencer cidades.** <http://www.estadao.com.br/arquivo/cidades/2002/not20020614p17962.htm> 14 de Junho de 2002

___ **Serra critica lobby contra prisões no interior de SP.** <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,serra-critica-lobby-contra-prisoas-no-interior-de-sp,436560,0.htm>. 17 de setembro de 2009

GUZZI, Sergio. **Presos do Carandiru na região preocupa PM.** Folha da Região: <http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=9686>. 13 de dezembro de 2001

___ **Diálogo é solução para lidar com presos.** Folha da Região: <http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=17777>. 25 de maio de 2002.

LOZANO, André. **Sete presídios serão construídos em SP.** Folha de São Paulo: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/8/22/cotidiano/42.html>. 22 de agosto de 1997.

MORI, Cristina. **Presídios geram empregos no interior.** Folha de São Paulo: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/temporeal/gd300301.htm>. 30 de março de 2001

REDAÇÃO. **Saída temporária: preso na rua, sinal de problema.** Folha da Região: <http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=282412>. 12 de agosto de 2011

ROCHA, Diogo. **OAB quer a interdição parcial dos presídios da região de Araçatuba.** Folha da Região: <http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=84769>. 5 de fevereiro de 2008.

ROCHA, Diogo, MACHADO, Patrícia. **Superlotação favorece crime organizado.** Folha da Região: <http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=85303>. 14 de fevereiro de 2008.

RUSSO, Claudia. **Novas penitenciárias começam a ser construídas.** Folha da Região: <http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=10>. 29 de maio de 2001a.

__. **Concurso abre inscrição dia 12.** Folha da Região: <http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=286>. 5 de junho de 2001b.

SATO, Eliane. **Agentes pedem queda de diretor da penitenciária.** Folha da Região: <http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?Canal=regiao&id=6855> 20 de outubro de 2001.

SILVA, Juliano. **Penitenciária de Valparaíso é reativada.** Folha da Região: <http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=60318>. 22 de dezembro de 2006.

TAVEIRA, José Marcos. **CPP tem mais uma fuga em 6 dias de funcionamento.** Folha da Região: <http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=10335> 23 de dezembro de 2001.

TREVIZO, Marcelo. **Diretor se reúne com agentes penitenciários.** Folha da Região: <http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=6954>. 22 de outubro de 2001.

Sites:

SAP, Secretaria de Administração penitenciária: <http://www.sap.sp.gov.br/>

SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados: <http://www.seade.gov.br/>

SSP, Secretaria de Segurança Pública: <http://www.ssp.sp.gov.br/>

Prefeitura Municipal de Valparaíso: <http://www.valparaiso.sp.gov.br/acidade.html>

Previdência Social do Brasil: <http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=922>
de Janeiro: Revan, 2003

ANEXOS

Anexo 1: Distribuição dos questionários por bairro

BAIRROS	Ligações	X 3,52*	Nº de questionários
Ecoville	81	285	3
California	29	102	1
Vila Rica	16	56	1
Canguçu	771	2714	27
Morumbi	54	190	3
Santa Rosa	517	1820	18
Centro	860	3027	30
Riviera	303	1066	11
Resende Nery Santana (Asa Branca)	246	866	9
Valdevino de Souza Pacheco	283	996	10
Conj. Hab José Maria Barros Arruda	92	324	3
Vila Ayub	117	412	4
Jardim Cristal	175	616	6
Santa Casa	508	1788	18
São Pedro	806	2837	28
Conj. Hab Dr Miguel Villar	75	264	3
Conj. Hab Pedro Samuel Da Silva	146	514	5
Bela Vista	87	306	3
Lambari	739	2601	26
Acapulco	84	295	3
Dr Anis Buainain	64	225	2
Parque dos Canavieiros	132	464	5
Agrovila	172	605	6
Jardim Flamboyant	26	91	1
Total	6383	22464	226

*Média de habitantes por domicílio

Anexo 2: Para quem conhece o PNDH, o que acha do dele (questão aberta), Comentário Negativos, 2010

	Valor	%
Defendem bandidos/ criminosos	184	8,8
Não defendem os direitos dos cidadãos	33	1,6
Defendem menores infratores	20	0,9
É um programa ruim/fraco	13	0,6
Limitar os direitos da imprensa / controlar a imprensa	7	0,3
Atrapalham o trabalho da justiça / polícia	6	0,3
Direitos para soltar criminosos	2	0,1
Aparecem quando há repercussão na mídia	4	0,2
Não fazem nada se você for pobre/ não defende as pessoas	4	0,2
Defendem os poderosos	4	0,2
Limitar os pais na educação dos filhos / interferência na educação	3	0,1
Não ajudam na reabilitação dos presos	1	0,1
Defendem as ações erradas da polícia	1	0,1
Causam revolta na população por defender criminosos	1	0,1
É uma farsa / fraude	2	0,1
Não efetuam uma investigação para achar os verdadeiros culpa	1	0,1
Aparecem quando tem criminoso se passando por vítimas	1	0,1
Aparecem somente nas rebeliões nos presídios	0	0,0
Defendem os menores assassinos	3	0,1
Não ajudam as famílias das vítimas	1	0,1
Não protegem testemunhas de crimes	1	0,0

TOTAL	291	13,9
-------	-----	------

Fonte: Cardia (2012): 357

**Anexo 3: Para quem conhece o PNDH, o que acha do dele (questão aberta), Comentário
Neutros, capitais, 2010**

Defendem os direitos dos presos	122	5,8
Não defendem as empresas	1	0,1
Ong's não fazem nada pela população	1	0,1
Comprar e não receber	1	0,1
Igreja católica isenta criminosos de seus atos	1	0,1
Cada um fala o que quer visando seus interesses	1	0,1
Mulher que mataram no Taití	1	0,1
As leis deveriam ser aplicadas com mais eficiência	1	0,1
Controlam os direitos das pessoas	1	0,1
Deveria ser utilizado para crimes políticos	1	0,0
Discussão sobre a Eutanásia	2	0,1
Defende a diminuição de penas	2	0,1
Defendem os interesses dos partidos políticos	2	0,1
Defendem crimes leves	1	0,1
Instituição de caridade	1	0,1
Uma cartilha elaborada pela ONU	1	0,1
Defendem os presos políticos	1	0,0

Fonte: Cardia (2012): 358